



Universidade de Coimbra  
Faculdade de Letras

# *Seia, onde tudo parece nada...*

*O Turismo como factor de desenvolvimento económico*



Ângela Catarina Duarte Fonseca

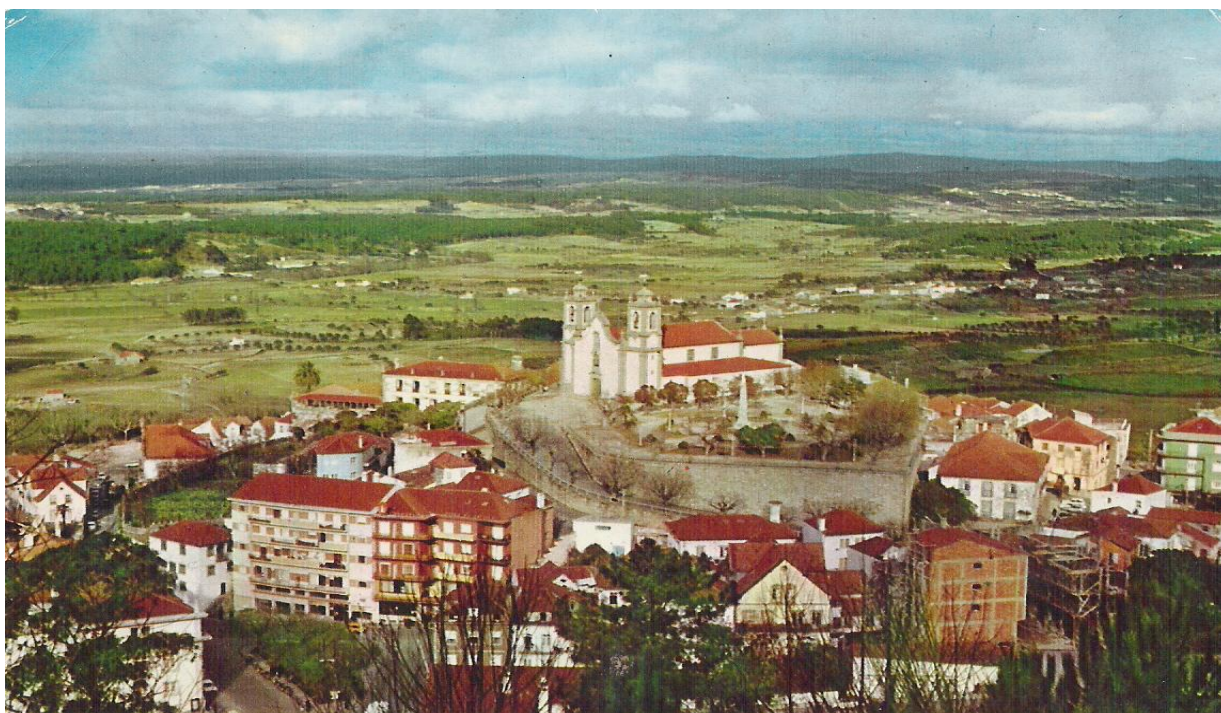
2010



Universidade de Coimbra  
Faculdade de Letras

# *Seia, onde tudo parece nada...*

*O Turismo como factor de desenvolvimento económico*



**Dissertação de Mestrado em Lazer, Património e Desenvolvimento  
apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob  
orientação da Senhora Professora Doutora Fernanda Cravidão.**

**Ângela Catarina Duarte Fonseca  
2010**

*À memória do Manel*

## Índice Geral

Resumo-----	11
Abstract -----	12
Résumé -----	13
Agradecimentos -----	14
Glossário de siglas e abreviaturas -----	16
Introdução-----	18
Objectivos Gerais -----	21
Objectivos Específicos -----	21
Metodologia -----	22
Estrutura da Dissertação -----	23

### 1ª Parte

Capítulo I – <b>O Turismo Mundial</b> -----	25
Capítulo II – <b>Mobilidade, Turismo e Lazer</b> -----	28
2.1- A mobilidade (conceito e relação existente entre turismo e lazer) -----	28
2.2- Tempo de trabalho e tempo de lazer -----	29
2.3 – Perfil do Turista -----	29
2.4- Lazer e Sociedade -----	31
2.5 – Tipos de Turismo-----	32
2.6 – Procura Turística -----	34
2.7 – Oferta Turística -----	35
2.8 – Mercado Turístico -----	36

### 2ª Parte

Capítulo III – <b>Turismo e Organizações</b> -----	38
3.1- Organização Mundial do Turismo (OMT) -----	38
3.1.1 - Tendências e Previsões para o Turismo Mundial-----	41
3.2-O Turismo em Portugal -----	42
3.2.1 - Evolução do Turismo em Portugal -----	42
3.3 – Turismo de Portugal, I.P. -----	43
3.3.1 - Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT) -----	44
3.3.2 - PENT – Serra da Estrela-----	47
3.4 - Turismo da Serra da Estrela -----	51

Capítulo IV – <b>Organismos de Protecção da Natureza</b> -----	54
4.1 -Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB) ----	54
4.2 -Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) -----	55
4.2.1 – Estatutos de Conservação -----	57
4.2.2– PNSE – Factor de união ou discórdia? -----	58
<b>3ª Parte</b>	
Capítulo V – <b>Marketing Territorial</b> -----	61
Capítulo VI – <b>Território, Desenvolvimento e Sustentabilidade</b> -----	65
6.1 - Sustentabilidade -----	67
6.2 - Desenvolvimento e Áreas Protegidas -----	70
6.3- Turismo nas áreas protegidas, rurais e de montanha-----	72
<b>4ª Parte</b>	
Capítulo VII – <b>Serra da Estrela</b> -----	74
7.1 - Enquadramento Geográfico-----	74
Capítulo VIII – <b>O Concelho de Seia</b> -----	76
8.1 - Enquadramento Geográfico e Social -----	76
8.2 - Actividades Económicas-----	79
8.3 - Objectivos e prioridades do Município -----	82
Capítulo IX – <b>Recursos</b> -----	86
9.1 -Recursos Naturais -----	87
9.2 - Recursos Culturais -----	90
9.3 - Recursos Turísticos -----	93
9.4 - Turismo e Desenvolvimento Local -----	99
9.5 – Revitalização do Turismo-----	101
Capítulo X – <b>Planear em Seia</b> -----	103
10.1 - Conceito e importância de um Planeamento Estratégico-----	103
10.2 – O Planeamento Estratégico do Turismo-----	104
10.3 – Fases do Planeamento-----	104
10.4 – Definição de linhas estratégicas para Seia -----	106

Conclusão-----	111
Bibliografia -----	113
Anexos -----	119

## Índice de Anexos

Anexo I – Ranking Mundial por Países e por Regiões do Mundo -----	120
Anexo II – Imprensa Local-----	123
Anexo III – Decreto-Lei nº 380/2007, de 13 de Novembro-----	130
Anexo IV – Decreto – Lei nº 67/2008, de 10 de Abril -----	133
Anexo V – Mapa do PNSE -----	139
Anexo VI - Decreto – Lei nº 557/76 de 16 de Julho -----	141
Anexo VII – Organograma do ICNB-----	144
Anexo VIII – Entrevistas -----	146
Anexo IX – Mapa de Portugal e do Concelho de Seia -----	166
Anexo X – Estatísticas-----	169

## **Índice de Ilustrações:**

Ilustração nº IX.1 - Centro de Interpretação da Serra da Estrela (CISE)-----	94
Ilustração nº IX.2 – Fachada do Museu do Brinquedo-----	95
Ilustração nº IX.3 – Futuro Museu da Electricidade de Seia -----	96
Ilustração nº IX.4 – Museu do Pão-----	97



## Índice de Quadros

Quadro nº I.1 – Estratégias de Turismo-----	27
Quadro nº III.1 - Contribuição dos produtos para cada região-----	45
Quadro nº III.2 – Matriz Estratégica de desenvolvimento dos produtos no território----	46
Quadro nº VIII.1 – Evolução da População Residente no Concelho (1864-2001) -----	77
Quadro nº IX.1 – Recursos para a actividade turística -----	86
Quadro nº X.1 – Análise SWOT -----	106

## Índice de Gráficos

Gráfico nº III.1 – Chegadas de Turistas Internacionais-----	41
Gráfico nº VIII.1 – Pirâmide Etária de 2001-----	78
Gráfico nº VIII.2 – Grandes Opções do Plano 2010-----	83

## **Resumo**

O Turismo tem-se transformado, neste final de século, numa das actividades económicas mais pujantes da nossa época. Estendeu-se a todos os cantos do mundo. Contribui para a criação de riqueza e melhoria do bem-estar dos cidadãos.

Também em Portugal o sector conheceu um forte crescimento nas duas últimas décadas e a produção a ele associada coloca-o entre os mais importantes sectores da economia. O Turismo continua a não merecer dos poderes políticos a atenção e os cuidados que a sua importância e a sua dimensão exigem. Não é de estranhar, por isso, a luta pelo reconhecimento político do sector.

O sucesso do Turismo garante-se através da atribuição de uma dimensão turística aos transportes, ao desenvolvimento regional, às infra-estruturas, ao ambiente e à cultura.

Sem a criação de uma consciência colectiva assente no conhecimento aprofundado e com bases científicas, favorável ao Turismo, este terá sempre sérias dificuldades em se impor como actividade de corpo inteiro. Nos últimos dez anos alteraram-se as concepções de desenvolvimento turístico que passaram a ter como referência e valores fundamentais a sustentabilidade, a qualidade, a diferenciação e a diversificação. Assistiu-se à emergência de novos destinos, introduziram-se novas condições de concorrência, criaram-se novas modalidades de oferta, assistiu-se a um amplo movimento de reorganização empresarial, surgiram novas formas de exploração do transporte aéreo (baixo – custo) e os consumidores passaram a dispor de mais e melhor informação.

De acordo com estes parâmetros pretendo analisar a evolução do Turismo, com especial incidência no Turismo de Portugal. A Serra da Estrela e o Concelho de Seia vão ser o meu estudo de caso.

## **Abstract**

Tourism has been transforming itself, in this end of century, at one of the most strong economic activities of our times. It extended to all of the corners in the world. It contributed to the creation of richness and better well-being of the citizens.

Also in Portugal the sector knew a strong growth in the last two decades and the production associated to it, put it between the most important sectors of economy. The Tourism continues not having, from politic powers, the attention and cares that its importance and dimension demands. It is not strange, for that, the fight for recognition of the sector by politics.

The success of Tourism guarantee itself through the attribution of a turistic dimension to the transports, to regional development, to the substructures, to the environment and to the culture.

Without the creation of a group conscience supported by the deep knowledge and scientific bases, in tourism favour, this will have always serious difficulties at impose itself as a full body activity. In the last ten years the conceptions of turistic development have been changed that passed to have as reference and fundamental values the sustainability, the quality, the differentiation and diversification. We assisted to the emergence of new destinies, it were introduced new conditions of competition, it were created new offer modalities, we assisted to a big movement of business reorganization, new ways of exploration of aerial transport arose (low-cost) and the consumers had been having more and better information.

Accordingly with these parameters I want to analise the evolution of Tourism, with special incidence in the Tourism of Portugal. Serra da Estrela and Seia council will be my case study.

## **Résumé**

Le tourisme s'a transformé, dans cette fin du siècle, dans une des activités économiques plus vigoureux de notre temps. S'a allongé à tous les coins du monde. Contribue pour la création de la richesse et l'amélioration du bien-être des citoyens.

Aussi en Portugal le secteur a connu une forte croissance dans les deux dernières décennies et la production qui lui est associé lui met entre les plus importants secteurs de l'économie. Le Tourisme continue à non mériter des pouvoirs politiques l'attention et les soins que l'importance et sa dimension exigent. Non est pas de s'étonner, donc, la lutte par la reconnaissance politique du secteur.

Le succès du Tourisme est garanti à travers de l'attribution d'une dimension touristique à les transports, au développement régional, aux les infrastructures, au environnement et à la culture.

Sans création d'une conscience collectif basé dans la connaissance profondeur et avec bases scientifiques, favorable au Tourisme, ce sera toujours graves difficultés en s'imposer comme activité de tout le corps. Dans les dernières dix années ont changé les conceptions d'environnement touristique qu'ont passé à avoir comme référence et valeurs fondamentaux la durabilité, la qualité, la différenciation et la diversification. S'a aidé à l'émergence de nouveaux destinations, s'a introduit nouveaux conditions de concurrence, ils ont crée nouveaux modalités d'offre, s'a assisté à un large mouvement de réorganisation de l'entreprise, se posent nouveaux formes d'exploration du transport aérien (bas-prix) et les consommateurs ont passé à disposer de plus et mieux information.

Selon ces paramètres je veux analyser l'évolution du Tourisme, avec spécieux incidence dans le Tourisme de Portugal. La Serra da Estrela et le Conseils de Seia vont être mon étude de cas.

## **Agradecimentos**

A elaboração de uma dissertação de Mestrado, embora seja um trabalho individual, implica, necessariamente, contributos de várias ordens que não posso nem devo esquecer.

Começo por expressar o meu mais profundo agradecimento à Senhora Professora Doutora Fernanda Cravidão, Coordenadora deste 2º Ciclo e minha orientadora de dissertação, por todo o estímulo e apoio prestados ao longo destes dois anos, ajudando-me a ultrapassar os obstáculos que foram surgindo. A sua competência científica, a dedicação demonstrada e a permanente disponibilidade revelaram-se da maior importância ao longo desta caminhada. Agradeço a todos os Docentes deste 2º Ciclo a forma brilhante como explanaram os temas e me incentivaram a desenvolver este trabalho.

A tantos e tão variados autores que, através das suas obras, publicações e/ou artigos, contribuíram para o enriquecimento desta dissertação manifesto o meu reconhecimento.

Sem desprestígio para os restantes, penso ser meu dever destacar o Pe Doutor José Quelhas Bigotte. As diversas obras por ele publicadas, referentes à cidade e ao concelho de Seia, afirmaram-se como fontes preciosas de informação.

Agradeço ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Seia, Dr. Carlos Filipe Camelo, a colaboração prestada.

À Engenheira Cristina e à Dra Elisabete agradeço a forma simpática como me receberam e encaminharam. À Dra Dina agradeço a cedência e envio dos dados estatísticos relativos ao Centro de Interpretação da Serra da Estrela (CISE), ao Museu do Brinquedo e ao Posto de Turismo.

À Dra Anabela Sardo, Directora da Escola Superior de Turismo e Hotelaria de Seia, agradeço a amabilidade com que me recebeu e respondeu à entrevista que lhe solicitei.

Ao ex-autarca da Câmara Municipal de Seia, Eduardo Mendes de Brito, agradeço a simpatia com que me recebeu e concedeu uma entrevista, ao longo da qual expôs os seus pontos de vista, de acordo com a sua experiência pessoal e a sua ampla visão estratégica em relação ao concelho, à região e ao país.

Ao Doutor Alberto Martinho, docente da Escola Superior de Turismo e Hotelaria de Seia e empresário do ramo turístico, exprimo a minha gratidão pela entrevista concedida, na qual manifesta a sua visão em relação ao Turismo no concelho de Seia e apresenta algumas propostas em relação ao futuro.

Ao senhor Pe Martinho, pároco de S.Romão, manifesto o meu reconhecimento pela forma generosa como partilha o seu espólio de conhecimentos e presta a sua colaboração a quem lha solicita.

Agradeço ao senhor Professor Alberto Monteiro da Silva, amante da sua terra, da sua região e das suas gentes, a riqueza de saberes, as opiniões manifestadas e as preocupações que, ao longo de uma empolgante entrevista, comigo partilhou.

Agradeço ao senhor José João da Silva Catarino que, em representação do povo anónimo, referiu alguns dos conflitos existentes e apresentou propostas, que considera pertinentes, em ordem ao futuro do concelho e da região.

Agradeço ao senhor José Luís Oliveira, comerciante, a partilha das suas preocupações relativamente à situação do concelho.

Agradeço, também, a muitas outras pessoas que emitiram as suas opiniões em conversas informais, pelo que não estão referenciadas.

Recordo, neste momento, um leque de pessoas “muito especiais” que, nos momentos mais difíceis, ou de maior fraqueza, estiveram presentes “cada uma à sua maneira”.

Aos meus pais e à minha irmã, digo, “apenas”, à boa maneira beirã: “Bem-hajam”.

## **Glossário de siglas e abreviaturas**

A - Auto – estrada

a.C. – antes de Cristo

ACASES – Academia Sénior de Seia

A.G. - Aquecimento Global

A.T.L.s – Actividades de Tempos Livres

B.T.L. – Bolsa de Turismo de Lisboa

B.T.T. – Bicicleta Todo o Terreno

Cf. Anexo – Conforme Anexo

C.I.S.E. – Centro de Interpretação da Serra da Estrela

CLAS – Conselho Local de Acção Social de Seia

C. M. S. – Câmara Municipal de Seia

C.S.T. – Conta Satélite do Turismo

D.L. – Decreto – Lei

D.R. – Diário da República

E – Estrada

E.D.P. – Electricidade de Portugal

E.T.C. – European Tourism Comission

Comissão Europeia de Turismo

E.N.C.N.B.- Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade

FIAGRIS – Feira Industrial Comercial e Agrícola de Seia

F.I.TUR – Feira Internacional de Turismo

IBA's – Important Birds Áreas

Área Importante para as Aves

I.C. – Itinerário Complementar

I.C.N. – Instituto da Conservação da Natureza

I.C.N.B. – Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade

I.C.O.M.O.S. - International Council on Monuments and Sites

Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

I.N.A.T.E.L. – Instituto Nacional de Aproveitamento dos Tempos Livres

I.P. – Itinerário Principal

I.P. – Instituto Público



I.T.Y. – Internacional Tourism Year  
Ano Internacional do Turismo

I.U.C.N. – Internacional Union for Conservation of Nature  
União Internacional de Conservação da Natureza

M.A.O. T. D. R. – Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do  
Desenvolvimento Regional

M.I.C.E. – Meetings, Incentives, Conventions and Exhibitions

N.U.T.s – Núcleos de Unidades Territoriais

O.M.C. – Organização Mundial do Comércio

O. M. T. – Organização Mundial do Turismo

O.N.U. – Organização das Nações Unidas

P.D.M. – Plano Director Municipal

P.D.S.S.E. – Plataforma para o Desenvolvimento Sustentável da Serra da Estrela

P.E.N.T. – Plano Estratégico Nacional do Turismo

P.I.B. – Produto Interno Bruto

P.N.S.E. – Parque Natural da Serra da Estrela

P.N.T. – Plano Nacional de Turismo

P.N.U.A. – Programa das Nações Unidas para o Ambiente

P.R.A.C.E. – Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado

S.A. – Sociedade Anónima

s.d. – sem data

S.I.C. – Sítio de Importância Comunitária

S.N.P.R.C.N.- Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza

S.N.P.R.P.P. – Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico

S.P.E.A. – Sociedade Portuguesa para o estudo das Aves

S.W.- Sudoeste

S.W.O.T. – Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats

U.I.O.O.T. – União Internacional dos Organismos Oficiais de Turismo

U.N.E.S.C.O. - United Nations Educational Scientific and Cultural Organization  
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

## **Introdução**

“A mobilidade ligada ao lazer não é um fenómeno nem de ontem nem de hoje. Pelo contrário, tem estado presente ao longo da história do Homem e relaciona-se quer com os diferentes usos do tempo através dos tempos, quer com as alterações na estrutura da sociedade em geral. Isto é, existe uma relação estreita entre a sociedade, o modo como a sociedade usa o tempo (ou como os diferentes grupos sociais o usam) e o modo como o espaço é utilizado. O espaço traduz sempre a dimensão, a socialização do tempo” (A.GAMA, 1988 citado por CRAVIDÃO, 1996:44).

“(…) o conhecimento do fenómeno turístico e o correcto entendimento do funcionamento das actividades a que dá origem, impõem o domínio dos seus conceitos bem como dos seus principais fundamentos.

(…) exige a estruturação lógica de um domínio coerente de conhecimentos consistentes que possibilitem o seu estudo, a compreensão das suas variadas dimensões e o estabelecimento de condições de gestão adequadas”(CUNHA,2001:11).

O interesse por esta área do conhecimento levou à criação de um Mestrado (2º Ciclo) na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra que, tendo como objecto de estudo o Lazer e o Turismo, se tem revelado pertinente e da maior importância.

Com esta investigação pretendo fazer uma análise, relativamente à actividade turística no concelho de Seia, tendo em atenção os aspectos geográficos, económicos e culturais.

Pretendo, com este desafio, fazer uma rigorosa selecção de toda a informação existente, baseada na definição de linhas orientadoras e limites de investigação. A tarefa pareceu-me difícil, mas aliciante e ambiciosa. Com base no passado procurei compreender o presente e penso ser possível perspectivar, prever e propor mudanças estratégicas que possam melhorar o futuro, tornando-o mais promissor. Esta minha convicção é devida ao facto de o Turismo poder ser usado como alavanca de desenvolvimento e projecção dos lugares, enquanto destinos turísticos e espaços de lazer e bem-estar. Associar o património material e imaterial à cultura e viver experiências que poderão ser únicas para o turista visitante de qualquer destino são medidas sustentáveis e viáveis que urge implementar, a fim de que um concelho, dito do interior, se torne não só um destino turístico mas também um lugar de qualidade e sustentabilidade, onde população local e visitantes coabitem de forma harmoniosa.

Segundo ABREU (2007) a tríade turismo, cultura e inovação sugerem-nos: história e tradição, memória e identidade de um espaço vivido – um lugar e um cenário onde se desenvolve a acção. Após breves anos de estudo das questões do Turismo surgiu a vontade de fazer algo. Segundo ABREU (2007) nesta complexidade de alterações provocadas pelo Turismo, coabita a inovação como um processo de mudança de forma esclarecida, respeitando a história e a memória da população, reclamando o arrojo da novidade, apreendendo as novas realidades socioeconómicas (...)

O concelho de Seia tem as suas fragilidades, como qualquer outro. Essas fragilidades podem ser suplantadas com medidas coerentes, inteligíveis e objectivas, umas de curto, outras de médio ou longo prazos, mas que sejam realmente benéficas e frutíferas.

A questão da qualificação no Turismo é também um factor importante para o sucesso, já que só com serviços de excelência se conseguem atingir os objectivos traçados.

Uma cadeia de valor que articule todos os seus diferentes agentes e que funcione verdadeiramente enquanto cadeia é sempre um factor decisivo. Qualquer plano implica a definição de estratégias e o estabelecimento de metas, tendo em atenção um cuidadoso, atento e consistente ordenamento do território.

A importância de um Turismo com futuro e de qualidade despertou em mim a necessidade de contribuir para se faça mais e melhor Turismo em Seia, a fim de que esta região atinja um patamar de excelência. Portugal tem percorrido um caminho difícil, onde só o sol e praia, aliados a uma apreciada gastronomia, têm vingado como atractivos turísticos. Esta região, onde sempre vivi, precisa de ser reconhecida e valorizada. Os recursos existentes reclamam uma definição de prioridades por parte dos organismos competentes. Alertar, sugerir, planear e executar são as palavras de ordem que servem de pilares à minha dissertação.

Escolher o tema de uma dissertação é um desafio, no mínimo, exigente. A imensa panóplia de assuntos e a dificuldade em tratar um tema específico, sem divagar por outros caminhos, não se mostra tarefa fácil. Os meus objectivos são claros, embora reconheça que os caminhos a percorrer, além de tortuosos, configurem obstáculos difíceis de transpor.

O título escolhido, à partida polémico, suscitou alguma curiosidade. “Seia, onde tudo parece nada” é, segundo a minha perspectiva, simples de explicar. Este concelho, à semelhança de outros do interior do país, parece merecer pouca atenção por parte dos organismos governamentais competentes. “Não passamos do mesmo” é uma expressão muitas vezes repetida por elementos da população local que insistem em permanecer na sua terra e fazer nesta a sua vida. A Serra da Estrela, aos olhos de quem vive em Seia, é

uma oportunidade em termos turísticos mas, ao mesmo tempo, um obstáculo. Pretendo reconhecer as potencialidades, perceber o que de positivo tem sido feito, acabar com alguns estigmas sociais e apontar caminhos para que a região seja de todos e para todos. Acreditar em tudo o que temos e em tudo o que somos, rendibilizar os recursos existentes e apostar num Turismo de qualidade, ou mesmo de excelência, poderão ser fórmulas de sucesso.

Seja precisa e merece.

## **Objectivos Gerais:**

1. Conhecer a evolução do fenómeno do Turismo e perceber a sua importância para a economia portuguesa;
2. Articular os conceitos de Mobilidade, Turismo e Lazer com a evolução social;
3. Referir as principais Instituições Públicas de Turismo, analisar as suas políticas e reflectir sobre os resultados;
4. Conhecer os Organismos de Protecção da Natureza e respectivas funções;
5. Entender os territórios como elementos relacionais e dinâmicos, salientando a importância das inter-relações entre territórios e populações;
6. Reconhecer a importância do investimento, por parte do sector público e privado;
7. Reflectir sobre a importância da articulação entre o planeamento e o desenvolvimento turístico sustentável.

## **Objectivos Específicos:**

1. Perceber a relação entre a Serra da Estrela e o Turismo;
2. Referir a realidade geográfica, demográfica e económica do Concelho de Seia;
3. Reconhecer o papel do Município enquanto agente dinamizador do turismo;
4. Analisar a importância do papel do poder público nas estratégias locais de requalificação territorial / valorização do património;
5. Analisar as intervenções, em ordem ao aproveitamento dos recursos turísticos existentes;
6. Auscultar opiniões acerca das estratégias em curso;
7. Conhecer os objectivos e prioridades do Município;
8. Contribuir para a definição de linhas estratégicas de desenvolvimento territorial, onde o turismo deverá ter uma função relevante.

## **Metodologia:**

Pesquisa bibliográfica sobre os temas que servem de base à dissertação;

Análise documental (livros e revistas, textos e documentos, material promocional, edições em cd-rom e consultas na Internet);

Realização de entrevistas a agentes locais;

Percepcionar a forma de divulgação dos recursos turísticos existentes;

Contacto com elementos da população, auscultando a sua percepção relativamente às estratégias turísticas implementadas;

Auscultar as principais críticas e sugestões de residentes e visitantes.

## **Estrutura da Dissertação**

Na introdução defino os pressupostos e justifico o tema escolhido.

A dissertação propriamente dita consta de quatro partes distintas. A 1ª parte é constituída por 2 capítulos. No primeiro analiso o Turismo Mundial e a evolução do fenómeno turístico. No segundo faço um pequeno discurso dos conceitos teóricos relacionados com a Mobilidade, o Turismo e os Lazeres, a relação existente entre os mesmos e o modo como a sociedade os encara e os vive. A 2ª parte é composta pelo terceiro e pelo quarto capítulos. O terceiro é dedicado às Instituições do Turismo: Organização Mundial do Turismo (OMT) e ao Turismo de Portugal, I.P.. A OMT rege o fenómeno em termos mundiais, publica relatórios anuais, define coordenadas e aponta directrizes aos seus Membros. a quem cabe a tomada de decisões e a definição de políticas para o sector. Ao Turismo de Portugal, I.P. cabe “um papel – chave na manutenção e no desenvolvimento da economia nacional”. Neste capítulo pretendo, ainda, demonstrar a importância e o impacto do Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), dando particular destaque à Serra da Estrela. Faço ainda referência ao Turismo da Serra da Estrela e à Turistrela, S.A., a quem tem sido confiada a gestão deste território.

No quarto capítulo analiso os Organismos de Protecção da Natureza: Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB) e Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE). O ICNB assegura a execução das políticas de conservação e a gestão das áreas protegidas. Ao PNSE, que engloba uma parte significativa do concelho de Seia, cabe a promoção da conservação dos valores naturais, o desenvolvimento rural, a salvaguarda do património edificado, a animação sócio-cultural e a promoção do repouso e do recreio ao ar livre.

A 3ª parte da minha dissertação engloba o quinto e o sexto capítulos, que versam sobre a importância do Marketing Territorial e a relação existente entre Território, Desenvolvimento e Sustentabilidade. O desenvolvimento do Turismo nas áreas protegidas, rurais e de montanha é também objecto de análise.

A 4ª parte está dividida em quatro capítulos. No sétimo enquadrando geograficamente a Serra da Estrela.

O concelho de Seia é objecto de estudo no oitavo capítulo. Após o enquadramento geográfico e social, refiro as actividades económicas.

Aos objectivos e prioridades do Município, definidos no “Orçamento e Grandes Opções do Plano 2010”, dediquei especial atenção.

Ao longo do nono capítulo analiso os recursos naturais, culturais e turísticos. Turismo e desenvolvimento local, ameaças ao desenvolvimento do turismo e revitalização do sector são também abordados.

“Planear em Seia” é o décimo capítulo da minha dissertação. Nele explico a importância da existência de um Plano Estratégico, a forma como ele pode ser aplicado e as diversas fases que o constituem. Segue-se uma Análise SWOT ao concelho de Seia, após o que defino linhas estratégicas coesas, consolidadas e graduais que urgem projectar o Concelho, enquanto destino turístico, a fim de que este atinja um patamar de excelência.

A conclusão desta dissertação tem como objectivo fazer um balanço real de todo o trabalho desenvolvido. Temáticas tão actuais quanto estas exigem de todos os intervenientes uma resposta eficaz na defesa e preservação do património natural e cultural, minimizando potenciais conflitos de interesses entre o turismo e a preservação do ambiente natural. Faço uma análise crítica a todo o processo, refiro o apoio prestado, as dificuldades encontradas e procuro avaliar até que ponto o turismo se tem revelado como agente dinamizador da região.



## 1ª Parte

### Capítulo I – O Turismo Mundial

“*O tempo gasto a recolher informações raramente é tempo perdido*” (SUN TZU, teórico militar chinês do século IV a.C.).

“A origem do vocábulo *turismo* parece relacionar-se com a expressão inglesa “the tour” que terá em França como equivalente “le tour”, e que designava, no final do século XVIII ou já no início do século XIX, a viagem de ida e volta que os jovens aristocratas britânicos realizavam à França, à Itália ou à Grécia com o intuito de completar a sua educação. Porém, é um facto que as deslocações de “carácter turístico” remontam a civilizações bem mais antigas” (CRAVIDÃO e CUNHA, 1991:203).

Embora iniciado na segunda metade do século XIX, o turismo, enquanto actividade económica, é um fenómeno típico do século passado, induzido, em grande parte, pela sociedade industrial.

“(…) a partir de meados do século XX (...) os estudos não só aumentam como, sobretudo, adquirem perspectivas inovadoras na interpretação das profundas modificações que este fenómeno introduz no espaço.

É principalmente a partir dos anos 50 que uma nova dinâmica preside aos intensos fluxos das populações que procuram, fora da sua residência habitual, novos espaços de lazer. O Sul da Europa converte-se, rapidamente, no espaço de ócio das populações oriundas da Europa industrializada. A convergência de circunstâncias várias, entre as quais se salientam as condições ambientais naturais (o clima, o relevo do litoral, o mar), a paisagem, a existência de um valioso património histórico e cultural e a proximidade da Europa rica, transformaram aquele espaço num território particularmente atractivo. A imagem turística tradicional dilui-se e dá lugar a novos espaços onde a publicidade comanda os instrumentos e as estratégias económicas ligadas ao sector do turismo. Nesta dinâmica o espaço deixa de ser um factor de produção e transforma-se num objecto de consumo” (CRAVIDÃO e CUNHA, 1991:201).

Na opinião de JEAN MARIE MIOSSEC (1977) “o espaço turístico é antes de tudo uma imagem”. Imagem que nos ajuda a compreender as dinâmicas da actividade turística.

Nos séculos XVII e XVIII, período pertencente à *Idade Clássica ou primitiva*, “cidades como Roma, Avignon, Sevilha ou Insbruk, constituem os principais centros que a burguesia, os artistas e os intelectuais de então procuram, embora ainda com preocupações essencialmente educativas. Só mais tarde a *viagem* começa a adquirir uma função lúdica.(...) Em meados do século XVIII (...) Chamonix, em França, e Bad Gastein, na Áustria, entram numa importante fase de desenvolvimento associada ao termalismo e aos desportos de Inverno” (CRAVIDÃO e CUNHA, 1991:203).

Na *Idade Moderna*, a partir dos finais do século XVIII e início do século XIX, “(...) novos espaços são procurados pela clientela que, até então, tinha nas termas, nos grandes centros culturais da época, ou na montanha, os espaços turísticos privilegiados” (CRAVIDÃO e CUNHA, 1991:203). O litoral mediterrâneo, a Riviera Franco-Italiana, Chamonix, Saint-Moritz, algumas praias do Atlântico, da Mancha ou do Mar do Norte, as costas da Florida, da Califórnia, de Cuba ou do México tornam-se destinos turísticos de eleição.

A partir do início do século XX registam-se profundas e rápidas mutações, alteram-se os comportamentos e as atitudes dos homens, pelo que o turismo passa a ser considerado uma actividade económica relevante.

Na Europa, é “a partir do final da 1ª Guerra Mundial que a procura de espaços litorais começa a crescer a um ritmo que não parará de aumentar” (CRAVIDÃO e CUNHA, 1991:204). A partir de 1945, ano em que terminou a 2ª Guerra Mundial, o turismo conhece um dos seus períodos áureos, tornando-se uma das actividades económicas com maior volume de negócios. “Neste período, todas as preocupações e toda a política foi orientada para o desenvolvimento do turismo internacional e captação de correntes turísticas externas (...)” (CUNHA, 2006:47).

Em 1980 realizou-se em Manila a Conferência Mundial de Turismo. Analisadas as estratégias de desenvolvimento turístico utilizadas no passado, foram definidas linhas orientadoras recomendáveis, em virtude das novas preocupações.

### Quadro nº I.1 – Estratégias do turismo

Antes da Conferência de Manila	Depois da Conferência
1. Desenvolvimento espontâneo	1. Desenvolvimento planificado
2. Estratégias deixadas à iniciativa individual orientada para as empresas	2. Política de turismo desenvolvida a nível nacional
3. Importância dada aos aspectos económicos	3. Consideração dada aos factores políticos, sociais, económicos, educacionais, culturais e ambientais
4. Maximização dos lucros	4. Optimização das vantagens económicas e sociais
5. Importância atribuída aos preços	5. Importância dada aos valores
6. Crescimento	6. Desenvolvimento
7. Férias passivas	7. Férias activas
8. Produtos estereotipados	8. Produtos diferenciados
9. Publicidade e promoção do turismo	9. Informação e educação por intermédio do turismo
10. Degradação do ambiente	10. Protecção do ambiente
11. «Guetos» turísticos	11. Integração da população local
12. Falta de comunicação	12. Utilização das línguas numa óptica universal

**Fonte: CUNHA, (2006)**

As relações económicas internacionais alteraram-se profundamente. Portugal aderiu à Comunidade Europeia. Foi criado o Sistema Monetário Europeu. Surgiram novos destinos, pelo que a Europa perdeu posição, no conjunto mundial, a favor de países emergentes. Esta conjuntura económica desplotou novas mentalidades e facilitou a mobilidade das populações.

## Capítulo II – Mobilidade, Turismo e Lazer

*“ O turismo é um produto da mobilidade.” (CRAVIDÃO, 1996:49)*

### **2.1 - A mobilidade (conceito e relação existente entre Turismo e lazer)**

O Turismo é uma das formas de ocupação dos tempos livres, tendo-se transformado num dos mais produtivos sub - sectores da actividade económica.

Resulta da forma como se aproveitam os tempos de lazer, independentemente das razões/motivações que originam as viagens ou qualquer tipo de deslocação que façamos fora do nosso ambiente quotidiano. GAMA (2008) considera que “...A dificuldade de definir lazer torna-se pois patente na maioria das definições propostas, onde se evidenciam as fronteiras ambíguas com o conceito oposto de trabalho e com o conceito englobante de tempo livre.”

“Geralmente, ao falar-se em lazer, pensa-se em nada fazer ou em inacção (...) mas cada vez mais pessoas procuram ocupar os seus tempos livres como forma de distração, evasão, divertimento ou de desenvolvimento pessoal...” (CUNHA, 2001:13) DUMAZDIER (1988) define o lazer como “...a actividade à qual as pessoas se entregam livremente, fora das suas necessidades e obrigações profissionais, familiares, sociais, para se descontraír, divertir, aumentar os seus conhecimentos e a sua espontânea participação social, livre exercício e capacidade criativa.”

A mobilidade das populações sempre foi uma constante. Mas, só a partir do século XVII, durante o designado “Grand Tour” é que os seus participantes passaram a ser designados como “turistas” e todos estes movimentos foram reconhecidos como turísticos.

“ O tema da mobilidade geográfica das populações vem merecendo em todo o mundo o interesse crescente de demógrafos e sociólogos e de outros mais que consagram a actividade profissional ao estudo dos homens e da sociedade” (FERRÃO, (1992:9) citado por CRUZ, sd). CRUZ (sd) considera que é necessário relacionar a mobilidade espacial das populações com “ (...) casos específicos como o emprego, os serviços, o consumo, o lazer e os tempos livres.” (SANTOS, 1999) explica o conceito de lazer como “a motivação para o trabalho para a maioria da população do primeiro mundo”.

## **2.2 - Tempo de trabalho e tempo de lazer**

Com a redução do tempo de trabalho regula-se a possibilidade e o direito ao repouso semanal, pelo que o conceito de lazer ganha uma nova dimensão. “ (...) a mudança que progressivamente se tem instalado nas sociedades desenvolvidas, recuperou, renovou e reinventou formas de mobilidade onde o lazer é a componente fundamental. Os novos modos de consumir o espaço assumem, hoje, quer pelos quantitativos demográficos que envolvem, quer pelas alterações espaciais que promovem, uma expressão a que não se pode ficar alheio. (...) De facto, a mobilidade espacial das populações é responsável não só pelos novos padrões de distribuição da população, como por novos comportamentos demográficos ao nível da sua estrutura interna.” (CRAVIDÃO, 1996)

“ O Turismo transforma-se num fenómeno da sociedade, influencia o comportamento das pessoas e começa a alcançar uma dimensão económica sem precedentes (...)” (CUNHA 2006:43). É neste contexto que também os actores principais – os turistas – mudam.

## **2.3 - Perfil do turista**

A evolução do Turismo foi também marcada e influenciada pelo desenvolvimento dos transportes que vieram revolucionar a forma como as deslocações foram e são efectuadas. Segundo CUNHA (2006) “ (...) a partir dos anos 50, os países europeus conheceram a fase de maior progresso económico e social que o mundo jamais havia conhecido o que impulsionou e consolidou o desenvolvimento do turismo.” O Turismo tem que perceber as mutações/ alterações que o mundo à sua volta sofre, para que seja possível reinventar-se e readaptar-se, conseguindo assim responder, de forma eficaz, a essas alterações. O período entre 1945 e 1973 foi dos mais influentes para o Turismo. Assistiu-se a alterações no perfil dos turistas e percebeu-se a panóplia de motivações que os levava a viajar. Em 1980 as estratégias para o Turismo foram alteradas, com base nas mudanças a que se assistia. O Turismo já não poderia surgir de forma espontânea, mas deveria obedecer a um “desenvolvimento planificado”, ou seja, começa assim a criar-se uma estratégia técnico-científica para o sector. Factores de natureza cultural e social, entre outros, desencadeiam a definição de políticas de Turismo. Surgem, pela primeira vez, estratégias que têm em conta as características dos lugares e o envolvimento das populações locais em ordem à obtenção de sucesso. As características dos lugares, enquanto aspectos autóctones, são factores de

relevância e objecto de promoção/ divulgação junto dos turistas/ visitantes, aliados a uma cuidada protecção do ambiente, perspectivando-se a sustentabilidade dos lugares.

Outro aspecto relevante é o facto de os meios tecnológicos, como o computador e a Internet, terem vindo revolucionar, de algum modo, a forma como se processam as transacções no Turismo; ou seja, a evolução do Turismo enquanto sector da actividade económica permite uma globalização do fenómeno, quer na perspectiva de quem vende, quer na de quem compra, tornando-se assim uma oportunidade para ambas as partes. Para ser mais facilmente compreensível a evolução do Turismo enquanto fenómeno, Licínio Cunha define diferentes gerações para o Turismo, de acordo com as diferentes fases que o sector tem atravessado. A 1ª geração é caracterizada por procura individual de carácter elitista e viagens de longa duração, baseadas em motivações concentradas em torno da aventura/ novidade, valor educacional e satisfação espiritual. A 2ª geração é marcada pelo predomínio da procura de “sol e mar” baseada na massificação. À 3ª geração correspondem viagens de curta duração e repartidas, tendo-se os produtos tornado tão importantes quanto os destinos. A 4ª geração é constituída por turistas bem informados e conscientes, orientados para o entretenimento, excitação e educação, para os quais as novas tecnologias são uma importante base de apoio. É esta última geração que vai ser objecto da minha investigação.

A evolução do Turismo originou novos conceitos e novos tipos de turismo, defendidos por autores com diferentes perspectivas. Face à necessidade da existência de critérios aceites universalmente, essa função foi atribuída à OMT (Organização Mundial do Turismo).

De acordo com a OMT (1994):

- Visitante é toda a pessoa que se desloca a um local situado fora do seu ambiente habitual durante um período inferior a 12 meses consecutivos e cujo motivo principal da visita é outro que não seja o de exercer uma actividade no local visitado;
- Turista é todo o visitante que passa pelo menos uma noite num estabelecimento colectivo ou num alojamento privado no local visitado;
- Visitante do dia, em substituição do termo “excursionista”, é todo o visitante que não passa a noite no local visitado.

## 2.4 – Lazer e Sociedade

A problemática do tempo e do espaço é, hoje em dia, assunto de debate. O tempo “impõe-se, hoje, no cotidiano das sociedades ditas “modernas” de uma forma mais globalizante que nunca. Escasso, avaliado como recurso, é rigorosamente contabilizado em todas as instâncias.” GAMA (2008: 17) “ Ao tempo associa-se o espaço.” (GAMA, 2008:17) Ambos são termos da linguagem comum. O tempo livre opõe-se ao tempo de trabalho e o seu uso assume formas diversificadas e desiguais. “ A organização do trabalho industrial e a sua evolução conduziu a uma valorização do tempo livre e do ócio, diferenciando-se e opondo-se mesmo às formas como é tomado nas sociedades tradicionais.” (GAMA, 2008:18) “ (...) As fadigas da vida moderna tornam indispensáveis o divertimento, a distração, o descanso” (LEFÈBVRE, 1968:103 citado por GAMA, 2008:18). “Tempo livre, ócio e trabalho são concebidos na forma de produtos da sociedade *moderna*, em que a urbanização e a industrialização configuram o modo de vida e as relações sociais (...)” GAMA,2008:19) “(...) as práticas ligadas ao tempo livre têm, como quaisquer outras, relação com o espaço(...)”. (GAMA, 2008:19) “Inicialmente, nas sociedades onde eram fracos os meios técnicos de mobilidade espacial, como nas áreas ainda hoje carecidas desses meios, os espaços dos tempos livres confinavam-se e confinam-se predominantemente aos lugares próximos, com especial significado para os centros de socialização das comunidades. São, por um lado, os largos, centros cívicos das comunidades, para o espaço aldeão, como o é a casa para o espaço familiar. Lugares de festas e de passar o tempo correspondem também a espaços privilegiados de socialização.” (GAMA, 2008:20) “ Os tipos de ócio e o seu alcance têm, por isso, muito de relação com o tempo disponível para a sua prática. Se o alcance espacial é um problema técnico, dependendo dos meios de transporte e da sua eficácia em distância, tempo de duração das deslocações e comodidade, é também, por razões económicas, um problema social já que gera, por esse motivo, uma segregação social no que se refere à utilização do território. De início, o turismo foi apanágio das classes dominantes, a aristocracia e a burguesia endinheirada dos finais do século XIX e princípios do nosso século. Estas dispunham de tempo livre e de dinheiro que lhes permitia usufruir das longas estadias nas estâncias de praia ou termas mais afamadas da sua época. Muitas transformações se operaram desde então e, ao mesmo tempo que se massificaram os ócios, o turismo acompanhou esse movimento. Mas, se muito mais gente veio a dispor de tempo livre, a sua duração e frequência divergia muito

do ponto de vista social, acentuando-se mesmo a desigualdade social perante o turismo. Esta desigualdade, porque o turismo se tornou um “consumidor” de espaço, evidenciou-se, também, cada vez mais na sua dimensão espacial. Dispor de mais dinheiro é dispor de mais tempo, é ir mais longe, é poder consumir mais caro e melhor” (GAMA, 2008:23).

## **2.5 – Tipos de Turismo**

Há hoje uma diversificada classificação de tipos de turismo. Uns têm perdurado no tempo e continuam com significativa importância. Outros aparecem como “novos nichos”, onde o efémero pode ser uma das suas características.

De entre os muitos Tipos de Turismo existentes refiro os que considero mais significativos, em virtude de estarem mais directamente relacionados com a área de estudo da minha dissertação.

Motivações culturais, profissionais, desportivas e outras estão na origem das escolhas dos destinos e nos Tipos de Turismo a praticar.

O *Turismo de Natureza* manifesta-se de duas formas: natural e ecológica. A primeira relaciona-se com os vários aspectos da Terra, do Mar e do Céu e com o seu estado de pureza; a segunda, também conhecida por Ecoturismo, está vocacionada para as áreas naturais com o fim de observar e compreender a Natureza e a História Natural do Ambiente. A motivação dominante é a contemplação do meio natural e a evasão ao meio urbano.

DOMINGUES (1992) considera *Ecoturismo* a designação que se dá à exploração de actividades turísticas que têm por objectivo conservar/preservar os recursos da Natureza e contribuir para a fixação das populações em regiões rurais, mediante a implementação de medidas adequadas.

CUNHA (2006) explana a sua preocupação relativamente à finitude dos recursos, o que levou a uma maior preocupação com as questões ambientais e despertou interesse pelas viagens de contacto com a Natureza, fazendo nascer novas formas de turismo.

O aproveitamento e a adaptação de actividades ao meio envolvente são extremamente importantes para o desenvolvimento de uma actividade turística consolidada. Os locais onde as actividades de Ecoturismo são possíveis devem ter sempre em conta a preservação e conservação do meio ambiente, pois os recursos podem tornar-se escassos ou mesmo inexistentes com a sua utilização e possível degradação. Os percursos pedestres permitem



vislumbrar paisagens únicas e apreciar a riqueza da fauna e flora, proporcionando experiências inesquecíveis.

O *Turismo de Montanha* ocorre em regiões montanhosas. O ar puro, as paisagens verdejantes, as águas cristalinas e o clima frio são as principais atrações turísticas. A neve, que no Inverno cobre as montanhas, proporciona a prática de atividades desportivas e de lazer, nomeadamente, o esqui, o snowboard, corridas de cães de trenó e pulka.

O Turismo de Montanha possibilita, ainda, a prática de asa delta, parapente, rappel, montanhismo e escalada.

O *Turismo Desportivo* tem cada vez um maior número de adeptos, de todas as idades e estratos sociais. Podem ser, apenas, simples espectadores ou elementos participativos nas várias modalidades ao seu dispor. Jogos Olímpicos, Campeonatos de Futebol, Corridas de Automóveis, Golfe, Esqui e Equitação estão a ter cada vez mais adesão.

O *Turismo Cultural/Histórico* está associado ao desejo de ver coisas novas, de aumentar conhecimentos, comparar civilizações e culturas, ou ainda à satisfação de necessidades espirituais. Centros Culturais, Museus, Monumentos ou Templos Religiosos satisfazem os anseios dos mais eruditos. Há também quem se interesse pela cultura camponesa. Incluem-se, ainda, nesta vertente, as viagens de estudo.

O *Turismo Religioso*, intimamente associado a lugares santos e locais de culto, mobiliza muitos milhares de pessoas por todo o mundo.

O *Turismo Social* “nasceu do reconhecimento de que o gozo de férias fora da residência habitual é um direito de todos independentemente do nível social e do rendimento de cada um” (CUNHA, 2006:378). Destinado, essencialmente, às pessoas que dispõem de fracos rendimentos, este tipo de turismo responde a uma necessidade social. Beneficia de formas de intervenção específicas, ou por parte do Estado, ou de organizações de trabalhadores, ou ainda de associações não governamentais ou de solidariedade social.

O *Turismo Sénior* baseia-se no intuito de integrar a pessoa idosa na sociedade e promover a sua qualidade de vida. O envelhecimento da população tem levado os responsáveis pelo marketing a criarem roteiros especiais, de acordo com as possibilidades económicas e limitações de saúde de cada um. Nota-se que o idoso está a valorizar cada vez mais a participação social e a cultura, combatendo assim a solidão.

A partir de 1995 o Governo lançou uma nova geração de políticas sociais destinadas a idosos com poucos recursos. Permito-me destacar a notável intervenção do Instituto Nacional de Aproveitamento dos Tempos Livres (INATEL) enquanto Organismo promotor deste tipo de turismo, na sua vertente social.

O *Turismo de Repouso* surge como factor de recuperação física e mental. Locais calmos, Estâncias Termiais ou os modernos Health Resorts poderão dar resposta às vítimas do stress urbano.

O *Turismo de Negócios*, como o próprio nome indica, origina importantes movimentos de grande significado económico. Reuniões, Congressos, Exposições e Feiras são alvos preferenciais.

Dada a importância e a dimensão da actividade turística, o estudo da procura, da oferta e do mercado turístico tornaram-se primordiais.

## **2.6– Procura Turística**

Após a Segunda Guerra Mundial a procura turística tem crescido, devido, principalmente, à melhoria da qualidade de vida, ao desenvolvimento dos transportes e ao direito a férias pagas. Essa mesma procura está directamente relacionada com as diversas quantidades de bens e serviços que os visitantes, residentes e não residentes, adquirem num dado momento. Pode assumir a forma física, que traduz os fluxos turísticos, ou seja o número de pessoas que se deslocam para locais diferentes daqueles onde residem ou trabalham, ou ainda a forma monetária, que corresponde às receitas que resultam de todos os gastos realizados pelos visitantes. A procura geográfica tem a ver com aspectos direccionais que retratam as origens e os destinos escolhidos. Por fim, a procura global que abrange a procura efectiva ou real e a potencial, concretizável num futuro mais ou menos próximo.

A procura turística tem crescido, de forma constante, a nível mundial, abrangendo cada vez um maior número de pessoas. Verificaram-se alguns afrouxamentos, é certo, mas foram insuficientes para inverterem essa tendência.

O leque de motivações que leva as pessoas a viajar é, hoje, muito mais alargado. Razões de ordem pessoal, social, profissional, familiar, entre outros. Também estas tendem a aumentar, o que irá desencadear novos Tipos de Turismo e produtos. A democratização do Turismo terá que acompanhar a alteração dos modos de vida.

Na generalidade dos destinos turísticos a distribuição da procura, ao longo do ano, é muito desigual, originando sazonalidade. Como causas posso apontar o clima, os períodos de férias, os hábitos e ainda razões sociais e económicas.

Existem, também, áreas de concentração turística, não só em termos de destino mas também de origem. São as maiores potências mundiais que determinam os maiores fluxos turísticos. São também elas as principais destinatárias do Turismo Mundial.

O mar, as montanhas e as grandes cidades são atractivos determinantes, originando fortes correntes turísticas. Embora surjam novas tendências estes continuam no topo das preferências. O facto de estarem desigualmente distribuídos no espaço e grande parte deles ser irreproduzível desencadeia uma distribuição irregular de fluxos turísticos.

A concentração turística pode originar problemas, por vezes de difícil solução, tendo como alvos as empresas, os trabalhadores e os próprios consumidores. As empresas investem de forma a satisfazer o elevado número de turistas que afluem aos principais destinos turísticos na época alta. Para garantir rentabilidade na época baixa, há necessidade de criar alternativas, o que exige outro tipo de investimentos. Os trabalhadores são, muitas vezes, vítimas de trabalho incerto. Os próprios consumidores arriscam-se a um tratamento pouco profissional, em virtude de os trabalhadores do sector não serem devidamente qualificados e remunerados. A enorme afluência de turistas pode gerar algum desconforto e insegurança.

Em termos de espaço pode surgir dependência de mercado. Podem ainda desencadear-se impactos ambientais graves, tais como a destruição dos espaços verdes e a degradação do ambiente. Além disso, a elevada concentração de pessoas em determinadas zonas origina o abandono das restantes.

É cada vez menor a dependência dos atractivos naturais e histórico-monumentais. Estes, estão a ser substituídos por novos equipamentos, que se transformam em autênticos recursos turísticos, tais como Parques Temáticos e de Diversão. À sua volta constroem-se hotéis, restaurantes, estabelecimentos comerciais e equipamentos desportivos, transformando-os em verdadeiros Centros Turísticos.

## **2.7- Oferta Turística**

Denomina-se como oferta turística “o conjunto de todas as facilidades, bens e serviços adquiridos ou utilizados pelos visitantes, bem como todos aqueles que foram criados com o fim de satisfazer as suas necessidades e postos à sua disposição e ainda os elementos naturais ou culturais que concorrem para a sua deslocação” (CUNHA 2001:175).

Todos os bens e serviços turísticos são produzidos para o momento em que são consumidos não podendo ser armazenados para momento posterior. (...) Se num dado momento não existe procura não pode haver produção. (...) Para haver produção é preciso que o cliente se desloque ao local onde ela se realiza, havendo uma íntima relação entre o consumo e a presença do cliente.(...) A produção e o consumo ocorrem no mesmo local e ao mesmo tempo o que tem como consequência que só há produção turística quando há consumo. Não há possibilidade de deslocar a oferta turística para outro local: uma praia ou uma montanha não podem deslocar-se para outros locais. (...) Qualquer viagem comporta necessariamente um conjunto mínimo de bens e serviços: deslocação (transporte), alojamento e alimentação, pelo menos (...) e se um deles não funcionar bem os outros são afectados. (...) Testar um produto turístico significa consumi-lo (CUNHA 2001,177:178). As principais componentes da oferta turística são os recursos turísticos, quer eles sejam naturais ou criados pelo homem, as infra-estruturas, as superestruturas, as acessibilidades e transportes e a hospitalidade e acolhimento. Como recursos turísticos naturais temos o clima, a flora e a fauna, a paisagem, as praias e as montanhas. Criados pelo Homem foram a Arte, a História, os Monumentos, os Parques Temáticos e de Diversão. As infra-estruturas dizem respeito ao abastecimento de água, sistema de esgotos, gás e electricidade, drenagem, estradas, proximidade de aeroportos, parques de estacionamento, marinas e facilidades de transporte. Os equipamentos correspondem a alojamentos, restaurantes, locais de entretenimento/diversão e estabelecimentos comerciais. As acessibilidades englobam vias de acesso, meios de transporte e sua organização. A hospitalidade e acolhimento determinam um atendimento de qualidade -componente fundamental da oferta turística.

## **2.8 - Mercado Turístico**

Entende-se por mercado turístico o mecanismo pelo qual os compradores e os vendedores de bens ou serviços turísticos se confrontam para determinar o preço e as quantidades desses bens e serviços.

O mercado turístico engloba três intervenientes: os produtores, os vendedores dos produtos e os compradores. Abrange elementos tão diversificados como alojamento, transporte, transferências, refeições, visitas, divertimentos, compras, repouso, entre outros...

A compra de um produto intangível não esgota as aquisições exigidas pela viagem. O consumidor tem de se deslocar para a localidade onde vai consumir o produto que adquiriu, ao contrário do que sucede em relação à generalidade dos produtos, que são adquiridos num dado mercado, podendo aí ser consumidos ou noutra localidade.

Entre vendedores e consumidores estabelece-se, assim, uma rede de interacções que origina a complexa cadeia de valor/ distribuição turística. São diversos os agentes da actividade turística: produtores, grossistas, retalhistas e consumidores.

Em Turismo é praticamente impossível encontrar dois produtos iguais, mesmo que cada um deles responda a necessidades iguais, devido à existência de mercados livres, em que as unidades económicas actuam livremente, e mercados regulamentados, sujeitos a condições impostas por forças estranhas ao mercado.

Dada a dimensão que a actividade turística atingiu, surgiu a necessidade de a regulamentar e dinamizar. Nesse sentido, foram criados organismos e instituições, cuja principal função é planear e supervisionar este importante sector. Garantir a sustentabilidade e sobrevivência dos destinos turísticos tornou-se uma prioridade.

## **2ª Parte**

### **Capítulo III – Turismo e Organizações**

*“A melhor maneira de predizer o futuro é inventá-lo” (DENNIS GABOR).*

#### **3.1 -Organização Mundial do Turismo (OMT)**

A Organização Mundial do Turismo (OMT) foi criada em 27 de Setembro de 1974, pela Organização das Nações Unidas (ONU), tendo sucedido a um outro Organismo denominado União Internacional dos Organismos Oficiais de Turismo (UIOOT). Sedeada em Madrid tem como objectivo principal “promover e desenvolver o Turismo com vista a contribuir para a expansão económica, a compreensão internacional, a paz, a prosperidade, bem como para o respeito universal e a observância dos direitos e liberdades humanas fundamentais sem distinção de raça, sexo, língua ou religião”.

“ (...) prestará especial atenção aos interesses dos países em vias de desenvolvimento no domínio do turismo”. “ (...) estabelecerá e manterá uma cooperação eficaz com os órgãos competentes das Nações Unidas e as suas agências especializadas.” “(...)procurará estabelecer relações de cooperação estratégica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento”.

De acordo com o artigo 4º dos estatutos da OMT “ A qualidade de Membro da Organização será acessível aos:

- Membros efectivos;
- Membros associados;
- Membros filiados.

De acordo com o artigo 5º “ A qualidade de Membro efectivo da Organização é acessível a todos os Estados soberanos”. “ A qualidade de Membro associado é acessível a todos os territórios ou grupos que não assumem a responsabilidade das suas relações internacionais”. “ A qualidade de Membro filiado da Organização é acessível às organizações internacionais, intergovernamentais e não governamentais, que se ocupem de

assuntos de interesse turístico especializados, bem como às organizações comerciais e associações cujas actividades se relacionam com os objectivos da Organização ou que dependem da sua competência”.

A OMT possui 3 órgãos internos de gestão:

- Assembleia-geral, denominada “a Assembleia”;
- Conselho Executivo, denominado “o Conselho”;
- Secretariado.

Segundo dados de Junho de 2009, a OMT é constituída por 154 países como Membros efectivos, 7 Membros associados e mais de 390 Membros afiliados.

Neste momento exerce funções de Secretário – Geral o Sr. Tabed Rifai.

Foi necessário um longo percurso para que esta Organização atingisse a dimensão que hoje lhe é reconhecida. Em 1946 realizou-se na cidade de Londres o 1º Congresso Internacional de Organismos Nacionais de Turismo. No ano seguinte realizou-se a 1ª Assembleia Constitutiva da União Internacional das Organizações Oficiais de Viagens em Haia. Em 1948 foi criada a Comissão Europeia de Turismo (ETC). 1967 é declarado Ano Internacional do Turismo (ITY). A 27 de Setembro de 1970, na cidade do México, são aprovados os Estatutos da Organização Mundial do Turismo. A partir de 1980, o dia 27 de Setembro passou a ser assinalado como Dia Mundial do Turismo.

Em 1989 realiza-se a VIII Assembleia-geral da OMT em Paris. No ano de 1991, na Conferência de Ottawa, foram estabelecidas as medidas recomendadas para a segurança no Turismo e surgem as primeiras preocupações com pessoas portadoras de deficiência através da “Criação de oportunidades para pessoas portadoras de deficiência nos anos noventa”. Em 1992, no Rio de Janeiro, realizou-se uma conferência sobre a temática do Meio Ambiente e Desenvolvimento. Em 1995, após a declaração sobre a Rota da Seda e a Rota do Escravo, realiza-se um evento designado por 1º Fórum sobre a OMC (Organização Mundial do Comércio), em Cádiz (Espanha), “que ressalta a importância da cooperação entre autoridades locais, regionais e nacionais”. Em Bali, Indonésia, em 1996 realiza-se a 2ª edição deste evento. Em 1997 Francesco Frangialli é eleito Secretário-geral da OMT. As estatísticas do Turismo são hoje um instrumento de trabalho precioso para os turismólogos. Por esse facto, no ano 2000, as estatísticas das Nações Unidas aprovam normas internacionais que, posteriormente, seriam incluídas na Conta Satélite do Turismo

(CST). 2002 foi declarado o Ano Internacional do Ecoturismo. Em 2006, Kofi Annan preside às comemorações do XXX aniversário da OMT, em Madrid. Realizou-se também, no mesmo ano, a Primeira Conferência Internacional sobre Turismo e Artesanato.

Feiras Internacionais de Turismo, como a FITUR, em Madrid, e a BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa) são algumas das inúmeras actividades que contribuem para uma maior visibilidade do sector turístico.

A OMT debate-se com inúmeras preocupações e levanta uma panóplia de questões relativas ao Turismo. Alerta os diferentes Estados para as mais variadas situações. Através das suas delegações são desenvolvidas, em cooperação com os governos, políticas concertadas de Turismo. Uma das premissas dos seus estatutos é o combate às desigualdades sociais, a fim de que cada destino se torne harmonioso e crie um relacionamento saudável entre visitantes e visitados.

Outra das grandes preocupações da OMT é estabelecer políticas concertadas no âmbito da formação e educação em Turismo, factor fundamental para que cada destino receba com qualidade e eficácia os seus visitantes. A gestão dos destinos, tendo em conta a sua capacidade de carga e a sua sustentabilidade, são também aspectos que preocupam este organismo que luta por um turismo global e pelo desenvolvimento de infra-estruturas de apoio ao Turismo. Informações/ comunicações e a melhor gestão de crises nos diferentes estados são factores fundamentais que urge implementar. Um elemento fundamental e objecto de referência para o Turismo, em termos mundiais, são as estatísticas. Elas permitem que os diferentes países se renovem, quando necessário, e percebam quais as políticas mais adequadas a cada momento e situação. O Turismo, independentemente da sua importância em termos económicos, é um sector frágil, visto depender, em certa medida, de factores externos que o podem influenciar, quer positiva quer negativamente. Epidemias, guerras ou insegurança podem ter consequências nefastas.

As oscilações são grandes, de acordo com a análise efectuada pela OMT.

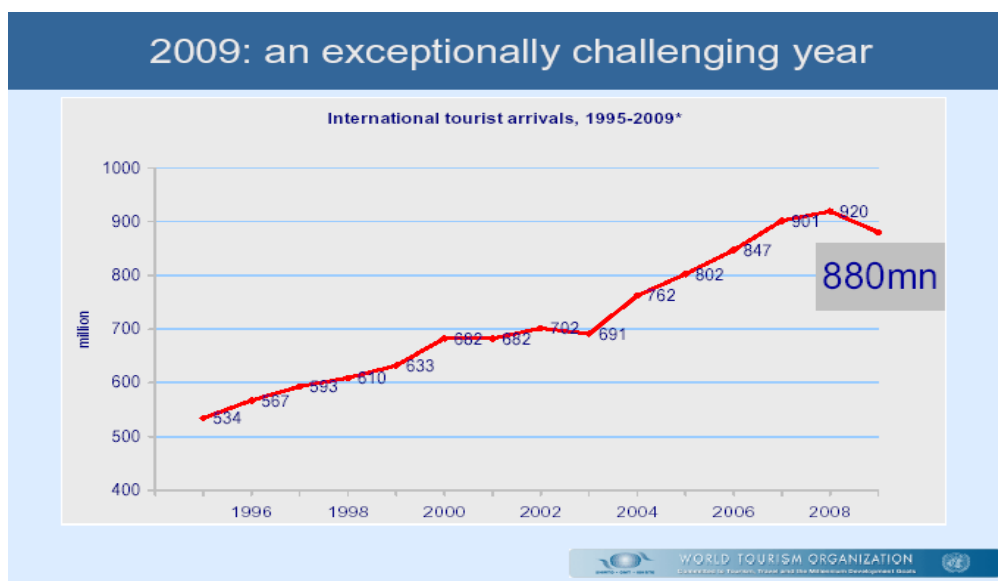


### 3.1.1 - Tendências e Previsões para o Turismo Mundial

Os dados referem-se ao espaço temporal correspondente aos últimos 14 anos, ou seja a partir de 1995. Verificou-se um crescimento significativo das chegadas de turistas internacionais até ao ano 2000, ao que se seguiu um ligeiro abrandamento correspondente aos anos de 2001, 2002 e 2003. A partir de 2004 registaram-se aumentos significativos até 2007. Em 2008 o aumento foi ligeiro, seguindo-se uma descida acentuada em 2009.

Os valores previstos para 2010 apontam para uma descida para os 880 milhões o que corresponde a uma diferença de 40 milhões em relação a 2009.

**Gráfico nº III.1 – Chegadas de Turistas Internacionais, 1995-2009**



**Fonte: 2009 International Tourism Results and Prospects for 2010**

A OMT publicou ainda um ranking mundial, por países e por regiões do mundo, divulgando quais os que obtiveram melhor resultado em termos de receitas (C.fAnexo I). Verificamos que o primeiro lugar pertence aos Estados Unidos, seguindo-se a Espanha.

Em terceiro lugar aparece a França, em 4º a Itália e em 5º a China, país que se tem vindo a afirmar em termos turísticos. Em 6º lugar temos a Alemanha, em 7º o Reino Unido, em 8º a Austrália, em 9º a Turquia e em 10º a Áustria. Portugal aparece em 27º lugar, facto esse que deve ser motivo de reflexão. É importante analisar a situação portuguesa no contexto europeu e mundial.

Em termos de países emissores de Turismo podemos concluir que os primeiros lugares pertencem a países com grande poder económico e que, nos últimos anos, se tornaram grandes potências mundiais, com as quais é difícil competir. Adoptando algumas medidas, talvez não seja difícil subir alguns lugares no ranking. Essas medidas poderão passar por melhorar aspectos menos positivos, tornando os países mais atractivos. Com a globalização o mundo tornou-se uma “aldeia global”. Atravessar fronteiras deixou de ser um problema. Um mundo globalizado pode trazer alguns riscos, em termos de segurança, mas pode também tornar-se um mundo de oportunidades. As novas tecnologias permitem-nos viajar até locais que outrora nos pareciam inalcançáveis.

A intervenção do Estado é indispensável para o sucesso do desenvolvimento do Turismo, já que a ele cabe o papel de ser o seu promotor. Sabemos, também, que os Governos têm dado pouca atenção ao sector, falhando no estabelecimento de políticas consideradas prioritárias. Ao Turismo de Portugal compete promover a imagem do país, maximizar os benefícios do Turismo e minimizar as falhas.

## **3. 2 – O Turismo em Portugal**

### **3. 2.1 -Evolução do Turismo em Portugal**

“ (...) o território português – à semelhança de outros países da bacia do mediterrâneo – define-se como um espaço turístico de recepção e no qual a actividade turística, pelo dinamismo económico crescente que vem assumindo, induz modificações nos modos de utilização e nas formas de organização do espaço, ao mesmo tempo que se instalam processos de reestruturação social e cultural geradores de novas dinâmicas territoriais”(MALTA,1996:6). Nos “processos de modelação dos espaços turísticos” “participam diversos actores, os quais, obviamente, assumem funções e graus de envolvimento diferenciados” (MALTA, 1996:6). Sendo o Turismo, enquanto actividade económica, um sector de cariz eminentemente privado, o Estado torna-se um “agente –

chave na organização do espaço turístico nacional” (MALTA, 1996:7) enquanto participante activo no processo de turistificação do território. “ (...) a noção de turistificação serve para exprimir o conjunto de processos e mecanismos que fazem com que um lugar ou um espaço seja objecto de utilização para fins turísticos(J.-M.DEWAILLY e E.FLAMENT,1993 citado por MALTA,1996: 7). “ (...) de um modo geral, os motivos subjacentes à intervenção dos poderes públicos prendem-se com a emergência de disfunções ou problemas colectivos, relativamente aos quais é necessário encontrar uma solução premente e sistemática. Depois de identificados os problemas (...) o Estado intervém no sentido da regulação dos comportamentos dos actores sociais mais relevantes, podendo o âmbito, formas, modalidades e mecanismos dessa intervenção assumir as mais diversas configurações” (MALTA, 1996:8). Cabe ao Estado a responsabilidade pelo “processo de construção e consolidação de uma política de turismo” (MALTA, 1996:8) estabelecendo objectivos, definindo estratégias e delineando um sistema de avaliação permanente que imponha o Turismo como factor de desenvolvimento.

### **3.3– Turismo de Portugal, I.P.**

O Turismo tem desempenhado, nos últimos anos, um papel-chave na manutenção e no desenvolvimento da economia nacional. A 1ª metade da década de 50 foi importante para o sector, na medida em que ele foi institucionalizado e foram criadas novas políticas de Turismo que lhe ofereceram credibilidade. “Integrado no Ministério da Economia e Inovação o Turismo de Portugal é a autoridade turística nacional responsável pela promoção, valorização e sustentabilidade da actividade turística, agregando numa única entidade todas as competências institucionais relativas à dinamização do Turismo desde a oferta à procura.” ([www.turismodeportugal.pt](http://www.turismodeportugal.pt))

O Turismo de Portugal definiu 5 prioridades para o sector, a saber:

- qualificar e desenvolver novas infra-estruturas turísticas;
- desenvolver a formação de recursos humanos;
- apoiar o investimento no sector;
- coordenar e apoiar a promoção interna e externa de Portugal como destino turístico;
- regularizar e fiscalizar jogos de fortuna e azar.

A importância do Turismo para a economia portuguesa foi descoberta desde cedo. No entanto, a implementação de medidas específicas para o seu desenvolvimento apenas aconteceu quando os restantes países europeus já tinham alcançado uma dimensão e importância relevante e atingido um patamar sólido. A institucionalização do Turismo, enquanto sector, foi um factor decisivo para que o turismo nacional se consolidasse e tornasse credível.

Ao criar o PENT (Plano Estratégico Nacional do Turismo) o Turismo de Portugal pretende esbater algumas das muitas assimetrias regionais.

### **3.3.1 -Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)**

Em 1986/1989 surgiram medidas efectivamente sólidas para o sector turístico com o aparecimento do PNT (Plano Nacional de Turismo) considerado “factor estratégico para a eliminação dos desequilíbrios e reanimação da economia”. No entanto veio a verificar-se que era necessário actualizar e fazer algo mais pelo turismo nacional. Entre outras medidas surgiu o PENT (Plano Estratégico Nacional do Turismo) com o horizonte temporal entre 2006 e 2015. O seu grande objectivo é tornar atractivo o país como um todo, com as variedades e especificidades de cada região, em vez de apenas as 3 mais conhecidas que são o Algarve, Lisboa e a Região Autónoma da Madeira.

São objectivos do PENT:

- contribuir para o aumento do PIB nacional;
- aumentar o emprego qualificado;
- acelerar o crescimento do turismo interno.

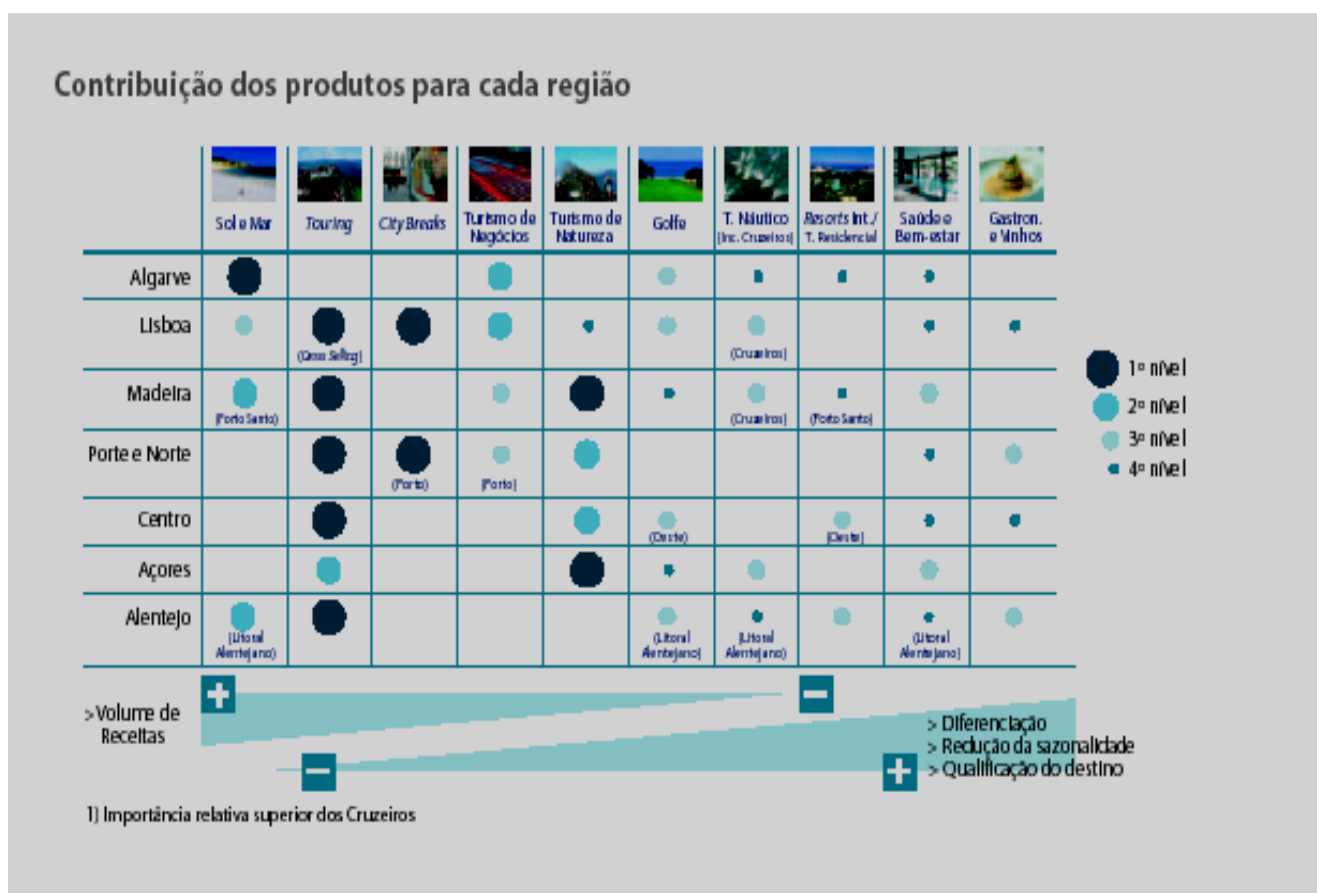
Pretende desenvolver novos pólos de atracção turística como o Alqueva, Litoral Alentejano, Oeste, Douro, Serra da Estrela, Porto Santo e Açores.

Para tal foram estabelecidos alguns parâmetros como:

- dinamização de “clusters” regionais
- planos sectoriais
- acessos e redes de transporte competitivos;
- “via rápida” para projectos de elevado valor acrescentado;
- novo quadro de incentivos
- calendário de animação regular.

Foram ainda definidos 10 produtos, em torno do território, tendo em conta a sua atractividade e o seu interesse estratégico.

**Quadro nº III.1 – Contribuição dos produtos para cada região**



Fonte: PENT (2006 -2015)

Esses produtos constituem os principais atractivos que se pretendem desenvolver e promover.

- Gastronomia e Vinhos;
- Touring Cultural e Paisagístico;
- Saúde e Bem-estar;
- Turismo de Natureza;
- MICE (Turismo de negócios)
- Turismo Residencial;
- City/Short Breaks;
- Golfe;
- Turismo Náutico;
- Sol e Mar.

**Quadro nº III.2 – Matriz Estratégica de desenvolvimento dos produtos no território**

Produtos	Regiões/destinos turísticos						
	Porto e Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Touring cultural e paisagístico	●●●●	●●●●	●●●●	●●●●	●	●●	●●
Saúde e Bem Estar	●●●●	●●	●●●●	●●	●●●●	●●	●●
Golf Travel	●	●	●●●●	●	●●●●	●	●●
Turismo de Natureza	●●●●	●●●●	●	●●	●●	●●●●	●●●●
Tours de Vinho e Gastronomia	●●●●	●●●●	●●	●●●●	●	●	●
City short breaks	●●●●		●●●●		●		
Turismo de Negócios / Reuniões	●●●●	●	●●●●	●	●●	●	●●
Turismo de Sol & Mar	●●	●●	●●	●●●●	●●●●		●●●●
Turismo Náutico	●●	●●	●●●●	●●	●●●●	●●●●	●●●●
Turismo Residencial	●●	●	●●●●	●●	●●●●	●	●

●●●● Muito alto    ●● Alto    ● Limitado

**Fonte: PENT (2006 – 2015)**

Para que este plano resulte foram ainda definidos os “eixos da estratégia”.

O eixo I tem especial incidência sobre “territórios, destinos e produtos”

O Eixo II diz respeito às “marcas e mercados”. Nele pretende-se afirmar Portugal como marca em termos turísticos, bem como “consolidar e desenvolver mercados”.

O eixo III é referente à “qualificação de recursos”. As suas principais metas são melhorar serviços e destinos, qualificar recursos humanos e desburocratizar.

O Eixo IV designa-se por “distribuição e comercialização”. Pretende ajustar empresas e destinos aos novos modelos de negócio.

O V e último eixo está relacionado com “inovação e conhecimento”. Pretende-se, com o mesmo, gerar conhecimento para decidir e inserir o Turismo no plano tecnológico.

### **3.3.2 PENT – Serra da Estrela**

Sendo a Serra da Estrela um dos 7 novos pólos de atracção turística, a desenvolver através do PENT, pretende-se que sejam analisadas pormenorizadamente as mais valias existentes, sendo as mesmas consideradas aspectos diferenciadores de desenvolvimento.

Em relação à Serra da Estrela os principais factores distintivos por Pólo de Desenvolvimento Turístico são:

- Local de excelência para observar neve em Portugal;
- Aldeias preservadas;
- Parque Natural da Serra da Estrela;
- Gastronomia;
- Cultura Local.

A criação do pólo turístico da Serra da Estrela visa o desenvolvimento de um efectivo destino de neve para o mercado nacional, aproveitando os recursos naturais da Serra, contribuindo também para o desenvolvimento económico da zona, e constituindo uma real alternativa aos pequenos resorts de montanha de Espanha. O pólo circunscrito pelas NUTS 3 Serra da Estrela, Beira Interior Norte e Cova da Beira, abrange toda a área do Parque Natural da Serra da Estrela e municípios circundantes com importantes recursos naturais, culturais e paisagísticos.

Deverão ser desenvolvidos dois produtos no pólo: Touring e Turismo de Natureza (com particular enfoque na oferta de neve). O mercado alvo da Serra da Estrela é o mercado nacional, onde o pólo se diferencia por ser o único destino de neve. Será servido por via rodoviária, sendo necessário melhorar as condições de segurança nas acessibilidades aos pontos mais altos da Serra. Deverá ser desenvolvida uma oferta de alojamento hoteleiro multi-segmentada visando os diferentes tipos de procura do pólo e desenvolvidas rotas turísticas e serviços de apoio ao turista, para o aproveitamento das características específicas da Serra da Estrela (in PENT – Serra da Estrela).

Os recursos naturais da Serra da Estrela não podem, de forma alguma, restringir-se à neve. No decorrer de um Seminário subordinado ao tema “ Neve - importância natural, cultural e

económica”, promovido pelo Município de Seia com a colaboração da Associação “Aldeia” ( Acção, Liberdade, Desenvolvimento, Educação, Investigação, Ambiente) realizado nos dias 20 e 21 de Fevereiro nas instalações do Centro de Interpretação da Serra da Estrela (CISE), o presidente da Câmara de Seia, Carlos Filipe Camelo, referiu que “ a sazonalidade associada ao turismo de Inverno não é futuro” para a região, nem para o Concelho, pelo que é necessário encontrar “ alternativas e complementaridades” ao turismo associado à neve (*Porta da Estrela* nº 887 de 28 de Fevereiro de 2010 in “Alterações climáticas obrigam a repensar alternativas turísticas à neve”). José Belarmino, director da entidade regional Turismo Serra da Estrela defende também que a neve é um produto “vendido por natureza” e que a atractividade para a região “ é quando há neve”, fazendo-se os plenos na hotelaria, mas “não nos dá garantias de um turismo para toda a vida”. Frisou ainda que as “ preocupações” do presidente da Câmara de Seia são “as preocupações” da Turismo. É necessário “conceber uma campanha virada para a não neve”, “apostando-se noutras áreas de importância turística e económica para a nossa região” (*Porta da Estrela* nº 887 de 28 de Fevereiro de 2010 in “Alterações climáticas obrigam a repensar alternativas turísticas à neve”). Segundo José Conde, técnico superior do CISE, “a neve é um recurso que deve ser explorado numa vertente cultural e natural” e não apenas “na vertente económica” (*Porta da Estrela* nº887 de 28 de Fevereiro in “Alterações climáticas obrigam a repensar alternativas turísticas à neve”).(Cf.Anexo II)

É necessário apostar forte no aproveitamento e divulgação de tantos e tão variados lugares, que encantam quem os visita, e na descoberta de elementos de autenticidade que deliciam os mais despertos. Paisagens maravilhosas, lagoas, algumas em locais recônditos, rios e riachos, sons da natureza, fauna e flora, são algumas das muitas ofertas com que a Serra da Estrela presenteia quem a percorre ou visita.

Entidades governamentais, Autarquias, geógrafos, ambientalistas, biólogos, paisagistas, técnicos de planeamento, turismólogos e responsáveis pelo Parque Natural da Serra da Estrela deveriam dar as mãos e unir esforços no sentido de conseguirem que esta região se afirme como vincadamente turística.

Sendo os eixos rodoviários as únicas vias de acesso ao Maciço Central da Serra da Estrela, cabe ao Governo “ (...) a concessão da concepção, projecto, construção, conservação, exploração, requalificação, alargamento e financiamento da rede rodoviária nacional (...)”(Decreto – Lei nº 380/ 2007, de 13 de Novembro) (C.f. Anexo III).



Através do Despacho nº 19868-A/2009 publicado em Diário da República, 2ª série-Nº168-31 de Agosto de 2009, o Senhor Ministro de Estado e das Finanças, Fernando Teixeira dos Santos e o Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino Soares Correia, determinaram o lançamento dos concursos públicos para a construção dos eixos rodoviários IC 6, entre Tábua e Covilhã (IP 2/A 23), IC 7 entre Oliveira do Hospital (IC6) e Fornos de Algodres (IP 5/ A 25), e IC 37 entre Viseu (IP 5 / A 25) e Seia (IC 7), medida há muito reivindicada e com a qual se congratularam autarcas e municípios.

Segundo Carlos Filipe Camelo, Presidente da Câmara Municipal de Seia, “ Tratou-se da mais elementar justiça, na medida em que estas acessibilidades vinham sendo sistematicamente adiadas ao longo da última década, não obstante tratar-se da região com uma das mais baixas taxas de execução do Plano Rodoviário Nacional e das mais elevadas taxas de sinistralidade” (*Porta da Estrela*, nº 886, de 19 de Fevereiro de 2010). (Cf.AnexoII)

António Mendonça, Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, durante um almoço debate, promovido pela Ordem dos Economistas, comunicou que o Governo decidiu suspender o lançamento de novas concessões que estavam anunciadas “ tendo em consideração as condições económico - financeiras actuais e futuras e o custo de oportunidade dos investimentos”(*Jornal Nova Guarda*,03-02-2010 in [www.novaguarda.pt](http://www.novaguarda.pt)).

No jornal *Porta da Estrela* de 19 de Fevereiro de 2010 o autarca de Seia refere que a notícia recente de suspender a Rede Rodoviária da Serra da Estrela “tendo em vista conter a despesa pública, constitui mais um rude golpe no desenvolvimento desta região, na medida em que poderá gorar as expectativas entretanto geradas em torno de novos investimentos na área do Turismo, entre outras”.(...) “Não concordamos é que, mais uma vez, sejam regiões como a nossa as primeiras a serem escolhidas como reféns do défice e a ter de hipotecar o seu desenvolvimento, que queremos e desejamos sustentável.”

Eduardo Mendes de Brito, ex- autarca, escreve: “ Todos temos plena consciência das imensas dificuldades que o país enfrenta. Sabemos que é preciso fazer sacrifícios para dar saúde e solidez às contas públicas. Mas não podem ser aqueles que andam a fazer sacrifícios há mais de trinta anos para que outras regiões tenham tudo ou quase tudo, a pagar agora os custos de alguns luxos desnecessários.

O governo, (...) com maior obrigação de ter preocupações sociais e de coesão territorial, não podia, ou melhor não devia ter tomado esta decisão incompetente e injusta. Primeiro olhava para o País, comparava o que cada região já tem, os problemas que enfrenta, sobretudo nas áreas do emprego e da fixação das pessoas e depois, com critérios de justiça, solidariedade e rigor, decidia onde cortava mais e menos.

(...) O governo, (...), tem que arrepiar caminho e em nome do interesse nacional deixar avançar estas obras (...). Se assim não for, ficará ligado à morte lenta desta região (...)" (*Porta da Estrela*, nº887 de 28 de Fevereiro de 2010 in "IC's: Lutar com determinação").

Sendo, de acordo com o PENT, *o mercado alvo da Serra da Estrela o mercado nacional* será possível atingir os objectivos propostos? Como?

Ainda de acordo com o PENT "*Deverá ser desenvolvida uma oferta de alojamento hoteleiro multi-segmentada visando os diferentes tipos de procura do pólo (...)*".

Como podemos atrair investidores no sector da hotelaria, se o monopólio de um património natural, que é de todos, foi entregue a uma única empresa – Turistrela,SA?

" A Turistrela detém uma concessão superior a 30 mil hectares, acima dos 800 metros de altitude, na área gerida pelo Parque Natural da Serra da Estrela. A concessão foi atribuída pelo Governo por despacho publicado no número 111 da segunda série do Diário da República, em 15 de Maio de 1986. A concessão é regulada pelos decretos-lei 408/86 de 11 de Dezembro e 269/87 de 3 de Junho, que atribuem isenção fiscal à Turistrela por um período de 15 anos, terminado em 2001" ([www.centrofundao.com](http://www.centrofundao.com)). No mesmo site é referido: "A renegociação dos contratos de arrendamento das duas dezenas de lojas do Centro Comercial da Torre, na Serra da Estrela, ocorreu em 2001 entre a Turistrela e o Instituto da Conservação da Natureza (ICN), entidade que recebe todas as receitas de áreas protegidas do País. Antes dessa altura, os valores – que o director do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) não soube especificar – eram divididos em partes iguais pela Turistrela e pelo ICN. Depois de 2001, "os contratos foram renegociados e passámos a receber uma verba irrisória", disse ao *Diário XXI* Fernando Matos, director do PNSE.

Aquele responsável, que não participou na negociação, acrescenta que " foram incluídos num único contrato" além do Centro Comercial da Torre, o Centro de Vendas da Lagoa Comprida, a casa de apoio à Estância de Esqui e ainda o parque de campismo do Vale do Rossim. "A receita (do ICN) em vez de aumentar, diminuiu drasticamente", frisa Fernando Matos, concluindo que "além de ter sido mau para o ICN, foi péssimo para o Estado português" ([www.centrofundao.com](http://www.centrofundao.com)).

“O empresário Luís Veiga (...) no Fórum Novas Fronteiras, (...) fez duras críticas ao (...) Governo, liderado por António Guterres, por ter entregue as receitas das rendas do centro Comercial da Torre, na Serra da Estrela, à Turistrela. “ É uma vergonha uma empresa estar a receber todas as rendas desse centro comercial, que foi construído com dinheiros públicos”, disse o empresário covilhanense (...). Há quatro anos, “ o rendimento foi subtraído ao Parque Natural da Serra da Estrela, que vive à mingua, precisamente porque não tem acesso a esse rendimento, que está a ir totalmente para uma empresa privada,”(...) Luís Veiga considera ainda que “ não há justificação para manter a concessão quando há empresários interessados em investir na Serra da Estrela”, nomeadamente, na área do esqui e da hotelaria. “Só a concorrência permite qualidade (...).””

“Contactado pelo *Diário XXI*, Artur Costa Pais, administrador da Turistrela não quis fazer comentários às declarações de Luís Veiga” (*Diário XXI* citado por [www.centrofundao.com](http://www.centrofundao.com)).

Ainda de acordo com o PENT “*desenvolver rotas turísticas e serviços de apoio ao turista*” é extremamente importante, já que permite um melhor conhecimento, interpretação e preservação de um património natural e cultural únicos.

### **3.4 -Turismo da Serra da Estrela**

De acordo com o D.L. nº 67/2008 de 10 de Abril o Governo considera o turismo como um factor estratégico de desenvolvimento da economia portuguesa e está fortemente empenhado na criação e consolidação de estruturas públicas fortes, modernas e dinâmicas, preparadas para responder aos desafios que o turismo enfrenta.

O Turismo não se desenvolve por si, necessita do envolvimento, da mobilização e da responsabilização de todos os agentes públicos e privados, impondo-se a coexistência de organismos que o qualifiquem, incentivem e promovam. No contexto da modernização da Administração Pública, o Governo aprovou através da Resolução do Conselho de Ministros nº124/2005, de 4 de Agosto, o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), tendo como objectivo a promoção da cidadania, do desenvolvimento económico e da qualidade dos serviços públicos, com ganhos de

eficiência, pela simplificação, racionalização e automatização que permitam a diminuição do número de serviços e dos recursos a eles afectos.

Através da Resolução do Conselho de Ministros nº 39/2006, de 21 de Abril, o Governo aprovou as orientações, gerais e especiais, para a reestruturação dos vários ministérios, nas quais assume a necessidade de criar um organismo central do turismo único, responsável pela prossecução da política de turismo nacional – o Turismo de Portugal, I. P. e a descentralização das 19 regiões de turismo para associações de municípios ou outras entidades supramunicipais.

Neste contexto, impõe-se a reorganização das entidades públicas regionais com responsabilidades na área do turismo.

De facto, um organismo público central e único do turismo necessita de cooperação e suporte regional para a concretização e implementação da política de turismo, (...). Pretende-se, desta forma, por um lado, assegurar a cobertura de todo o território nacional e, por outro, permitir que cada um dos pólos de desenvolvimento turístico (...) tenha uma entidade dinamizadora e interlocutora junto do órgão central do turismo.

Nos termos da alínea a) do nº1 do artigo 198º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Para efeitos de organização do planeamento turístico para Portugal continental, são consideradas cinco áreas regionais de turismo, (...) (Cap. I, artigo 2º) que são: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve correspondendo a toda a área abrangida por cada uma das Nomenclaturas das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos de Nível II (NUTS II).

Nas áreas regionais de turismo definidas no artigo 2º. são criados os pólos de desenvolvimento turístico(...) (Cap.I, artigo 4º, nº1) denominados por: Douro, Serra da Estrela, Leiria – Fátima, Oeste, Litoral Alentejano e Alqueva.

O pólo de desenvolvimento turístico Serra da Estrela abrange a unidade territorial da Serra da Estrela que compreende os municípios de Fornos de Algodres, Gouveia e Seia, a unidade territorial da Beira Interior Norte que compreende os municípios de Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal e Trancoso e a unidade territorial da Cova da Beira que compreende os municípios de Belmonte, Covilhã e Fundão (Cf. Anexo IV).

A Entidade Regional de Turismo que gere este pólo está sediada na cidade da Covilhã e é designada por Turismo da Serra da Estrela.

Considero importante que Natureza e turistas convivam de modo saudável. Para tal é necessário reeducar e sensibilizar o turista, em ordem a “(...) incluir as perspectivas de progresso das sociedades humanas na linha geral de preservação do planeta”(ADAMS,1999 e BAKER e tal,1997 citado por FERNANDES,2004). Este papel é da responsabilidade do Estado Português, através do ICNB (Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade), de quem dependem as áreas classificadas.

## Capítulo IV – Organismos de Protecção da Natureza

“ *Existe uma grande diferença entre saber o que fazer e fazer o que se sabe*”(Anthony Robbins).

### **4.1 -Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB)**

“Em Portugal, a política de conservação da natureza adquiriu expressão visível na década de 70, momento em que foi publicada a Lei nº9/70, de 19 de Junho, fundamental para a criação de Áreas Protegidas. Após o 25 de Abril de 1974, o Decreto-Lei nº 550/75, de 30 de Setembro, organizou a Secretaria de Estado do Ambiente e criou o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico (SNPRPP), organismo dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, antecessor do ICN.

Já nos anos 80, através do Decreto-Lei nº 49/83, de 31 de Janeiro, foi criado o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (SNPRCN) cuja lei orgânica foi aprovada pelo Decreto Regulamentar nº 3/86, de 8 de Janeiro.

Em 1993, foi aprovado, através do Decreto-Lei nº 19/93, de 23 de Janeiro, o novo regime jurídico de classificação de Áreas Protegidas e criado o Instituto de Conservação da Natureza (ICN) - Decreto – Lei nº 193/93, de 24 de Maio.

Em 2007, tendo em conta a lei orgânica do então Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR) – Decreto – Lei nº 207/2006, de 27 de Outubro – foi decidida a manutenção e reestruturação do Instituto da Conservação da Natureza (ICN), refundado com a componente da Biodiversidade e redominado Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P. (ICNB) – Decreto – Lei nº 136/2007, D.R. nº 82, Série I, de 27 de Abril de 2007. A Portaria nº 530/2007, de 30 de Abril aprova os Estatutos do ICNB. As unidades orgânicas do ICNB foram criadas através do Despacho nº20137, D.R. nº 170, Série II, de 4 de Setembro de 2007”( [www.icnb.pt](http://www.icnb.pt)).

São atribuições do ICNB:

- a) Exercer as funções de autoridade nacional para a conservação da natureza e da biodiversidade;
- b) Assegurar a preservação da conservação da natureza e da biodiversidade e a gestão sustentável de espécies e habitats naturais (...);
- c) Propor a criação de áreas classificadas, terrestres e marinhas e assegurar a gestão das que são de interesse nacional (...);
- d) Promover a articulação e a integração dos objectivos de conservação e de utilização sustentável dos recursos naturais na política de ordenamento do território (...);
- e) Promover a aplicação da Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB) e a concepção e gestão do Programa Nacional de Conservação da Natureza;
- f) Promover e desenvolver a informação, visitação, educação e sensibilização das populações, dos agentes e das organizações (...), com vista a criar uma consciência colectiva da importância dos valores naturais;
- g) Assegurar, em cooperação com as entidades competentes, o acompanhamento das questões, a transposição e o cumprimento do direito internacional e comunitário em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade ([www.icnb.pt](http://www.icnb.pt)).

## **4.2 - Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE)**

“Proteger a natureza e o meio ambiente, não é apenas um dever mas uma necessidade das actuais e das futuras gerações!”([www.pdsse.org](http://www.pdsse.org))

“Parque Natural é uma área que se caracteriza por conter paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, de interesse nacional, sendo exemplo de integração harmoniosa da actividade humana e da natureza e que apresenta amostras de um bioma ou região natural” (*Roteiro Serra da Estrela*, sd:56).

O Maciço da Estrela foi classificado como Parque Natural (Cf.Anexo V) através do Decreto - Lei nº 557/76 de 16 Julho (Cf.Anexo VI), visto tratar-se de “uma região de característica economia de montanha, onde vive uma população rural que conserva hábitos

e formas de cultura local que interessa acautelar e promover”, onde subsistem “ refúgios de vida selvagem e formações vegetais endémicas de importância nacional” representando “um extraordinário componente natural de grande valor paisagístico”(www.icnb.pt). A “elevada sensibilidade” da área, a “grande procura que as populações no gozo dos seus tempos livres estão a efectivar” e a necessidade de um ordenamento destinado a promover uma utilização mais racional contribuíram também para a sua classificação.

O Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) abrange uma área montanhosa, localizada no Centro-Este do território português, repartida pelos concelhos de Celorico da Beira, Covilhã, Gouveia, Guarda, Manteigas e Seia, constituindo uma das mais extensas áreas protegidas nacionais (www.cise.org).

Com uma área inicial de 52 000 hectares viu os seus limites redefinidos em revisões posteriores. Em 1979 a sua área foi ampliada para 101 060 hectares (D.R. nº 167/79) e, mais recentemente, em 2007 (D.R.nº 83/2007) sofreu uma redução para 88 850 hectares (www.cise.org).

O PNSE compreende uma sucessão de planaltos que se estendem desde a Guarda, a nordeste, até aos contrafortes da Serra do Açor, a sudoeste, no concelho de Seia. Ocupa uma área de média e alta montanha, que inclui o ponto mais elevado do território continental, a 1993 metros de altitude, e onde se observam os melhores testemunhos de uma paisagem glaciária a nível nacional (www.cise.org).

O PNSE tem como objectivos específicos os seguintes:

- Promover a conservação dos valores naturais, desenvolvendo acções tendentes à salvaguarda dos aspectos geológicos e das espécies da flora e fauna com interesse científico ou paisagístico;
- Promover o desenvolvimento rural, levando a efeito acções de estímulo e valorização das actividades económicas tradicionais que garantam a evolução equilibrada das paisagens e da vida das comunidades;



- Salvar o património edificado, levando a efeito acções de reabilitação, bem como promovendo uma construção integrada na paisagem;
- Apoiar a animação sócio-cultural, através da promoção da cultura, hábitos e tradições populares;
- Promover o repouso e o recreio ao ar livre, de forma que a Serra da Estrela seja visitada e apreciada sem que daí advenham riscos de degradação física e biológica para a paisagem e para o ambiente (in ICNB).

A sua sede localiza-se na Vila de Manteigas, bem no coração do Parque. Possui delegações em Seia, Gouveia e Guarda.

#### **4.2.1 – Estatutos de Conservação**

“Principalmente devido à sua singularidade a nível nacional, este território encontra-se ao abrigo de quatro estatutos de protecção, um “título” português outorgado como Parque Natural, dois de directrizes europeias – Rede Natura e Reserva Bio-genética e um concedido a nível Internacional com a Convenção de RAMSAR para as Zonas Húmidas. Também possui no seu interior uma das 90 IBA’s nacionais (Área Importante para as Aves) definida pela SPEA (Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves), representante portuguesa da *Birdlife International* ([www.pdsse.org](http://www.pdsse.org)).

#### **Nacional**

Decreto – Lei nº 557/76, de 16 de Julho: cria o Parque Natural da Serra da Estrela;

Decreto – Regulamentar nº 50/97, de 20 de Novembro: reclassifica a Área Protegida mantendo o estatuto anterior mas redefinindo os seus limites;

Decreto – Regulamentar nº 83/2007 de 10 de Outubro, altera os limites do Parque Natural da Serra da Estrela;

Resolução do Conselho de Ministros nº 76/00, de 5 de Julho: cria o Sítio “Serra da Estrela” (proposto para Sítio de Importância Comunitária – SIC – Rede Natura 2000); ([www.icnb.pt](http://www.icnb.pt))

## **Internacional**

Rede de Reservas Biogenéticas do Conselho da Europa: “ Planalto Central da Serra da Estrela” (área actualmente integrada no Sítio “Serra da Estrela” – Rede Natura 2000).

Sítio Ramsar: “Planalto Superior da Serra da Estrela e a parte superior do rio Zêzere”( [www.icnb.pt](http://www.icnb.pt)).

Segundo o Organograma do Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB, IP) o PNSE encontra-se sob a tutela do Departamento de Gestão de Áreas Classificadas Centro e Alto Alentejo, dependente da Unidade de Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão do ICNB, IP (Cf. Anexo VII).

### **4.2.2 – PNSE - Factor de união ou discórdia?**

Todos os seis concelhos abrangidos (total ou parcialmente) pelo PNSE, apresentaram os seus Planos Directores Municipais (PDM) aprovados e ratificados.

O PDM de Seia teve o seu início em Outubro de 1990, tendo sido concluído em 18.01.94. Aprovado em 23.02.96 (Ratificação nº121) pela Assembleia Municipal foi publicado no Diário da República nº 169/24.07.97.

Sofreu nova Ratificação em 28/02/2003, a qual consta do Diário da República II Série nº 178 de 4 de Agosto de 2003.

“Nos concelhos de Seia, Gouveia e Celorico a área do PNSE (...) é considerada como Espaço Natural, sendo dele subtraídos e apresentados como classes de espaços distintas o Espaço Agrícola e o Espaço Florestal, embora em Celorico estas classes sejam apresentadas como subespaços (...) (*Revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela*).

As principais preocupações relativamente ao relacionamento entre o desenvolvimento e ordenamento municipal e o ordenamento do PNSE são:

- uma relativa indiferença em relação ao PNSE concentrando-se os investimentos de cada município em territórios exteriores ao Parque, estando orientados essencialmente para a consolidação da importância das sedes de concelho;

- pressões construtivas na envolvimento dos perímetros urbanos e, principalmente, as necessidades de expansão dos seus limites, justificadas pela necessidade de criação de novas áreas industriais e da expansão das áreas urbanas, por força de algum dinamismo do tecido empresarial local e do parque habitacional em áreas específicas. A reduzida área de construção tem sido apontada como conducente a uma forte especulação “empurrando” as pretensões para fora dos aglomerados;
- a pretensão unânime da redução dos limites actuais do PNSE é apontada como potencial solução para muitos dos conflitos em torno das questões urbanísticas e do uso do solo;
- as pressões em torno das infraestruturas e equipamentos de apoio ao turismo.
- o facto de a aposta no desenvolvimento turístico assentar globalmente numa oferta dispersa de tipologias de elevada capacidade que favorecem a utilização intensiva da Serra (...) quase sempre dissociada da valorização dos aglomerados tradicionais;
- criação de equipamentos de recreio e lazer complementar à actividade hoteleira;

“Genericamente verifica-se que é esperada uma maior abertura quanto à regulamentação do uso do solo nas áreas de maior dinâmica, nomeadamente no que respeita às áreas urbanas e uma clarificação quanto à estratégia para as acessibilidades e para o turismo, em ambos os casos como forma de viabilizar o desenvolvimento dos concelhos inseridos no PNSE” (Revisão do *Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela*).

Para esclarecer a questão “PNSE – Factor de união ou discórdia?” auscultei as opiniões de algumas pessoas a quem “lancei” a pergunta: “O que pensa do Parque Natural da Serra da Estrela?”.

umas através de entrevistas, (Cf. Anexo VIII) outras em conversas ocasionais (pelo que não estão identificadas) referiram:

“(…) não serve rigorosamente para nada..”

“(…) só serve para dificultar a vida às pessoas.”

“(…) foi criado com boas intenções mas foi tudo desviado. Há quem tente furar as boas intenções. O poder compra tudo.”

“(…) a conveniência do momento é que dita a lei.”

“(…) o que eu penso não pode ser escrito.”

“(…) dificultam a vida às pessoas para assegurarem o seu posto de trabalho.”

“(…) só servem para andar de jipe, passar multas ou estarem sentados nos gabinetes”.

“(…) não se sabe exactamente o que é que eles fazem.”

“(…) eles que se preocupem com as plantinhas e com os animaizinhos e que deixem os outros trabalhar.”

Outros referem:

“Nem sempre é pacífica. Mas também não é conflitual. É mais uma mediação colaborante.”

“Hoje em dia é um elemento positivo. As grandes dificuldades já foram ultrapassadas com a revisão do Plano de Ordenamento (…).”

“As pessoas criticam, talvez porque não estão devidamente informadas.”

“ Há quem conteste as decisões tomadas, porque não vão de encontro aos interesses pessoais.”

Face a esta diversidade de opiniões, dirigi-me à Delegação de Seia do PNSE, onde fui informada de que ninguém está autorizado a responder, por escrito, ao que quer que seja. Só o poderia fazer um supervisor que está na cidade da Guarda e que “só vem a Seia de vez em quando”.

Será este um factor da união que se pretende, ou, pelo contrário, um contributo para a tão referida discórdia?

### 3ª Parte

## Capítulo V- Marketing Territorial

*“Construir é colaborar com a terra; é pôr numa paisagem uma marca humana que a modificará para sempre;(...)”(MARGUERITE YOURCENAR).*

Sendo os territórios elementos relacionais e dinâmicos, as organizações empresariais são os actores sociais que estabelecem constantemente uma ligação entre a gestão empresarial e a gestão territorial. Em função dessa ligação são propostas formas de actuação territorial com o objectivo de aumentar o valor relacional do território quando perspectivado numa rede alargada de actores empresariais. Há quem ainda veja os territórios com limites territoriais estáticos e fronteiras administrativas rígidas, o que implica políticas de gestão muito dirigidas para o seu interior. Contudo, eles vivem cada vez mais para além de qualquer limite administrativo ou territorial que possa vir a ser fixado. Os territórios são, portanto, realidades construídas na base das interacções e influências dinâmicas, com uma heterogeneidade de actores. A gestão dos territórios, para além dos seus limites físicos, é de uma importância vital na busca de actores que lhes confirmam dinamismo, valor e atractividade.

O espaço físico e a acção económica não podem ser analisados separadamente. Para analisar a economia global conjugam-se diferentes escalas geográficas ligadas em rede. Os espaços cruzam-se com muitos outros espaços. “ Em qualquer local estarão presentes lógicas de distância e proximidade” (AMIN, 1998: 154 citado por CORREIA, sd.) fazendo com que a identidade do local se altere dinamicamente. Há que descobrir a forma mais eficaz de estabelecer os termos de interacção entre o interior e o exterior. “ (...) a riqueza das regiões é moldada não apenas pelo que se passa no seu interior mas também por amplos conjuntos de relações de controlo e dependência de concorrência e de mercados. Estas relações podem ser com outras regiões dentro do mesmo território nacional mas, de uma forma crescente, acontecem a uma escala internacional”(COE et al., 2004, 469 citado por CORREIA,sd.).

As fronteiras das regiões não deverão ser traçadas por factores de ordem administrativa mas antes por formas comuns de entendimento. Numa rede global as barreiras administrativas perdem sentido perante a força de relacionamentos conjuntos. O conceito de distância física perde também sentido e valor, sendo substituído pelos conceitos de distância relacional e distância organizacional. As possibilidades para uma região prosperar dependem não apenas da iniciativa local mas também das suas interdependências com outras regiões. A posição de uma região resulta da sua capacidade de criar e/ou influenciar relações de negócios. Essa posição será sempre evolutiva e poderá ser alterada com o desenvolvimento de novas relações ou modificação das já existentes.

A avaliação de uma região será feita de acordo com a configuração do seu relacionamento, a sua atractividade e as interações que promove. Uma região pode ser rica em recursos físicos mas não ser possuidora suficiente de valor, devido à falta de interação e coordenação desses mesmos recursos.

As empresas serão, por excelência, um meio de ligar competências e recursos do território com o exterior, uma vez que estão inseridas num ambiente social e económico particular e específico. A capacidade de uma empresa desenvolver e gerir os seus relacionamentos com outras empresas assume uma importância extrema. A gestão empresarial tem que estar ligada à geografia económica. O espaço deve deixar de ser visto como um elemento passivo de recursos mas antes como um elemento activo. “ Não será apenas suficiente perguntar qual o impacto das empresas no território mas também quais os efeitos do território nas empresas” (SCHOENBERGER, 1999 citado por CORREIA, sd). O carácter das relações pessoais e institucionais que se desenvolvem e têm origem num contexto territorial é algo de único, inimitável e que afecta o potencial e atractividade da região em que se desenvolvem. As relações entre as empresas dentro de um território e esse próprio território reflectem os modos como as particularidades das empresas se misturam com as particularidades dos territórios. “ As redes estão inseridas em territórios e os territórios ao mesmo tempo estão inseridos em redes” (DICKEN et al., 2001, 97 citado por CORREIA, sd.). SHOENBERGER, 1999, citado por CORREIA, sd argumenta que a grande empresa entendida como multinacional é internamente regionalizada. Torna-se necessário que as regiões encararem o processo de investimento empresarial de forma relacional e

complementar, o que exigirá uma alteração da sua política de gestão em consonância com este processo.

A procura de desenvolvimento de uma região não deverá ser limitada ao espaço, mas indexada a outras regiões ou territórios, assumindo estes, entre si, uma componente relacional decisiva do seu potencial de desenvolvimento.

A abordagem relacional do espaço dá particular atenção à forma como se comportam os agentes, às relações que os mesmos estabelecem e ao impacto das mesmas para o território. Uma região pode ser fonte de vários benefícios para as empresas.

Na fase decisiva de instalação uma empresa poderá ter poucos requisitos locais. Contudo, depois de se instalar, o amadurecimento das relações e o estabelecimento de interacções poderão garantir a sua continuidade.

São as contingências internas que permitem a ligação ao exterior, sendo necessário um clima interno muito forte e distintivo para se conseguir uma ligação proveitosa. Do exterior deverá também surgir uma resposta positiva, que faça com que a empresa, no seu interior, se torne mais atractiva.

Não basta captar investimento. Há que tirar partido dele e potenciar as suas capacidades de expansão.

O valor de um território depende não só dos seus recursos tangíveis, mas também da sua integração numa rede dinâmica que o torna diferenciado e lhe permite adição de valor.

Cabe ao Marketing Territorial a responsabilidade de enfrentar os desafios do mundo actual, promover os lugares e desenvolver as populações. “Com o fim da era industrial, os lugares precisam de captar novos residentes, visitantes e investidores que promovam o seu desenvolvimento. Para isso, é necessário inovar, requalificar e promover a singularidade e a identidade de cada lugar, pois os elementos essenciais da economia actual – talento, criatividade e inovação – não se encontram distribuídos de forma equitativa por todo o mundo. Pelo contrário, o mundo actual reafirma a importância da Geografia e da localização geográfica, pois há uma crescente concentração destes factores em lugares específicos.

Desta forma, o marketing territorial apesar de não ser uma estratégia recente, surge como uma nova metodologia no ordenamento do território, capaz de analisar o contexto actual a diferentes escalas e definir uma estratégia de planeamento com o fim último de desenvolver o território” (FIDALGO, 2009:6).

“ (...) uma estrutura turística (...) que deseje organizar-se ou adaptar-se às modificações técnicas, sociológicas, económicas e políticas, hoje constantes, deverá preocupar-se com o

objectivo de dar satisfação às necessidades dos consumidores, previamente identificadas e interpretadas, apoiando nessa política a sua estratégia de actividade”(BAPTISTA,2003:21).

“ (...) o marketing, mais do que uma atitude, uma política ou uma gestão centradas no presente, deve privilegiar uma persistente e organizada visão/antecipação do futuro”(BAPTISTA,2003:22).

Neste contexto, é necessário projectar a imagem do Concelho de Seia para além da sua localização geográfica, analisar a forma como ele se tem afirmado no contexto nacional, verificar quais os eixos da sua estratégia de marketing territorial e avaliar qual o seu impacto no desenvolvimento e na qualidade de vida das populações.

Os laços pessoais que me ligam a Seia incentivaram-me a escolhê-la como *estudo de caso* para a minha dissertação. Este facto pode trazer-me vantagens, mas também inconvenientes. Se, por um lado, tenho algum conhecimento prévio da realidade local, bem como dos agentes do processo e dos caminhos a percorrer, por outro, fazer uma análise objectiva e imparcial vai ser um desafio que, não sendo fácil, se mostra aliciante.

Para garantir a minha isenção conto com a preciosa colaboração de responsáveis, visitantes, comerciantes e residentes. São eles que, sentindo os impactos da estratégia, fazem dela a sua avaliação. Surgirão, certamente, diferentes pontos de vista em relação às dinâmicas implementadas, o que tornará esta dissertação mais rica e frutuosa.

Não podemos esquecer que cabe a cada um de nós um papel cooperante no sentido de melhorar a nossa qualidade de vida e dar maior visibilidade à terra que nos viu nascer.



## Capítulo VI – Território, Desenvolvimento e Sustentabilidade

“*Não existe pragmatismo eficaz que não seja impulsionado por uma visão*”(JACQUES DELORS, 1989,CE).

O desenvolvimento do território, em ordem à sua sustentabilidade, exige a maior atenção por parte dos diversos agentes com responsabilidades nesta matéria: académicos, governantes, legisladores, autarcas, empresários, cidadãos comuns...

Os académicos vocacionados para esta temática têm dado especial destaque ao estudo aprofundado das relações entre o Homem e o seu meio envolvente, aos efeitos produzidos pelas diversas posições assumidas e alertado para as possíveis consequências em relação às gerações vindouras.

O Seminário intitulado “Património Cultural”, que fez parte integrante do 1º ano deste 2º Ciclo em Lazer, Património e Desenvolvimento, alertou-me para a pertinência destas questões.

A dissertação redigida pelo Senhor Professor Doutor João Luís Jesus Fernandes revelou-se um auxiliar precioso para a elaboração deste capítulo.

Dela retirei os principais fundamentos para a abordagem desta temática. Segundo este autor “O conceito de desenvolvimento tem mudado: o que no passado era visto como sucesso, hoje é questionado. Apontam-se novos caminhos e, com isso, fazem-se julgamentos sobre a acção histórica do homem, o seu papel enquanto agente de mudança, neste lugar e naquele, aqui e ali ou, em última análise, em toda a superfície terrestre. Como solução, como uma nova luz orientadora, o *Desenvolvimento Sustentável*, a par de outras alternativas, parece ser o caminho mais procurado, a panaceia para a resolução dos problemas do mundo e para a perpetuação da presença humana na face da Terra – com qualidade de vida mas também com os olhos no longo prazo e o respeito pelas gerações futuras” (FERNANDES, 2004:9).

“Na actualidade, o conceito de desenvolvimento é uma referência na qual todos se situam: entre o mais desenvolvido e o menos desenvolvido, entre o que está no *bom caminho para o desenvolvimento* e aquele que, pelo contrário, se *afasta*. Na Europa ocidental, os ciclos políticos curtos e de alternância usam este conceito como uma bandeira eleitoral:

conseguimos *caminhar no sentido do desenvolvimento*, assim apela quem ocupou a cadeira do poder e conduziu os destinos do colectivo ou, pelo contrário, *afastámo-nos do trajecto de desenvolvimento*, como é usual a oposição referir (...).

Em Portugal, mesmo à escala nacional, problematiza-se o *desenvolvimento* deste ou daquele município, deste ou daquele lugar, discutem-se os problemas da “interioridade”, da “litoralidade” e da “desertificação humana” (termo mais mediatizado e comum que se pretende ancorar à ideia de despovoamento); associam-se actividades económicas, como o turismo, equipamentos como as vias de comunicação e serviços, como a saúde e a educação (com especial relevo para as instituições de ensino superior), ao *desenvolvimento* deste ou daquele território. Buscam-se soluções e panaceias, sempre para se atingir o tão propalado *desenvolvimento* (FERNANDES, 2004:19).

Ao desenvolvimento corresponde “a construção de uma realidade nova, diferente da pré – existente mas diferente desta por ser mais positiva” (FERNANDES, 2004:21).

“Este processo de transformação tem suscitado controvérsia” (FERNANDES, 2004:23) e dado origem a inúmeras questões: “*melhor para quem? O melhor para um cidadão será o melhor para o outro? Melhor para alguns ou (...) para a humanidade no seu todo? O melhor para uns será o melhor para outros? (...) desenvolver aqui ou ali? Porquê aqui e não ali? (...) O melhor hoje será o melhor para amanhã? Assegurar o melhor para alguns no curto prazo inviabilizará o futuro desses e de outros, no longo prazo? Inviabilizará o futuro da humanidade?* A discussão sobre a problemática do desenvolvimento entra assim no domínio dos valores e das percepções. Para além destas, emergem ainda outras dúvidas: *como avaliar os processos de desenvolvimento? Que medições poderão ser realizadas?*” (FERNANDES, 2004:23).

“Defende-se a descentralização e apontam-se as virtudes dos processos ascendentes e participados. Afinal, não existe um caminho único. É possível, e até desejável, caminhar-se em direcção ao futuro por vias e trajectos diferenciados, orientados não apenas pela difusão unívoca de uma verdade absoluta mas, pelo contrário, enriquecidos pelo encontro e a síntese entre as imposições de um sistema interdependente de macroescala cada vez mais global e os impulsos localizados. Este ambiente crítico conduz a lógicas de actuação mais descentralizadas, quer no plano estatal, quer fora deste, em diversas formas de emancipação e associação.

A par do processo de emancipação, alargaram-se os objectivos e os horizontes das dinâmicas de desenvolvimento (...)”(FERNANDES,2004:38).

## 6.1 – Sustentabilidade

A partir de finais da década de 60 a ecologia entrou no âmbito da educação formal, surgindo líderes de opinião que apelavam a comportamentos ecologicamente correctos. “Exploraram-se recursos naturais, deslocaram-se actividades e intensificaram-se os meios de artificialização de faixas importantes no planeta. Tal como no passado, também no século XX emergiram correntes e autores optimistas, por um lado, e pessimistas, por outro. Os primeiros continuaram a advogar os benefícios do crescimento expansivo, os segundos, (...), alertaram para os efeitos nefastos e de longo prazo desses modelos de desenvolvimento. Neste grupo, alguns apontaram o excesso de população como um problema, outros levantaram-se contra o modelo de expansionismo económico e tecnológico. Entretanto, as questões ambientais foram penetrando na opinião pública e na consciência colectiva: porque ocorreram crises ambientais, pela mediatização das mesmas mas também porque, em especial a partir dos anos 60, se viveu um clima geral de contestação, sobretudo no mundo ocidental. Entretanto, nalguns casos de forma oportunista, o ambiente entra na linguagem política e publicitária.

É neste contexto que, já nas últimas décadas do século XX, se caminha para o conceito formal de desenvolvimento sustentável e para a adopção da sustentabilidade como uma referência incontornável nas dinâmicas de desenvolvimento” (FERNANDES, 2004:89).

“Para Jaime Melo Baptista (2002), a evolução das sociedades humanas afectaram o sistema ambiental. Este é constituído por três elementos: os recursos ambientais, os utilizadores e as utilizações. Segundo este autor, a primeira componente deste sistema é mais inflexível, isto é, os recursos não aumentam, assim como a capacidade de carga também não sofre acréscimos, o que entra em ruptura com a multiplicação dos utilizadores e a diversificação das utilizações, cada vez mais complexas e predadoras” (FERNANDES, 2004:91).

STEFANIE PFAHL *et al* citado por FERNANDES (2004:91) refere-se, neste ponto de vista, a diferentes síndromas, um conceito adoptado que procura sintetizar, em três grupos, os efeitos negativos da acção humana, susceptíveis de colocarem em causa a segurança a várias escalas. (...) esta listagem é interessante na medida em que sistematiza o conjunto dos impactos da actividade humana na superfície terrestre. Das práticas agrícolas e industriais, aos efeitos dos conflitos bélicos; da expansão urbana às consequências de alguns grandes projectos de desenvolvimento, da má utilização da tecnologia aos efeitos

directos e indirectos, de curto e de longo prazo, de externalidades como os resíduos ou outros, esta sistematização faz o levantamento de alguns dos principais factores que, pela negativa, têm marcado as paisagens e constituem testemunhos da pegada impressa pelas sociedades humanas na superfície terrestre.

Segundo SIMON DALBY (2002) citado por FERNANDES (2004:91-92) uma boa parte dos danos ambientais provocados pelo homem resultam dos fluxos de recursos (petróleo, madeira, café, ...) à escala mundial, para alimentar o crescente nível consumista das populações do Norte geoeconómico. Por isso, para este autor, uma das principais preocupações é também, para além do consumismo excessivo, o crescente desdobramento territorial entre a produção e o consumo.

“ A Conferência Mundial sobre Ambiente Humano que ocorreu em Estocolmo em 1972 foi um importante patamar no longo caminho que conduziu ao conceito de desenvolvimento sustentável. Para além de ter reafirmado a actualidade e a dimensão global da problemática ambiental, e de ter colocado a questão ecológica na agenda diplomática internacional, o encontro realizado na capital sueca levou à redacção do *Plano de Acção para o Ambiente Humano* e à criação do *Programa das Nações Unidas para o Ambiente* (PNUA) ” (FERNANDES, 2004:93).

“ (...) o conceito de desenvolvimento sustentável remete-nos, segundo Baker *et al* (1997), para duas questões essenciais”. Sendo o ser humano um “agente de consumo” espera-se dele “um consumo mais regrado e consciente das “limitações” do globo terrestre. (FERNANDES, 2004:95).

Na verdade, este conceito é um alerta global para a insustentabilidade ecológica do sistema económico dominante (e globalizado) sobretudo desde a II Guerra Mundial” (SCHNAIBERG, 1997 citado por FERNANDES, 2004:95).

“Com efeito, do desenvolvimento sustentável espera-se que satisfaça as *necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades* (CARVALHO e FERNANDES, 2002 citado por FERNANDES, 2004:96).

“Para Jaime Melo Baptista (2003,p.348), os actores envolvidos na problemática da sustentabilidade podem sistematizar-se em três grupos: o Estado; a sociedade civil e o tecido empresarial. No entanto, nem sempre há sintonia entre esses protagonistas” (FERNANDES, 204:103).

“ (...) o complexo quadro social da pós-modernidade traduz-se no jogo e na articulação entre actores com diferentes posturas quer no que ao desenvolvimento diz respeito, quer no

que à relação do homem com o meio concerne”(SARAIVA,1999 citada por FERNANDES,2004:103).

“Na verdade, (...) estas diferentes éticas projectam-se, em primeiro lugar, nos diferentes consumidores e construtores dos espaços geográficos, traduzindo-se em diferentes territorialidades, na medida em que estruturam actores de desenvolvimento com diferentes posturas e enquadramentos ético-filosóficos ou com “prioridades contraditórias”, nas palavras de Dominique Dron (1998,p.56)”(FERNANDES,2004:103).

“ A paisagem deve então ser entendida não como um quadro homogéneo e estável, mas como um cenário dinâmico que reflecte e traduz as concepções que animam os diferentes agentes de desenvolvimento, que são, afinal, todos os cidadãos que consomem e contribuem para a organização de um determinado território. Esta concepção, não reafirma apenas as paisagens como objectos fulcrais na ciência geográfica, como também sublinha a sua importância enquanto quadro de reflexão dentro da problemática do desenvolvimento” (CARVALHO e FERNANDES, 2002 citado por FERNANDES, 2004:106).

“ Em síntese, numa primeira análise, o conceito de desenvolvimento sustentável é o herdeiro directo do processo de humanização da esfera terrestre, sobretudo dos seus efeitos mais negativos. Na verdade, a origem deste modelo de desenvolvimento é mais complexa. Resulta de uma conjugação de factores económicos, políticos, sociais, culturais, entre outros. O desenvolvimento sustentável, enquanto paradigma do desenvolvimento no século XXI, é também o resultado da globalização das políticas ambientais. Neste ponto de vista, a realização de algumas conferências internacionais tiveram um importante papel, mais na mediatização deste conceito, do que na efectiva resolução dos problemas. Mas, apesar disso, o desenvolvimento sustentável não é um conceito de aceitação universal. É pouco ambicioso para os ecologistas radicais, muito vago para alguns, demasiado teórico para certos detractores, um excessivo travão ao crescimento e ao desenvolvimento, para os mais expansionistas. Noutra perspectiva, o desenvolvimento sustentável pode ser entendido como um meio de harmonização de diferentes posturas, um ponto de encontro entre os diversos actores que intervêm nas dinâmicas de desenvolvimento e sentem a problemática ambiental de modo muito heterogéneo” (FERNANDES, 2004:107).

“ (...) as paisagens são cenários de encontro, coexistência e sobreposição, nem sempre em harmonia, (...). Esta heterogeneidade resulta de diferentes modos de percepção dessas paisagens, de diferentes vias e modos de apropriação dos espaços geográficos” (WEISS, 1993 citado por FERNANDES, 2004:107).

## 6.2 – Desenvolvimento e Áreas Protegidas

“ (...) as áreas protegidas são agora apontadas como instrumentos de concretização territorial da ideia de sustentabilidade. No entanto, a ligação entre o desenvolvimento sustentável e a institucionalização dos espaços classificados é complexa.

A criação de territórios protegidos, áreas classificadas sujeitas a um perímetro de protecção e a regras controladas de gestão e apropriação, ocorre desde há muito. Apesar disso, no actual debate sobre a sustentabilidade, a questão das áreas protegidas (re)ganha outro sentido, como se pode ver pelo aumento do número de territórios classificados, de instituições responsáveis pela sua gestão e até da produção científica sobre esta temática. Com as áreas protegidas, criam-se novos territórios que traduzem outras organizações administrativas e até inovadoras relações de poder e de apropriação dos recursos e dos espaços geográficos. Na verdade, instituem-se áreas protegidas para a protecção de valores e bens patrimoniais sob os quais, como se deduz a partir da criação dessas barreiras de refúgio, penderão ameaças (FERNANDES, 2004:119).

“ Para uma das mais importantes instituições supranacionais envolvidas nesta matéria, a União Internacional de Conservação da Natureza (IUCN, 1994,p.7) uma área protegida é uma *“área marítima e/ou terrestre especialmente dedicada à protecção e manutenção da diversidade biológica e dos bens naturais e culturais a esta associados, e para o efeito gerido através de instrumentos legais”*” (FERNANDES, 2004:120).

“Na assembleia-geral da UNESCO, realizada em Paris em 1972, foi assinada a *Convenção para a Protecção do Património Cultural e Natural da Humanidade*. Com este documento, a comunidade internacional assume a existência de valores patrimoniais com uma relevância global. Embora reafirme o papel de cada Estado na defesa desses valores, esta convenção pressupõe o estabelecimento de uma rede global de cooperação com vista à defesa de bens reconhecidos como universais (...). (...) foi estabelecido um grupo intergovernamental no seio da UNESCO, o Comité do Património Mundial que, trabalhando com o aconselhamento do ICOMOS e do IUCN, é responsável pelo estabelecimento de uma lista de lugares classificados com o estatuto de Património Mundial. Esta classificação estabelece três categorias:

- Património mundial de valor natural – aspectos naturais, monumentos geológicos e sítios naturais importantes (...); áreas superlativas de excepcional beleza e valor estético; áreas importantes para a preservação de espécies ameaçadas (...).

- Património mundial de valor cultural – sítios, monumentos ou grupos de edifícios que testemunhem de modo relevante a criatividade humana (...).
- Património mundial de valor misto (cultural + natural), nas quais se integram as paisagens culturais (FERNANDES, 2004:127).

“No caso português, as áreas protegidas são citadas de modo explícito no Plano Nacional da Política do Ambiente, apresentado em 1995. De facto, este documento refere o *Estabelecimento de um Sistema Nacional de Áreas Protegidas* como uma das áreas de acção prioritária, de forma a “*assegurar a protecção do património natural e seminatural mais relevante do território*” (MARN, 1995,p.50 citado por FERNANDES, 2004:241). “Neste documento, para além das referências ao necessário desenvolvimento dos instrumentos e dos meios para a gestão mais adequada destes espaços protegidos, assume-se como outra área de actuação o estabelecimento “*de incentivos adequados a determinadas formas de desenvolvimento sócio-económico nas áreas protegidas*”” (FERNANDES, 2004:241).

De acordo com o Decreto –Lei nº 19/93, de 23 de Janeiro, pode ler-se: a “*conservação da Natureza, a protecção dos espaços naturais e das paisagens, a preservação das espécies da fauna e da flora e dos seus habitats naturais a manutenção dos equilíbrios ecológicos e a protecção dos recursos naturais contra todas as formas de degradação constituem objectivos de interesse público, a prosseguir mediante a implementação e regulamentação de um sistema nacional de áreas protegidas*”.

“Segundo este texto legal de 1993, que é a base da Rede Nacional de Áreas Protegidas:

- Parque Nacional é “*uma área que contenha um ou vários ecossistemas inalterados ou pouco alterados pela intervenção humana (...)*”.
- Reserva Natural é “*uma área destinada à protecção de habitats da flora e da fauna. (...)*”
- Parque Natural, no Artigo 7º, é definido como “*uma área que se caracteriza por conter paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, de interesse nacional, (...)*”
- Por Paisagem protegida entende-se “*uma área com paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, de interesse regional ou local, (...)*” (FERNANDES,2004:243-244).”

“O Instituto de Conservação da Natureza, herdeiro do antigo Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, depois Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, é o órgão público responsável por esta rede de áreas protegidas” (FERNANDES, 2004:245).

### **6.3 -Turismo nas áreas protegidas, rurais e de montanha**

As áreas protegidas, rurais e de montanha devem merecer especial atenção e ser objecto de reflexão, quando pretendemos torná-las atractivas em termos turísticos. É necessário um planeamento cuidadoso, atendendo às características de cada lugar. “(...)as novas orientações e políticas europeias de desenvolvimento rural revelam alterações profundas na forma de pensar e actuar sobre os territórios(...)”(LARRINOA,2001; PUENTE FERNANDEZ 2002 citado por CARVALHO,2005). (...) “A paisagem e o património constituem recursos activos territoriais na medida em que podem configurar um recurso/ferramenta útil de desenvolvimento e um valor a conservar para novos usos do território (...)”(CARVALHO, 2003-a). “Nos últimos anos reconheceu-se também a importância da dimensão territorial com perspectiva para investigar, interpretar e ajudar a conduzir o desenvolvimento” (CARVALHO 2005). “Valoriza-se agora a multifuncionalidade da agricultura e do mundo rural (...) cada vez mais apreciados pela sociedade urbana.”.

“Os espaços rurais de montanha pelas dificuldades (estruturais e funcionais) e situações de marginalidade que têm sofrido nas últimas décadas suscitam, de igual modo, preocupações prioritárias de ordenamento e desenvolvimento territorial. A (re)descoberta da montanha, a valorização dos seus recursos ecológicos e culturais e a crescente utilização do tempo livre são elementos decisivos que vêm conferir a estes territórios novas funcionalidades (residenciais, recreativas, turismo, desporto, entre outros)”(CORREIA, 2009).

“ No caso de Portugal, a montanha reflecte formas próprias de apropriação e utilização, em função de diversos factores (económicos, sociais, políticos e culturais) na génese de uma evolução complexa (...) (FERNANDES, 2008 citado por CORREIA, 2009).

“É que os aspectos simbólicos, a espessura da sua identidade sociocultural, são aspectos qualitativamente da maior importância para áreas de baixa densidade, fundamentais para a sua afirmação” (VAZ, 2004:35 citado por FIDALGO, 2009).



LIMA e MILHEIRO (2007) consideram que o Turismo, em Portugal, tem tido alguns problemas no que diz respeito à saturação espacial e temporal, bem como consideram que temos assistido a uma fraca distribuição dos benefícios do Turismo pelas diferentes regiões, o que afirmam poder afectar o desenvolvimento sustentável do Turismo.

O seu planeamento deverá conciliar os objectivos económicos, sem pôr em causa os recursos naturais e culturais, contribuindo não só para a sua conservação, mas também para o aumento da qualidade de vida das populações locais.

Estas reflexões têm sido da maior importância, pois vão despertando nas entidades responsáveis uma maior sensibilização para a necessidade de incrementar e dinamizar todo o território nacional. As áreas de mais baixa densidade populacional, em vez de ignoradas, deveriam ser privilegiadas, já que lutam contra tudo o que lhes é adverso.

## 4ª Parte

### Capítulo VII – Serra da Estrela

*“ Nada tem o valor da força do amor do Homem pela sua terra, a sua floresta, os seus rios, as suas montanhas, os seus rochedos, as suas árvores, as suas aves, as suas pedras.”*

– JEAN MARIE ADIAFFI, La Carte d’Identité

“No interior centro de Portugal, envolvendo o ponto mais alto do território continental (2000m) aparece a região mais mágica e diversa do país”. (*Turismo Serra da Estrela*) Sendo a mais alta cadeia montanhosa de Portugal<sup>1</sup> marca a transição entre o Norte e o Sul no que diz respeito ao clima, à vegetação e à ocupação humana. Terra de paisagens fantásticas, da grande montanha, de encostas íngremes e vales férteis onde se respira o ar puro e se vislumbram horizontes vastos. “ Como todos os espaços singulares e de enorme beleza, é uma área de grande sensibilidade ecológica, possuindo um património biogenético, cultural e paisagístico, único no nosso país”. (CMS)

#### 7.1– Enquadramento Geográfico

Localizada no Centro – Este de Portugal Continental, com orientação NE/SW, a Serra da Estrela faz parte da Cordilheira Central da Península Ibérica. “ No seu limite Sudoeste, depois de se elevar até 1993 metros no planalto da Torre, a Serra da Estrela tomba abruptamente mais de mil metros, por gargantas glaciárias.” Estabelece fronteira física e cultural entre o Norte Atlântico e o Sul Mediterrânico. A altitude associada à enorme massa de todo o maciço central, forma uma gradiente vertical de temperatura e constitui uma barreira de condensação relativamente às massas de ar húmido de origem atlântica que aqui chocam com influências mediterrânicas. Deste confronto resultam todos os

---

<sup>1</sup> “Montes Hermínios” era o nome pelo qual no tempo dos romanos era designada esta serra. “Os antigos habitantes eram ásperos e afeitos às durezas da montanha e por isso indomáveis guerreiros e invencíveis nas pelejas. Ficaram para todo o sempre memoráveis as lutas aqui travadas entre os romanos e os habitantes dos Hermínios chefiados por Viriato” (BIGOTTE, 1992:727).

contrastes climáticos e os factores ambientais únicos no espaço geográfico do nosso país. Os pendores acentuados do relevo aliados ao enorme planalto de alta montanha e aos vales glaciares, formam as condições para o surgimento de habitats e paisagens singulares. Todos os espaços são peculiares e de enorme beleza. É uma área de grande sensibilidade ecológica, possuindo um património biogenético, cultural e paisagístico classificado como património da Biosfera ” (MAGALHÃES, s.d.:116:117).

Morfologicamente, apresenta um conjunto de planaltos, que se elevam de nordeste para sudoeste. “ No aspecto paisagístico salienta-se o relevo acidentado e vigoroso da montanha. (...) num passeio breve é possível subir dos 300 metros (...) a altitudes superiores a 1900 metros(...). Na parte superior da montanha são inúmeros os vestígios da última acção glacial, como os vales em “U”, os circos e as lagoas de origem glaciária (...)” (CMSeia,sd). Na mancha geológica dos xistos e grauvaques, entre os 500 e os 600 metros de altitude, as linhas de água descrevem um traçado sinuoso. Esculturas monumentais de granito erguem-se entre os 280 e os 340 metros de altitude, por entre as quais deslizam linhas de água de traçado rectilíneo. Em contraste com a imponência dos cumes, na base da montanha encontram-se, fruto da desagregação das rochas graníticas, arcoses, areias e outros depósitos sedimentares.

A sua “ notável situação geográfica (...) proporcionou, desde os tempos pré –históricos, o traçado de rotas naturais para as comunidades primitivas de recolectores e pastores, forneceu aos primeiros agricultores e pastores os recursos para edificar as suas antas e dólmenes memoriais, e traçou as estradas romanas, os caminhos medievais e da transumância, sobrepostos no tempo histórico – cultural, ainda hoje percurso obrigatório das modernas auto-estradas e itinerários principais ( A23, IP3, A25/ E 80). (*Roteiro Serra da Estrela*, s.d:12,14).

## Capítulo VIII – O Concelho de Seia

“A extrema importância de algumas coisas sem importância nenhuma” (RODRIGUES, 1997:28).

### 8.1- Enquadramento Geográfico e Social

Integrado no Distrito da Guarda o Concelho de Seia é um dos 79 concelhos da Região Centro. (Cf.Anexo IX) Faz parte da unidade territorial da Serra da Estrela. Pertence ao Parque Natural da Serra da Estrela, beneficiando de uma das suas delegações, e ao Turismo da Serra da Estrela.

Encostado à vertente ocidental da Serra da Estrela, mais propriamente na encosta noroeste, o extenso Concelho de Seia possui uma área de 436km<sup>2</sup> e engloba 29 freguesias, distribuídas pela sede do concelho e por vilas, aldeias e lugares dispersos.

Foi D. Afonso Henriques, 1º rei de Portugal, que, em 1136, através de uma Carta de Foral, lhe conferiu a categoria de concelho.

“ (...) o povoamento deste concelho radica desde a época romana, senão para além dela, mas com prevalência acentuada nos primórdios da nacionalidade. Abundam ainda, embora não explorados, os vestígios das épocas primitivas, sobretudo da dominação romana. Na generalidade, pode afirmar-se que a quase totalidade das freguesias iniciou a sua caminhada com o povoamento do território, a partir da reconquista cristã. As povoações que já existiam antes, vindas de recuadas eras, iniciaram então uma história que as projectou com relevo na vida regional” (BIGOTTE, 1992:428).

O “*Dicionário de Geografia Universal*”, de 1878, refere que “O concelho tem 29 freguesias com 28.722 habitantes numa área de 48.545 hectares” (*Dicionário de Geografia Universal* citado por BIGOTTE, 1992:428).

Em 1950 a população rondava os 35.962 habitantes. “ Nas décadas de 60/80 verifica-se um acentuado crescimento em Seia e S.Romão, enquanto há diminuição de população noutras freguesias do concelho”( BIGOTTE,1992:429). “A população diminui, porém, em todo o concelho no censo de 91, embora aumentasse na cidade, que continua em franco progresso habitacional.” (BIGOTTE, 1992:430).

Devido à sua interioridade, o decréscimo populacional tem vindo a acentuar-se no Concelho.

**Quadro nºVIII.1 - Evolução da População Residente no Concelho (1864-2001)**

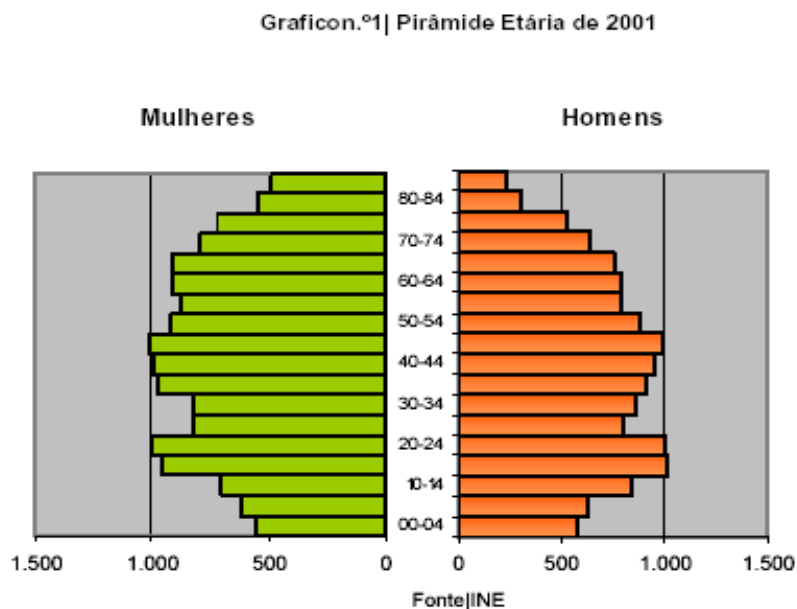
<b>Anos de Recenseamento</b>	<b>N.º de Habitantes</b>
<b>1864</b>	<b>27 236</b>
<b>1878</b>	<b>29 274</b>
<b>1890</b>	<b>30 640</b>
<b>1900</b>	<b>31 929</b>
<b>1911</b>	<b>33154</b>
<b>1920</b>	<b>31 929</b>
<b>1930</b>	<b>33 154</b>
<b>1940</b>	<b>34 392</b>
<b>1950</b>	<b>35 962</b>
<b>1960</b>	<b>34 436</b>
<b>1970</b>	<b>31 874</b>
<b>1981</b>	<b>31 352</b>
<b>1991</b>	<b>30 362</b>
<b>2001</b>	<b>28 144</b>

**Fonte: INE (CLAS)**

Em 1950 o Concelho de Seia possuía 35.962 habitantes. Em 2001 esses valores situavam-se nos 28.144 habitantes.

Devido à inexistência de informações mais recentes, em Fevereiro de 2007 estavam inscritos nos cadernos eleitorais 25.895 eleitores. ([www.gov-civ-guarda.pt](http://www.gov-civ-guarda.pt))

### Gráfico nº VIII.1 – Pirâmide Etária de 2001



Fonte: INE (CLAS)

“No que diz respeito à variável sexo a distribuição no concelho é equilibrada, o sexo feminino representa 52% da população residente e o masculino 48%, ainda segundo dados do INE que se reportam aos Censos 2001”. (Conselho Local de Acção Social (CLAS) de Seia - *Diagnóstico Social Rede Social de Seia*, 2005/7/21).

Ainda de acordo com a mesma fonte “ a natalidade tem diminuído”, “os jovens têm saído” e “assiste-se a um envelhecimento da população”.

Em 2001 o grupo etário predominante situava-se entre os 45 e os 64 anos. A taxa de analfabetismo rondava os 11,6%. 12.697 pessoas tinham concluído o 1º ciclo do Ensino Básico e 2059 possuíam um Curso Superior.

## 8.2 – Actividades Económicas

O Concelho de Seia detém no Sabugueiro a aldeia mais alta do país, com 1100 metros de altitude. As restantes freguesias estão numa média altitude que vai desde os 800 metros em Loriga, 550 em Seia e a média de 600/700 para as restantes povoações dispersas pela planície entre o Mondego e o rio Alva. “A maioria assenta em terrenos férteis, onde abundam as culturas tradicionais da Beira. As que mais se encostam à montanha, ou com assento nas suas ondulações, têm desde recuados tempos uma tradição de pecuária que assenta no aproveitamento dos pastos abundantes e sua riqueza florestal” (BIGOTTE, 1992:428). “ (...) Abundante de centeio, azeite, frutas, excelente vinho, gado e caça. Faz importante comércio de lãs com as províncias do norte de Portugal e Galiza. Os industriais inscritos na matriz são 1500 (...) (*Dicionário de Geografia Universal*, 1878 citado por BIGOTTE, 1992:428).

O aproveitamento das inúmeras quedas de água que descem abundantes das vertentes da Serra voltou este concelho para a indústria de lanifícios, a par da riqueza local resultante da existência de numerosos rebanhos de ovelhas que forneciam a matéria-prima – a lã. Cerca de 15% da população do concelho de Seia esteve ligada aos lanifícios concentrando nos principais centros populacionais, Seia e São Romão, centenas de famílias. Além da indústria de lanifícios, existiam ainda fábricas de tapeçarias, confecções e malhas. Intimamente ligado a esta actividade encontra-se, sem sombra de dúvida, o *Comendador Joaquim Fernandes Ferreira Simões*. “ (...) símbolo de inteligência perspicaz e acentuado dinamismo, impõe-se entre os homens (...) que mais contribuíram para o bem colectivo desta região, sobretudo para o progresso da cidade de Seia”(BIGOTTE,1992:670). Com cerca de 4.000 operários, contribuiu, de uma forma extraordinária, para a riqueza e progresso da região.

*António Marques da Silva* deixou o seu nome para sempre vinculado ao ramo da electricidade em Portugal. Em 1909, com a construção da Central de Nossa Senhora do Desterro, em S.Romão, criou a grande Empresa Hidroeléctrica da Serra da Estrela, actualmente designada por Electricidade de Portugal (EDP), que foi crescendo até se tornar uma das maiores organizações de produção eléctrica do país.

Com o decorrer dos anos, novas indústrias foram surgindo: madeiras, mármore, calçado, etc.

“O concelho de Seia tem uma longa e histórica tradição de pastoreio, (...). Assim o permitiam as terras úberes da planície circundante da Serra, onde as pastagens abundam. E até as planuras altas da serra dão pasto que ovelhas e cabras retouçam no verão.” (BIGOTTE, 1992:435) Este facto constituía uma fonte de produção e riqueza para os inúmeros pastores que, através da ordenha da ovelha bordaleira, característica da Serra da Estrela, recolhiam o leite com o qual fabricavam o “(...) bom queijo da serra amanteigado e gordo, como ainda hoje é produzido em muitas casas pelas mãos cuidadosas e sábias das mulheres dos pastores(...)”(MARTINHO, 1979 citado por BIGOTTE,1992:439).

“ A criação de fábricas de queijo veio criar um novo tipo de queijo serrano que, no desconhecimento do castiço e genuíno queijo da serra, muitos confundem com o verdadeiro” (BIGOTTE, 1992:439).

Na sequência de tão intensa e diversificada actividade económica, o desenvolvimento comercial atingiu, também, uma dimensão considerável. Uma grande rede comercial, constituída por dezenas de lojas dispersas por todo o concelho, colocava à disposição dos munícipes os mais variados produtos.

A vida agrícola e a pecuária tiveram uma grande incidência no viver económico das gentes da região. O milho, o centeio, as batatas, o feijão, o azeite, o vinho e a fruta predominavam na agricultura regional, como meio de subsistência complementar de outras actividades económicas.

A floresta era, também, uma fonte de riqueza na produção de madeiras e resinas.

Apesar de toda esta panóplia, muitas famílias debatiam-se com dificuldades de sobrevivência. Consumiam apenas aquilo que produziam e nem sempre a agricultura compensava o esforço dispendido. O mesmo sucedia com alguns animais que criavam, única carne que comiam ao longo do ano. Os agregados familiares eram numerosos, pelo que as carências eram muitas. O apoio do Estado era inexistente, não havendo abono de família nem reformas.

O receio pelo futuro era uma constante, o que determinava comportamentos que descuravam aspectos importantes como a saúde. Recorria-se às “mezinhas”, já que se demonstrava extremamente difícil o acesso à Medicina. Para além das dificuldades económicas, a ausência de vias de acesso e meios de transporte implicava que, em casos extremos, fosse o médico a deslocar-se às localidades, chegando mesmo a fazer alguns percursos a pé. Devo referir que alguns médicos que residiam em Seia prestavam este serviço de forma gratuita. Como forma de reconhecimento, os que possuíam menos recursos “pagavam-lhes” em géneros. São ainda hoje recordados o *Dr. António Simões*



*Pereira*, vítima de uma tremenda epidemia que atacou sem tréguas, o *Dr. António Melo Sena Mota Veiga*, que, a par da sua carreira de médico, exerceu o cargo de Presidente da Câmara e o *Dr. Joaquim Guilherme Correia de Carvalho*, considerado “pai dos pobres” e/ou “médico milagreiro”, que marcou uma época inconfundível na área da saúde em Seia.

Por iniciativa do *Padre Doutor José Quelhas Bigotte*, pároco de Seia desde 14 de Agosto de 1938, foram fundadas várias obras de assistência e cultura, como o “Patronato de Nossa Senhora de Fátima”, que acolhia crianças e jovens, a quem paralelamente eram proporcionadas aprendizagens relacionadas com o “saber-fazer”, o “Agasalho dos Pobres”, o “Património dos Pobres”, a “Conferência de S. Vicente de Paulo”, “Escuteiros”, “Jardim-de-infância, Centro de Dia, Lar para a 3ª idade e Actividades dos Tempos Livres (A.T.L.)” – obras estas que se encontram congregadas à volta do Centro Paroquial de Seia.

Em algumas freguesias do concelho, outras pessoas e/ou famílias, dotadas de enorme generosidade, dedicaram as suas vidas e alguns dos seus bens a obras de solidariedade social.

As actividades do sector primário deixaram de interessar às camadas mais jovens da população. Estas, passaram a procurar empregos que lhes proporcionassem uma remuneração certa e um horário fixo e reduzido, o que não sucedia na agricultura e na pastorícia. Na tentativa de melhorar o nível de vida surgiu o êxodo rural, através do qual se iniciou a desertificação do interior do país. Aumentou significativamente a densidade populacional nas regiões mais industrializadas, desencadeando as primeiras assimetrias regionais. O fenómeno emigratório desencadeou uma “intensa sangria da população” (BIGOTTE, 1992: 483). Os principais destinos foram, inicialmente, o Brasil, a Argentina, a Venezuela, os Estados Unidos da América e alguns países africanos. Mais recentemente, na década de 60/70, a França, a Alemanha, o Reino Unido e a Suíça, entre outros.

O pequeno comércio, disperso um pouco por todo o concelho, começou a “fechar portas”. Surgiram as cadeias comerciais e as grandes superfícies que, aglutinando todos os bens e serviços, lentamente vão destruindo o comércio local.

A indústria têxtil, que foi o suporte da economia concelhia durante décadas, foi vítima de uma acentuada crise. A abertura de fronteiras e a subsequente invasão de mercado por produtos oriundos de países com mão-de-obra mais barata, associada à falta de modernização dos equipamentos e à dificuldade em escoar mercadoria, desencadearam uma situação que levou a indústria têxtil à ruína.

Perante esta dura realidade, a situação sócio-económica do concelho sofreu um abalo preocupante. O desemprego atingiu níveis elevados, o que continua a verificar-se, na sequência do encerramento de muitas empresas.

Em 1991 a taxa de desemprego situava-se nos 7.5%. Em 2001 rondava os 8%. Em 2004 subiu para os 12.02%, em 2005 registava valores na ordem dos 12.3%. Actualmente fixa-se nos 13.9%. O número de inscritos no Centro de Emprego de Seia não pára de aumentar, de acordo com o que se verifica noutras regiões do país. Dados publicados recentemente referem que neste Centro estão inscritas 2633 pessoas, abrangendo um total de 1762 desempregados. ([www.ointerior.pt](http://www.ointerior.pt))

Um elevado número de famílias depende, actualmente, de apoios de ordem social.

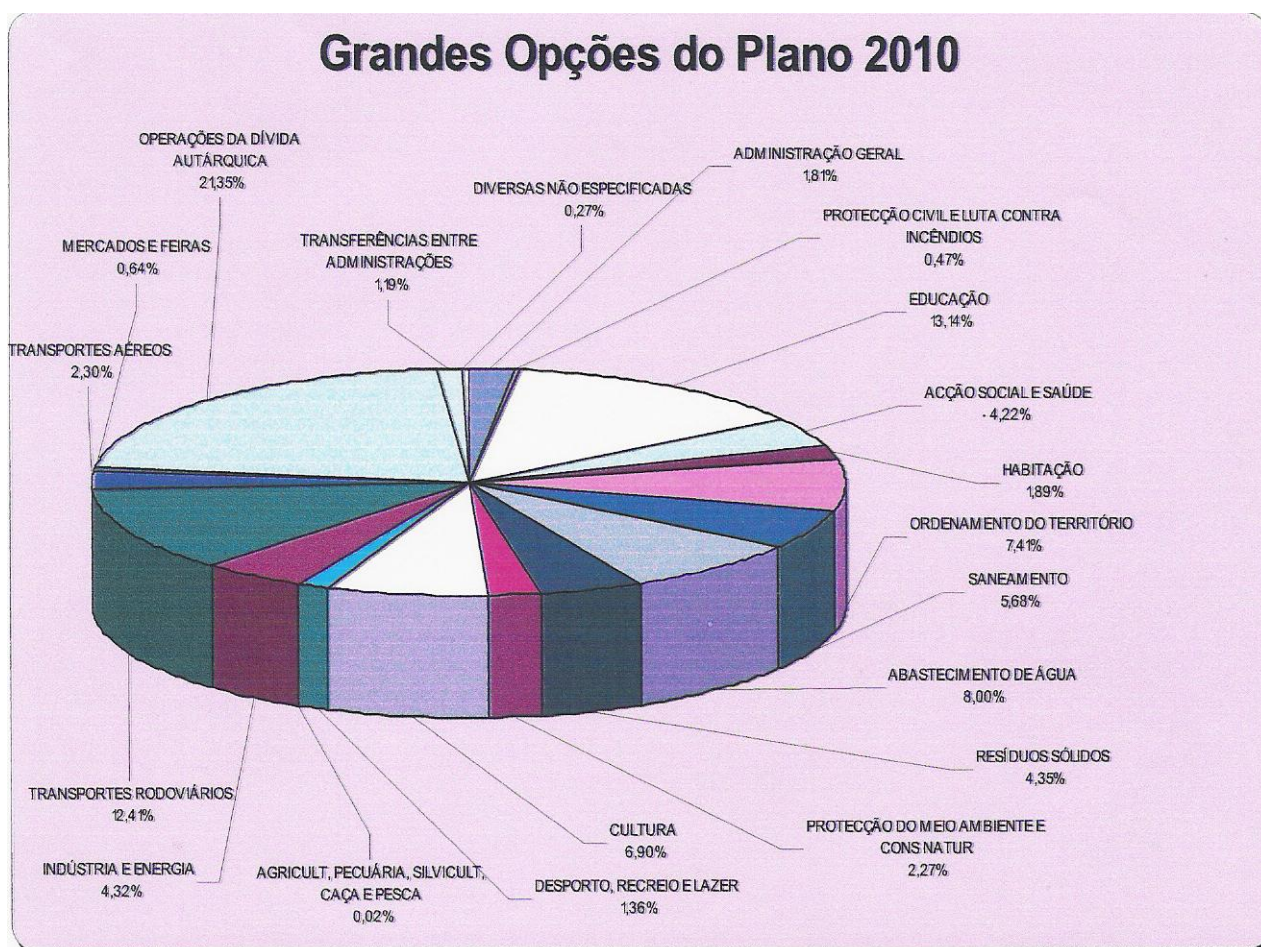
### **8.3- Objectivos e prioridades do Município**

Face à situação económica descrita, enderecei uma carta ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Seia (Cf.AnexoVIII), a quem solicitei a sua colaboração, bem como a consulta da documentação existente relativa ao turismo.

Do documento “*Orçamento e Grandes Opções do Plano 2010*” destaco:

“O Município de Seia está consciente de que a proposta de orçamento que agora apresenta foi elaborada num momento de particular dificuldade da conjuntura económica em que a sociedade portuguesa, em geral, e o concelho de Seia, em particular, vivem mergulhados”. A adopção de “(...) políticas sociais que procurem diminuir as dificuldades sentidas pelas famílias e as assimetrias concelhias,”(...), uma aposta firme na “procura constante de respostas eficazes para os problemas e aspirações concretas da população(...)”, “a promoção do emprego”, apostar “numa política de ambiente e recursos naturais”(...), “a construção dum panorama cultural mais alargado, mais participado, mais abrangente, (...), procurar que jovens e Associações “encontrem o seu espaço de acção e de intervenção”(...), “tornar a gestão do Concelho e da Câmara Municipal mais simples, mais desburocratizada, mais ágil, mais imaginativa e mais participada”(...), bem como “lançar as bases de um processo de modernização administrativa” são objectivos e prioridades do Município (*Orçamento e Grandes Opções do Plano Município de Seia Câmara Municipal, 2010*).

Gráfico nº VIII.2 – Grandes Opções do Plano 2010



Fonte: [www.cm-seia.pt](http://www.cm-seia.pt)

De acordo com o gráfico sectorial apresentado, respeitante às Grandes Opções do Plano 2010, as áreas prioritárias são: 21,35% para Operações da Dívida Autárquica, 13,14% para a Educação, 12,41% para Transportes Rodoviários, 8,00% para abastecimento de água, 7,41% para ordenamento do território e 6,90% para a Cultura.

Estando o concelho de Seia inserido numa região de montanha como a Serra da Estrela o ordenamento do território reclama uma atenção redobrada. Será que 7,41% é suficiente para fazer face às necessidades de um concelho com características tão diversificadas?

Surpreende-me o facto de o Turismo não estar contemplado nas *Grandes Opções do Plano 2010*. Não deveria ele constituir uma aposta forte, já que gera investimento, cria postos de trabalho, atrai visitantes e pode tornar-se uma excelente fonte de rendimento?

Que poderá a Protecção Civil fazer com 0,47% do Orçamento Municipal na luta contra os incêndios? Se algo não mudar o flagelo vai repetir-se ou mesmo agravar-se.

Auscultadas pessoas de diversos quadrantes, constato que muitas das aspirações dos munícipes vão continuar sem resposta: “(...) estradas que não há, emprego que não se cria, riqueza que não se produz, o turismo que não aparece e as capacidades que ainda vai havendo mas não arriscam” (“*Seia precisa urgentemente de iniciativas e muito mais dinamismo*” – ALCIDES HENRIQUES – *Porta da Estrela* nº 899 de 30 de Junho de 2010).(Cf.Anexo II)

Apesar da crise, muitos consideram que a distribuição de meios devia ser mais justa. Um dos aspectos mais referidos e contestados é a concessão feita à Turistrela,S.A. “Segundo as regras comunitárias, ninguém pode ter o monopólio seja do que for. Assim sendo, a concessão à Turistrela de toda a exploração turística, acima dos 800 metros, impossibilita outras pessoas ou empresas de entrarem na concorrência do sector”.

Reconheço e louvo a coragem de alguns empresários que, apesar de tudo isto, continuam a arriscar e a investir em Seia. As “Campânulas de Mérito Municipal”, atribuídas anualmente, têm como objectivo “Reconhecer e valorizar as pessoas e Instituições que com o seu trabalho, vontade e dedicação, contribuem de forma significativa para o desenvolvimento do concelho de Seia (...)” ([www.cm-seia.pt](http://www.cm-seia.pt)). Têm sido contempladas as áreas culturais, empresariais e desportivas. “O sucesso de uns incita outros ao sucesso” (RODRIGUES, 1997:57).

O Jornal “*Porta da Estrela*”, de 20 de Maio de 2010, noticia em 1ª página: “*Seia lidera projectos nacionais e internacionais*”.(Cf.AnexoII) O responsável pela Autarquia afirma ser “uma forma de demonstrar que não estamos parados e que em todos os campos queremos andar para a frente e colocar Seia e o seu concelho nas bocas do mundo, por questões positivas”. Os Dados Estatísticos, cedidos pela Directora do Departamento de Cultura, Educação, Desporto, Turismo e Acção Social, por mim solicitados, comprovam, inequivocamente, que as principais apostas têm sido ganhas.

Ao Posto de Turismo de Seia dirigiram-se, em 2008, 3.912 visitantes nacionais e 1.131 estrangeiros. Em 2009 os visitantes nacionais foram 4.823 e os estrangeiros 1.475. (Cf.AnexoX)

Um acordo intermunicipal entre Seia, Gouveia e Fornos de Algodres, concelhos integradores da unidade territorial da Serra da Estrela, vai permitir a realização da Feira do Queijo da Serra da Estrela. Trata-se de um excelente exemplo de cooperação, que dará maior visibilidade ao evento e à região.

Muito tem sido feito em prol do concelho. O título Seia, onde tudo parece nada... não tem, como à partida possa indiciar, uma intenção perjurativa. Seia não parou no tempo. Só que,

muitas vezes, as medidas tomadas não têm resultados imediatos e, por esse facto, nem sempre são compreendidas. Seia precisa e merece mais e melhor, o que depende do esforço de todos. *Só trabalhando no presente conquistaremos o futuro.*

## Capítulo IX – Recursos

“O amor da terra existe em nós, no sangue das veias e no sonho das almas, no brilhar dos olhos e no agir das mãos...” (Cancioneiro Popular de Seia)

**Quadro nº IX.1 – Recursos para a actividade turística**

Recursos Naturais	Recursos Culturais	Recursos Turísticos
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Mosaico Paisagístico</li> <li>➤ Relevo</li> <li>➤ Clima</li> <li>➤ Sol</li> <li>➤ Ar puro</li> <li>➤ Água</li> <li>➤ Neve</li> <li>➤ Fauna</li> <li>➤ Flora</li> <li>➤ Ribeiras e Riachos</li> <li>➤ Quedas de Água</li> <li>➤ Lagoas e Charcos</li> <li>➤ Açudes e Levadas</li> <li>➤ Rios e Barragens</li> <li>➤ Centrais Hidroeléctricas</li> <li>➤ Caminhos tradicionais</li> <li>➤ Lugares emblemáticos</li> <li>➤ Florestas e Matas</li> <li>➤ Pastagens</li> <li>➤ Campos Agrícolas</li> <li>➤ Rebanhos</li> <li>➤ Cão da Serra</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Paisagens Culturais</li> <li>➤ Monumentos</li> <li>➤ Santuários e Capelas</li> <li>➤ Arquitectura</li> <li>➤ Figuras Históricas</li> <li>➤ Tradições</li> <li>➤ Etnografia</li> <li>➤ Festas e Romarias</li> <li>➤ Cultura Musical</li> <li>➤ Gastronomia</li> <li>➤ Artesanato</li> <li>➤ Feiras Antigas</li> <li>➤ Arraiais Beirões</li> <li>➤ Eventos (Festivais)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Zonas de Lazer</li> <li>➤ Praias Fluviais</li> <li>➤ Museus</li> <li>➤ Aldeias e Casas de Montanha</li> <li>➤ Centros de Interpretação</li> <li>➤ Postos de Turismo</li> <li>➤ Parque Natural</li> <li>➤ Percursos Pedestres e de BTT</li> <li>➤ Hotelaria e Restauração</li> <li>➤ Comércio local</li> <li>➤ Infra estruturas de apoio ao turismo</li> </ul>

Fonte: Ângela Fonseca (2010)

## 9.1 – Recursos Naturais

“No planalto superior da Serra, numerosas lagoas ou charcos temporários de origem glaciária, além de conferirem um particular encanto à paisagem, albergam uma grande diversidade de vida. O facto de todo o andar superior da serra ser um planalto, potenciou o surgimento de zonas de encharcamento e acumulação de água, em que a escorrência não é facilitada, sendo aí que as chamadas turfeiras, (...) encontram as condições ambientais para se desenvolverem. Neste sistema de acumulações e drenagem, que retém água mesmo depois da neve derreter, é que as flores de alta montanha encontram, chegada a Primavera, condições para colorir todo o planalto. Sendo este o único local do território nacional em que se atingem estas altitudes, é natural que aqui ocorram muitas espécies vegetais, que a nível nacional se encontrem restringidas à Serra da Estrela. Mas não só. A Serra da Estrela alberga pelo menos duas plantas endémicas, (...). Nos vales, covões e depressões dos pontos mais altos da montanha desenvolvem-se cervunais, prados naturais (...) que constituem locais de pastoreio de Verão. Nas encostas intermédias, escondidos entre os pinhais que dominam a paisagem, pequenos bosques formados por espécies como os carvalhos, azevinho, teixo e bétula são o abrigo de Outono de numerosas espécies de cogumelos. No sopé da montanha, com marcada presença humana, predominam as matas e os campos agrícolas ocupados por olivais, vinhedos, milharais e pastagens. Nas encostas mais íngremes encontram-se grandiosas paisagens de socos, irrigadas através de um complexo e engenhoso sistema de açudes e levadas (...)” (MAGALHÃES, sd: 117-120).

No andar superior, acima dos 1600 metros, domina o zimbro e o piorno. No andar intermédio, entre os 900 e os 1600 metros, prevalece o carvalho negral e a azinheira. No andar basal, até aos 900 metros, encontram-se carvalhos, sobreiros e azinheiras.

Ribeiras e riachos, onde “espadanam” as afamadas trutas, tornam-se rios famosos – Mondego, Zêzere e Alva. “O homem dominou a natureza, a barragem nasceu (...)” (BIGOTTE, 1992:17) e as águas do rio Alva, caminhando “entre fragedos e penhascos brancos”, alimentam as Centrais Hidroeléctricas.

A Torre, o Cântaro Magro, a Lagoa Comprida, o Vale do Zêzere (candidato a Maravilha Natural de Portugal) e o Poço do Inferno são alguns dos lugares considerados emblemáticos.

Parte significativa do concelho de Seia encontra-se dentro dos limites do Parque Natural da Serra da Estrela. Como todos os espaços singulares e de enorme beleza é uma área de grande sensibilidade ecológica, possuindo um património biogenético, cultural e paisagístico, únicos no nosso país. O concelho de Seia caracteriza-se por conter paisagens naturais, semi-naturais e humanizadas. “ (...) as florestas originais foram desaparecendo gradualmente. Novos biótopos semi-naturais evoluíram da longa tradição do pastoreio e da agricultura.(...) A paisagem de agricultura tradicional pouco intensiva apresenta diversidade elevada da flora e da fauna, especialmente onde uma variedade das colheitas ocorre em campos relativamente pequenos, dentro de uma matriz de vários biótopos, tais como matos, lameiros, prados, rios, canais da irrigação e socalcos. (...) estes mosaicos paisagísticos são valorizados ainda pelas suas qualidades cénicas ( estéticas ) e significado cultural. A tradição de pastorícia deu origem a duas raças autóctones de ovelhas, a Mondegueira e a Bordaleira, esta, a melhor para a produção de leite” (*Roteiro Serra da Estrela, sd:24*).

“Desde a Alta Idade Média, entre o Outono e a Primavera, que os pastores migravam longas distâncias ( transumância ) até à bacia do Douro(a Norte), à Idanha ( a Sudeste) e mesmo até ao Alentejo (a Sul) . Na Primavera, regressavam com os seus rebanhos de ovelhas e algumas cabras, através dos caminhos tradicionais (canadas) até às pastagens de montanha da Serra da Estrela” (*Roteiro Serra da Estrela, sd:118-119*).

“ Curioso espectáculo é o que todos os anos, nos oferecem os rebanhos que emigram para a Serra, quando abandonam a planície, durante o verão, por serem poucas as terras não irrigadas e as restantes estarem ocupadas pela cultura.

As pastagens da serra são constituídas, principalmente, por Servum (...), e em mais pequena percentagem pela urgueira (...), sargaço (...), giestas (...), e serradela espontânea (...), que se encontram no fundo dos vales, nos charcos e nas anfractuosidades das rochas. Em fins de Junho, filas intermináveis de ovelhas caminham para a serra ... À frente do rebanho, os maiorais empunhando o característico cajado e indumentados à usança tradicional: botas apolainadas, colete (...), manta às costas, chapéu de abas largas e grossos safões de lã.

Gritos, assobios, movimentos do cajado dos que seguem adiante e dos que seguem atrás, conduzem o rebanho, aceleram, abrandam ou param a marcha. Ao ruído característico do caminhar das ovelhas, envoltas em nuvens de pó, misturam-se os sons estridentes dos guizos e chocalhos.



(...) Atrás seguem enormes cães com grandes coleiras de bicos que caminham lesto, confiantes na sua capacidade de guardadores do rebanho” (BIGOTTE, 1992:762-763).

O Cão Serra da Estrela é caracterizado pelo seu porte altivo e comportamento dócil em relação ao dono, inteligente nas funções e de bravura na luta. “ (...) felpudo cão de raça peculiar, dentuça arreganhada se o uivo do lobo faminto desce dos cumes nevados”(MODESTO,1988:83) o Cão da Serra considera-se o “Senhor da Montanha”.

A originalidade das soluções de adaptação do “Meio” ao desenvolvimento sustentável da presença humana (em muitos casos extremamente adverso), constitui um património único, de grande interesse turístico, que é urgente divulgar e valorizar, permitindo assim a sua modernização e contrariando o abandono e degradação que ameaça o mundo rural” (*Roteiro Serra da Estrela*, sd:24).

“Ao atravessar a Serra da Estrela os rios proporcionam imponentes vales em garganta ou, quando incapazes de talhar a rocha, despenham-se através de quedas de água. A pureza destas águas e do ar de montanha, a verdura dos vales profundos, o sol que faz brilhar o granito, fazem com que esta região assuma o encontro perfeito e tranquilo com a Natureza” (CMSeia).

Um dos principais cursos de água que atravessa o concelho dá pelo nome de Rio Alva. Desenvolve-se na encosta SW do PNSE. A partir da Lagoa do Vale do Rossim, localizada entre os concelhos de Seia, Gouveia e Manteigas, o Alva caminha em direcção ao Mondego.

O seu caudal é aproveitado para a produção de energia eléctrica, tendo permitido a instalação de uma cadeia de Centrais hidroeléctricas: Sabugueiro I, Sabugueiro II, Central Eléctrica do Desterro, Ponte Jugais e Vila Cova à Coelheira.

Cedo se verificou que o simples aproveitamento das águas do Rio Alva não era suficiente pelo que, para aumentar a sua capacidade, sobretudo no período estival, foi construída a Barragem da Lagoa Comprida, em 1913.

Mais recente foi a construção de uma outra barragem – o Lagoacho. O Rio Alva abastece, ainda, a rede pública para consumo doméstico, não só em localidades do concelho de Seia, mas também de Oliveira do Hospital, concelho limítrofe.

## 9.2- Recursos Culturais

A Serra da Estrela é uma região com elevada riqueza histórica. “A comprovar a antiguidade da ocupação humana da região encontram-se gravuras rupestres e sepulturas antropomórficas”(CMS,sd). Salpicam-na Castelos, Crastos, Aldeias Históricas, Judiarias Medievais, Ermidas e Capelas. Merece especial referência a esbelta imagem de Nossa Senhora da Boa Estrela, erguida no “Covão do Boi”, “junto aos Cântaros, na serra dura e agreste”, “tendo como abóbada maravilhosa o firmamento estrelado e por lâmpada votiva o sol (...)” (BIGOTTE,1992:731).

Nas Terras da Estrela nasceram descobridores, exploradores, cientistas ou cosmógrafos. Foi também “berço de *Viriato*”, chefe dos lusitanos e pastor dos Montes Hermínios. *D. Henrique* (Duque de Viseu e Senhor da Covilhã), *Pedro Álvares Cabral* (natural de Belmonte, fidalgo e navegador), *Sacadura Cabral* (natural de Celorico da Beira, aviador e Oficial da Marinha), *Pêro da Covilhã* (escudeiro real), *Afonso de Paiva* (explorador), *Mestre José Vizinho* (médico da corte de D.João II,o Príncipe Perfeito), *Rui Faleiro* e *Francisco Faleiro* ( cosmógrafos e navegadores) são algumas das figuras ilustres da região.

Em Seia nasceu o *Doutor Afonso (Augusto da) Costa*, lente na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, conhecido estadista e republicano de referência. Ligado a Seia está, também, o *Doutor Álvaro Barreirinhas Cunhal*, filho de um ilustre senense e dirigente, durante largos anos, do Partido Comunista Português.

A Serra da Estrela é também rica em tradições. “ Neste território de montanha habita também desde há vários séculos, uma população serrana que possui um vasto conhecimento e um rico e diversificado património etnográfico e cultural que urge preservar em todos os seus âmbitos (gastronomia, folclore, etc)” ([www.pdsse.org](http://www.pdsse.org)).

Por todo o concelho continuam a realizar-se inúmeras Festas e Romarias de cariz religioso, vividas de forma intensa por muitos populares. Frequentemente, é referida a importância atribuída às festas. Expressões como “*É a festa da minha terra*”, “*Não quero que as festas acabem*”, “*Contribuo sempre para elas, mesmo que não possa estar presente*”, “*É uma forma de as pessoas virem, conviverem e de as famílias se reunirem*”.

A Festa da Padroeira realiza-se no dia 15 de Agosto. As colectividades marcam presença. Um dos pontos altos é, ao fim da tarde, a Procissão Solene. Nela participam as individualidades locais, muitos devotos e os mordomos de todas as festas realizadas nas freguesias anexas, com os andores dos santos venerados nos respectivos lugares.

Bandas Filarmónicas, muitas delas auto-didactas, são imprescindíveis. Ranchos Folclóricos animam os festejos e dão a conhecer, por meio dos seus trajes, danças e cantares, muitas das vivências de outrora.

Não há festa que se preze que não seja acompanhada de boa mesa, onde têm sempre lugar o “cabrito assado”, o “arroz de carqueja com entrecosto”, o “rancho”, a “feijoca à pastor”, o “arroz de míscaros”, o javali, a perdiz, o coelho, a lebre, os produtos da matança do porco (presunto, chouriça, farinheira e morcela), o pão centeio, a broa de milho, o arroz doce, os bolos de azeite, o mel (de urze ou de rosmaninho), o vinho, a aguardente zimbrada e os licores serranos.

.

Maria de Lourdes Modesto, em “Cozinha Tradicional Portuguesa”, escreve: “De mão dada, sempre, a tradição e o progresso. Naquela mesa que volta e meia imagino representar a *gastronomia* de uma região ou província, coloco, com cuidado quase religioso, o queijo da serra (para meu gosto, o amanteigado, esbordando, gordo e planturoso, se se abre uma brecha na casca de marfim velho), dos melhores do mundo, sem sombra de lisonja ou exagerado de nacionalismo” (MODESTO, 1988:83).

Penso ser pertinente fazer uma referência à forma artesanal como “era” concebido o “afamado” Queijo da Serra. Mungido o leite da ovelha de raça bordaleira para a “ferrada”, a coagulação faz-se com flor de cardo e a devida dose de sal. Quando o leite já está coagulado, tira-se a coalhada para um “cincho”, que está colocado sobre a “francela”, que tem uma “goteira” em bico para “dar vazão” ao soro. Com este, fabrica-se o afamado requeijão, que, acompanhado com o doce de abóbora, constitui uma das sobremesas mais apreciadas (adaptado de BIGOTTE, 1992).

Eventos como Semanas Gastronómicas e Festivais de Sopas têm divulgado “saberes e sabores” tradicionais.

Convívios organizados recriam, em espaços de lazer, os jogos tradicionais: malha, fito, pião, bilharda, etc.

Alguns eventos de carácter mais recente, tais como Feiras Antigas e Arraiais Beirões, têm sido considerados como recursos culturais de enorme importância.

Os produtos artesanais são, também, marcas evidentes de um passado que tentamos não esquecer. A Associação de Artesãos da Serra da Estrela tem como ponto de honra a sua divulgação, preservação e promoção. Artigos em pele, objectos em madeira, cestaria (em vime ou verga), olaria, tecelagem em lã ou em linho, latoaria, tanoaria e peças decorativas em xisto, são alguns dos produtos que os visitantes podem apreciar e/ou adquirir em feiras de artesanato e nos estabelecimentos comerciais locais.

Importantes marcas da cultura tradicional têm sido preservadas através da intensa actividade dos Grupos Etnográficos. O *Rancho Folclórico de Seia* nasceu em 1984, com uma grande vontade de servir a cultura e a etnografia. Tem desenvolvido um trabalho a todos os títulos meritório, pela colaboração em inúmeras festas regionais e locais, actuando nos mais diversos lugares do nosso país e no estrangeiro. Inaugurou em Junho de 2008 o seu Museu Etnográfico que reúne um vasto espólio de utensílios agrícolas e trajes, recolhidos ao longo dos anos, representativos dos vários ofícios da região: carpinteiro, resineiro e sapateiro, entre outros.

A partir de uma iniciativa levada a efeito pelo Parque Natural da Serra da Estrela denominada “1º Concurso de Ovelhas da Região Serrana”, a ter lugar no dia 29 de Junho de 1978 na Ermida de Nossa Senhora do Desterro, integrada nas Tradicionais Festas em honra de S. Pedro, às quais, anualmente, acorriam muitíssimos romeiros vindos de toda a Beira Alta, nasceu o *Rancho Folclórico “Os Pastores” de São Romão*. “Seguidamente fez-se um trabalho exaustivo na recolha de testemunhos etnofolclóricos na aba ocidental da Serra da Estrela com o objectivo de os preservar e depois divulgar no país e estrangeiro. Assim a herança que os antepassados nos legaram vai perdurando no tempo”([www.ranchopastores.serradaestrela.com](http://www.ranchopastores.serradaestrela.com)). Nas instalações da sua sede possui, também, um Museu Etnográfico.

Os outros Ranchos do concelho são: o Rancho “Estrela D’Alva” de Vila Cova, o Rancho Folclórico de Paranhos da Beira, o Rancho “Flores da Serra” de Folhadosa e o Rancho Folclórico Etnográfico “Os Camponeses” da Teixeira.

À semelhança do que acontece no norte do país, grupos de concertinas têm recriado usos e costumes que pareciam votados ao esquecimento.

### 9.3 – Recursos Turísticos

Todos os recursos naturais e culturais, anteriormente referidos, são considerados recursos turísticos. Para além destes existem ainda Museus, Praias Fluviais, Aldeias e Casas de Montanha, Centros de Interpretação, Parque Natural, entre outros...

O lugar da Senhora do Desterro, a 3kms de S.Romão, conjuga, em perfeita simbiose, as vertentes natural, cultural e religiosa. A “Cabeça da Velha”, a “Mata do Desterro” (que vai ser alvo de Campo de Trabalho Científico), um “Crasto”, o rio Alva e a primeira Central Hidroelétrica, uma praia fluvial, percursos pedestres e de BTT devidamente sinalizados, e um Santuário com características sui generis são potencialidades distintivas deste espaço. Os mais corajosos são convidados a um mergulho ou à prática de desportos náuticos. Para actividades mais radicais há também espaços propícios. Em fase de requalificação está o Parque de Merendas e a zona do Choupal.

Os Santuários existentes no concelho, que associam o culto ao lazer, confirmam a existência de fortes marcas do Turismo Religioso:

- Santuário de Nossa Senhora do Desterro, em S.Romão;
- Santuário de Nossa Senhora da Saúde, em Valezim;
- Santuário de Nossa Senhora da Guia, em Loriga;
- Santuário de Santa Eufêmia, em Paranhos da Beira.

E como “A Cultura tem sempre lugar em qualquer lugar” Seja tem-se imposto no panorama nacional.

### Ilustração nº IX.1 – Centro de Interpretação da Serra da Estrela



Fonte: [www.correiodabeiraserra.com](http://www.correiodabeiraserra.com)

O *Centro de Interpretação da Serra da Estrela (CISE)*, inaugurado em 2000, é um bom exemplo. Orientado “(...)para o desenvolvimento de actividades de educação ambiental e de valorização do património ambiental da serra da Estrela, (...) tem por missão reunir, sintetizar e divulgar conhecimentos sobre os processos naturais, sociais e económicos que condicionam a vida nesta montanha”(CISE). Constitui “um ponto privilegiado para partir à descoberta da Estrela ”(CISE). Dispõe de uma Exposição Permanente, Áreas Temáticas, Sistemas de Informação Geográfica, Realidade Virtual e Laboratórios e Visitas Virtuais à Serra. Localiza-se na Quinta do Carvalhal, bem no centro da cidade. Trata-se de um espaço rico em espécies autóctones da Serra da Estrela, árvores características das florestas euro-asiáticas e norte americanas, bem como espécies das regiões subtropicais dos vários continentes.

Os seus objectivos principais são:

- Apoiar a investigação;
- Promover a interpretação da natureza;
- Promover a educação ambiental;
- Promover o turismo de natureza.

É um pólo de atracção turística, divulga os valores ambientais da serra da Estrela, promove acções de formação direccionadas a empresas de turismo de natureza e promove actividades de animação ambiental como:

- Percursos pedestres;
- Saídas de campo temáticas;

- Cursos de âmbito ambiental;
- Exposições;
- Aulas de Natureza (CONDE, 2007).

Em 2008 o total de entradas foi de 25.420, tendo o mês de Maio atingido o maior número de visitantes – 4171. Em 2009 o número de visitantes foi de 24.069. A maior afluência registou-se no mês de Junho, com 2977 (Cf.AnexoX).

### **Ilustração nº IX.2– Fachada do Museu do Brinquedo**



**Fonte:** [www.cm-seia.pt](http://www.cm-seia.pt)

O *Museu do Brinquedo de Seia*, inaugurado em Fevereiro de 2002, impõe-se, também, como um exemplo do turismo cultural. Tem como objectivos:

- valorizar um período da nossa vida que é fundamental para o desenvolvimento global do ser humano: a infância;
- valorizar a actividade lúdica e o direito de brincar;
- preservar a memória dos jogos, brinquedos e brincadeiras;
- estudar, conservar, expor e comunicar esse património cultural;
- promover actividades de envolvimento com a população;
- tornar-se num espaço de cultura, educação e lazer(*Guia do Museu do Brinquedo*).

Espaços como “Conhecer o mundo a brincar”, “Memórias de Infância”, “Brincar é ... Sonhar”, “Portugal. Décadas de Brincadeiras”, Biblioteca, Oficina, Posto de vendas, Auditório e Exposições Temporárias permite a troca de experiências e saberes geracionais por vezes bastante díspares.

Em 2008 o Museu do Brinquedo recebeu 18.550 visitantes, tendo o número aumentado em 2009 para 21.373. Estes valores dizem respeito a visitantes nacionais e estrangeiros, oriundos de países como África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Bélgica, Brasil, Espanha, E.U.A., França, Holanda, Inglaterra, Itália, Japão,

Luxemburgo, México, Moçambique, Roménia, Suíça, Tailândia, Timor e Venezuela (Cf.AnexoX).

### Ilustração nº IX.3 – Futuro Museu da Electricidade de Seia



**Fonte: Ângela Fonseca (2008)**

Na sequência de um protocolo de cooperação assinado entre a Câmara Municipal de Seia e a Hidrocenel – Energia do Centro S.A., empresa do grupo EDP, o futuro *Museu da Electricidade de Seia* será instalado na Central Hidroeléctrica da Senhora do Desterro.

O objectivo deste novo equipamento cultural é, segundo Eduardo Brito, (...), “dar a conhecer o passado, o presente e o futuro da produção de electricidade no Sistema Hidroeléctrico da Serra da Estrela, divulgando o património tecnológico, natural, social e cultural que lhe está associado”.

Trata-se de uma homenagem, mais que justa, a António Marques da Silva, “trabalhador infatigável que (...) deixou o seu nome para sempre vinculado ao ramo da electricidade e deve ser considerado um dos pioneiros da electricidade em Portugal” (BIGOTTE, 1992:386).



### Ilustração nº IX.4 – Museu do Pão



Fonte: [www.viajar.clix.pt](http://www.viajar.clix.pt)

O *Museu do Pão*, único na Península Ibérica dedicado a esta temática, “nasceu em 1996, fruto da sinergia entre um empresário e um grupo de docentes e académicos”. A média anual de visitantes situa-se “entre os 110.000 e os 120.000” (dados de 2007)<sup>2</sup>, sendo um “público transversal em termos etários e socio-económicos”, na opinião do Doutor Sérgio Carvalho, seu Director Científico.

Os Eventos ocupam, actualmente, muito do nosso tempo, enriquecem as nossas vidas, e dão maior visibilidade aos lugares.

O *Cine Eco -Festival Internacional de Cinema e Vídeo de Ambiente da Serra da Estrela* tem assumido um papel fundamental na promoção dos valores ambientais. Na opinião do Dr. Carlos Teófilo, director deste Festival, “este (...) tem contribuído para a denúncia daquilo que considero o principal problema do século XXI. A necessidade de preservar este planeta, (...).

O Festival tem contribuído, nomeadamente junto dos mais jovens e em nome de um dos seus principais objectivos – a Educação Ambiental – para alertar esta realidade cada vez mais óbvia, mas que muitas vezes se secundariza em nome do tal progresso e de um falso conceito de desenvolvimento”.

Destaco, ainda, as *Jornadas Históricas*, a *ExpoSocial*, o *Concurso de Empreendedorismo*, a *Fiagris (Feira Industrial, Comercial e Agrícola de Seia)*, o *Festival Internacional de Jazz & Blues da Serra da Estrela*, o *Festival Internacional Artes do Palco e Stand Up Comedy de Seia*, a *Feira do Livro e do Brinquedo*, a *Feira do Queijo*, as *Marchas Populares*, o *Festival de Folclore* e outras manifestações culturais que decorrem na Casa Municipal da Cultura: cinema, teatro, concertos, dança, exposições, etc.

---

<sup>2</sup> Refiro dados de 2007 por, apesar de várias tentativas, (in loco) não me terem sido cedidas estatísticas recentes.

A *Cultura e a Educação* têm merecido especial atenção por parte da Autarquia, que tem feito grandes investimentos a este nível. Seia possui um *Parque Escolar* dotado das mais modernas infraestruturas. A desertificação das aldeias é preocupante, mas os novos *Centros Escolares* proporcionam a todas as crianças e jovens igualdade de oportunidades. A *Biblioteca Municipal*, a *Ludoteca*, a *Casa das Artes* e as *Piscinas Municipais* são uma mais valia. O *Parque Municipal* é um espaço rico e multifacetado. Possui espaços verdes destinados ao lazer, Parque Infantil, Piscina, Anfiteatro e Pavilhão Gimnodesportivo. Onde se realizam inúmeras actividades ao longo do ano.

O *Complexo Desportivo da Quinta da Nogueira*, propriedade da Câmara Municipal, está dotado de infraestruturas que permitem a prática de futebol, atletismo, ténis, caminhadas, etc. O Gabinete de Desporto proporciona actividades de ocupação de tempos livres em períodos de férias escolares, organiza Torneios inter-escolas, o FootPáscoa e Campeonatos Nacionais de Atletismo que têm trazido a Seia inúmeros atletas de várias modalidades.

Promove, de Junho a Setembro, diversas caminhadas pela zona urbana de Seia. A actividade denomina-se “Caminhar Saudável” e é orientada pelos Técnicos Superiores de Desporto do Município. O projecto “Saúde em Movimento” é destinado a “proporcionar uma actividade física aos idosos, de forma orientada,”(...) ([www.cm-seia.pt](http://www.cm-seia.pt)).

A *Escola Superior de Turismo e Hotelaria* dispõe de ofertas formativas em “Turismo e Lazer”, “Gestão Hoteleira”, “Restauração e Catering”, “Especialização Tecnológica em Gestão de Animação Turística”, “ECT em Técnicas de Restauração” e Mestrado em “Gestão e Sustentabilidade no Turismo”(CF.Anexo VIII).

Existe, também, uma *Escola Profissional*, voltada, neste momento, para as áreas das Energias Renováveis, Termalismo, Topografia, Gestão e Música. Parece-me incongruente ter sido encerrado o Curso de Técnico de Turismo/Profissional de Informação e Animação Turística, o que permitia alguma qualificação profissional. Empresas de formação estão a aproveitar essa situação para criarem cursos intensivos de curta duração.

Foi também criada a *Academia Sénior de Seia* (ACASES), cujo objectivo é “fomentar e dinamizar a ocupação de tempos livres de pessoas reformadas ou desempregadas com mais de 50 anos de idade, contribuindo assim para a melhoria do seu nível cultural e social, dando-lhes formação adequada em áreas de cariz académico, ético, lúdico e social”( [www.academiaseniorseia.com](http://www.academiaseniorseia.com)). Os utilizadores habituais são 70, distribuídos de

acordo com as diversas actividades e respectivos horários. O número de associados é de 148.

#### **9.4 – Turismo e Desenvolvimento Local**

“A Serra da Estrela possui um importante património ambiental aos níveis nacional e europeu” (CONDE, 2007). 2010, Ano Internacional da Biodiversidade, tem como objectivos divulgar e preservar o património natural. Nesse sentido há que valorizar as riquezas locais, articular processos de desenvolvimento económico, tendo como ponto de partida a cultura e a tradição, promover os lugares e os espaços como factores de recurso e desenvolvimento, procurar a integração local e contribuir para o desenvolvimento da localidade. Dado que o património é uma das grandes marcas históricas de um país e nos elucida acerca das origens da sua população esta terá que se sentir identificada com ambos. “O turismo perfila-se como um dos principais vectores de desenvolvimento na Serra da Estrela” (CONDE, 2007), pelo que o património não pode servir apenas os visitantes. É desejável que a população residente saiba o que existe, goste daquilo que tem e prime na sua utilização não deixando morrer as suas tradições, hábitos e costumes, já que estes fazem parte integrante da sua identidade cultural.

As relações turismo/ambiente detêm um elevado grau de complexidade. “ (...) a principal ideia de força é a de que o ambiente é um bem perecível que está a ser progressivamente consumido pela actividade turística. (...) a preservação da qualidade do ambiente e a preservação de espaços naturais não poluídos assume no mundo de hoje (...) uma particular importância.

A esta posição de defesa das condições ambientais poder-se-ão contrapor, e normalmente contrapõem-se, as vantagens económicas da actividade turística ainda que realizada com graves consequências para aquelas.(...)

Daí a enorme necessidade de conciliar os interesses económicos do turismo com os interesses ambientais, até para evitar o recurso a outras soluções que, visando igualmente o desenvolvimento económico, sejam muito mais agressivas sobre o ambiente que o próprio turismo. No entanto, esta conciliação de interesses, que passa em primeiro lugar por políticas de planeamento e ordenamento do território e pela definição de um volume para a actividade turística de acordo com as características do espaço em que estas actividades se implantam, coloca problemas vários nem sempre de fácil solução. (...)

A não serem acauteladas medidas que permitam um certo equilíbrio entre a qualidade do ambiente e a prática turística, (...) verificar-se-á, (...) aquilo que é conhecido pelo fenómeno de “destruição do turismo pelo turismo” (CRAVIDÃO e CUNHA, 1991:216).

Sendo o Turismo de Natureza um dos tipos de turismo mais procurados hoje há que encarar o turista como visitante e não como invasor. Os espaços reclamam um determinado tipo de utilização, planeada previamente, a fim de evitar situações de degradação ou mesmo de utilização indevida. Cabe aos Organismos públicos, nacionais e locais a responsabilidade de recuperar, conservar e preservar os lugares que, por direito próprio, são de todos nós. Esse facto não desresponsabiliza todos aqueles que usufruem dos mesmos, a quem a Natureza exige comportamentos ambientalmente não agressivos.

São consideradas ameaças ao desenvolvimento do Turismo de Natureza na Serra da Estrela:

- “Massificação e sazonalidade do turismo
- Degradação do património natural e paisagístico
- Frequência e intensidade dos incêndios florestais
- Descaracterização dos núcleos urbanos
- Abandono de práticas agrícolas tradicionais
- Deficiente divulgação dos valores naturais
- Reduzida oferta de actividades de animação ambiental” (CONDE, 2007).

A Plataforma pelo Desenvolvimento Sustentável da Serra da Estrela (PDSSE) denuncia ainda como obstáculos ao desenvolvimento do turismo:

- Abertura de estradas asfaltadas de altitude e parques de estacionamento;
- Intenso tráfego automóvel, agravando a degradação da qualidade do ar, o AG (aquecimento global), perturbação da fauna e consequência na segurança e experiência dos visitantes;
- Aposta excessiva no esqui de pista e sem benefícios económicos para os locais;
- Grande contaminação de resíduos deixados pelos visitantes ocasionais;
- Perda da biodiversidade, solo, quantidade e qualidade da água, etc ... causada pelos incêndios.

De JOSÉ AMOREIRA, no Blog <http://ocantaroangado.blogspot.com>:

- “ (...) que nós aqui só podemos viver da neve.”
- “ E porque é que os jornais e revistas nacionais só se lembram da serra da Estrela como destino de férias no Inverno?”
- “ (...) nos últimos meses, alguns responsáveis do ICNB (...) consideram que a escalada e o montanhismo no Cântaro Magro devem ser proibidos, e por isso indeferem todos os pedidos para a realização dessas actividades (...).”
- “ (...) todos os Invernos são despejadas várias toneladas de sal-gema, que escorrem para as mesmíssimas áreas que o ICNB quer proteger (...).”
- “Outras actividades, aparentemente muito mais impactantes (raids tt, voltinhas de carro piqueniques de beira de estrada, esquí, sku, caça, pesca, encontros de motoqueiros, snow-fashions, etc,etc,etc), algumas das quais com impactos nos mesmos locais que alegadamente se querem proteger(...) são permitidas! Pior, todas estas actividades não são só permitidas, elas são mesmo encorajadas (...).”

## 9.5- Revitalização do Turismo

“O turismo é, actualmente, um dos sectores mais importantes para a revitalização económica dos desertificados territórios de montanha de todo o mundo. Contudo, o oportunismo, a falta de ética de alguns promotores e de alguns visitantes, o desadequado planeamento e desenvolvimento especulativo em busca do lucro fácil e rápido e ao menor custo, tem levado em determinados territórios, a graves e irreversíveis danos ambientais, e em alguns casos, com implicações sociais negativas. Tal como ocorre com outros sectores económicos da sociedade, o turismo também necessita de ser reinventado segundo o conceito de sustentabilidade ambiental e social. Para tal o Turismo de Montanha deverá ser, necessariamente, sustentável e reger-se pelas seguintes premissas:

- 1- o turismo deve ser um e não o único meio de subsistência do desenvolvimento das economias diversificadas dos territórios de montanha;
- 2- os benefícios e oportunidades resultantes do turismo de montanha deverão ser adequados e devidamente dirigidos proporcionalmente para as populações locais;

- 3- os impactes do turismo na biodiversidade e diversidade cultural deverão ser bem documentados, minimizados e geridos. Uma porção das receitas turísticas deverá ser canalizada para a conservação e recuperação de bio-recursos, da herança cultural e de locais sagrados;
- 4- as populações locais deverão ter um papel activo e responsabilidade no planeamento e execução de um turismo sustentável de montanha, suportado por outros agentes e redes, por políticas e acções governamentais e pela assistência técnica para a sua concretização ( In: Bishkek Global Mountain Summit – Thematic paper B3 – Mountain Tourism and Conservation of Biological and Cultural Diversity. 2002 Ano Internacional das Montanhas citado por [www.pdsse.org](http://www.pdsse.org)).

Em ordem à concretização destes objectivos, técnicos do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE), do Centro Interpretativo da Torre e do Centro de Interpretação da Serra da Estrela (CISE) disponibilizam o apoio necessário, e/ou possível, quando solicitados para o efeito, através da realização de Acções de Formação ou acompanhando grupos em percursos pedestres.

O Centro de Interpretação da Serra da Estrela (CISE) tem contribuído para essa revitalização, ao informar, formar, esclarecer e sensibilizar residentes e visitantes, apelando à necessidade de preservar o meio ambiente, a fim de que se estabeleça uma relação harmoniosa entre Natureza e Turismo.

Estas medidas contribuem, de algum modo, para revitalizar o turismo no concelho de Seia.

## Capítulo X – Planear em Seia

*“Não há grandes triunfos (...) sem enormes riscos”* (RODRIGUES, 2001:193-194).

Planear

- Porquê?
- Como?
- Para quê?

### 10.1 - Conceito e importância de um Planeamento Estratégico

“O planeamento é uma actividade prática (‘técnica’) que avalia tendências passadas, faz projecções e estabelece as grandes linhas estruturantes para o desenvolvimento do futuro (‘cenários/estratégia’). Para além disso, e na sua generalidade, o planeamento é uma actividade intelectual que se debate com um desenho do futuro (‘ideologia’), e com a imaginação (‘arte’) acerca do que o ambiente económico, social e físico deverá ser no futuro”(EVANS,1997 citado por COSTA,sd).

“Apesar das rápidas mudanças que, cada vez mais, são intrínsecas à sociedade contemporânea, é fundamental que académicos, gestores e políticos percepcionem a forma como os sistemas se encontram a evoluir, para poderem capturar, a seu favor, os benefícios subjacentes às transformações em curso nos sistemas e na sociedade”(COSTA,sd).

“ (...) uma leitura cada vez mais integrada dos sistemas afigura-se, cada vez mais, não como uma nova ‘moda’ de abordagem académica, mas sim como uma tendência de análise bem sólida ao nível da actividade científica e da sociedade. Em termos de planeamento regional e urbano observa-se, cada vez mais, que a melhoria do seu sistema de funcionamento passa, não apenas, pelo aperfeiçoamento do sistema interno em que este opera, mas igual e fortemente, pela melhoria do sistema organizacional em que o mesmo se apoia. Isto é, existe uma necessidade urgente de se compreender, e perspectivar, a evolução do sistema do planeamento regional e urbano através das mutações e melhoramentos que são necessários serem introduzidos no sistema organizacional em que o mesmo funciona (COSTA,sd).

“ (...) a actividade do planeamento irá, cada vez mais no futuro, orientar-se e solidificar-se em torno das seguintes áreas – chave: (i) criação de um ‘capital intelectual, ‘ (...)

(ii) criação de um ‘capital social, (...) (iii) criação de um ‘capital político’, (...) (iv) criação de um ‘capital institucional, (...) (v) criação de um ‘capital económico’, (...) (COSTA,sd).

## **10.2 – O Planeamento Estratégico do Turismo**

O conceito de gestão estratégica é complexo e interdisciplinar.

Planear estrategicamente consiste em produzir bens ou serviços que satisfaçam as necessidades dos consumidores/utilizadores e em desenvolver a capacidade de antever motivações futuras, em constante mutação, com o objectivo de lhes dar respostas adequadas e atempadas. Para tal é necessário activar mecanismos como: “observar”, “interpretar”, “auscultar”, “questionar”, “prever”, etc.

“ (...) a perspectiva de marketing é essencial para enquadrar a gestão estratégica, que inclui o processo de planeamento. Não é, contudo, pacífica a abordagem das iniciativas, das responsabilidades e das metodologias a utilizar a nível institucional (... )”(BAPTISTA,2003:51).

“ (...) para reforçar a competitividade do turismo português, é crucial que os investimentos públicos assumam um carácter estratégico”(SANCHO SILVA,1999 citado por BAPTISTA,2003:52) “ (...) não basta recuperar e preservar o que “vem de trás”, se o que se cria hoje constitui um contraste gritante com o que se pretende conservar”(BAPTISTA,2003:63).

“Os conceitos e a prática da estratégia e do planeamento em turismo implicam, pois, (...) a necessidade de uma política turística, com destaque para a articulação com as políticas da cultura, do ambiente e de outras formas de utilização dos recursos e espaços naturais” (BAPTISTA, 2003:78).

## **10.3 - Fases do Planeamento**

“A abordagem do planeamento local ou regional deve ser flexível (tendo em conta o enquadramento para atingir os objectivos), abrangente (considerando todos as componentes da oferta derivada ou construída), integrada (tendo em conta outras políticas e outros sectores), visar a sustentabilidade ambiental (sem gerar impactes adversos na oferta primária ou original), basear-se na comunidade (estimulando o seu envolvimento),



considerar os condicionalismos da implementação (em termos realísticos, de acordo com as técnicas aplicáveis) e respeitar a estratégia (tendo em conta as resoluções a tomar imediatamente e em situações de rápida mudança); deve ter em conta que planear é organizar o futuro para atingir determinados objectivos, tarefa que proporciona um guia para o processo de decisão para adequadas acções futuras, e que o planeamento do turismo pode ser incorporado no planeamento geral para uma determinada área e, se tal for realizado, o turismo será automaticamente integrado nos padrões de desenvolvimento da área. Em nosso entender, porém, o objectivo essencial de integração será mais fácil e adequadamente atingido se a atitude de “poder ser” for substituída pela de “dever ser” (BAPTISTA, 2003:189).

“O processo de planeamento turístico aos níveis local ou regional deve respeitar as seguintes fases: preparação do estudo (avaliação do estudo prévio de viabilidade e, se for positiva, fundamentar a decisão das autoridades para realizar o planeamento); determinação dos objectivos (equilibrando os factores económico, ambiental, social e cultural, na óptica da sustentabilidade); pesquisas e avaliações (dos condicionalismos da área, dos recursos turísticos, dos produtos possíveis, dos mercados actuais e prováveis, das infra-estruturas existentes ou a criar, das políticas de desenvolvimento na área e dos elementos institucionais do turismo, incluindo mão - de - obra disponível e a formar); análise e síntese (integrando de forma abrangente e inter-relacionada todos os elementos pesquisados e analisados); política e formulação (do plano de desenvolvimento e do plano físico do turismo) e implementação e gestão (com técnicas consideradas através do processo de planeamento).

“No que respeita à implementação e gestão, falta referir a necessidade de monitorização e controlo, distinguindo as iniciativas e realizações a cargo das administrações central, regional e local e a sua compatibilização, no tempo e no espaço, com os investimentos a realizar pelos empresários, logicamente inspirados e enquadradas nas conclusões do plano, o que implica a necessidade, não explicitada, de actuações sob a forma de parcerias de concertação estratégica (BAPTISTA, 2003:189-190).

## 10.4 – Definição de linhas estratégicas para Seia

*Ameaças e oportunidades* do meio envolvente externo (variáveis incontroláveis), *pontos fortes* (ou forças) e *pontos fracos* (ou fraquezas) do meio envolvente interno do País ou da região (variáveis controláveis) podem ser sintetizados através da *análise SWOT*: Strengths (forças), Weaknesses (fraquezas), Opportunities (oportunidades) e Threats (ameaças).

**Quadro nº X.1 - Análise SWOT**

	<b>Pontos Fortes/ Forças</b>	<b>Pontos Fracos/ Fraquezas</b>
<b>Meio Envolve nto Interno</b>	Situação geográfica	Ausência de Planos Estratégicos
	Ser uma área protegida	Falta de articulação entre agentes
	Diversidade paisagística	Acessos difíceis e Sinalética insuficiente
	Espaços de lazer / Desportos	Assimetrias
	Ser um destino seguro	Descaracterização/ Má imagem / Descrença sobre a região
	Património edificado	Aposta excessiva no esqui de pista e TT
	Infra-estruturas existentes	Redução da Floresta/ Incêndios
	Hotelaria e Restauração	Serviços de Saúde
	Eventos	Fraco investimento / Desemprego/ Emprego não qualificado
	Hospitalidade	Formação Profissional /Saídas Profissionais
Tradições	Incapacidade de fixação da população	
<b>Meio Envolve nto Externo</b>	<b>Oportunidades</b>	<b>Fraquezas / Ameaças</b>
	Diversidade dos Ecossistemas e das paisagens	Distanciamento por parte do Poder Central
	2010 - Ano Internacional da Biodiversidade	Orçamentos limitados
	Melhor aproveitamento da água (desportos de Verão)	Concessões
	Aquecimento Global (incentivo a novas tipologias de turismo)	Poluição
		Aquecimento Global
	Massificação e Sazonalidade	
	Clientela de baixo consumo	
	Política de Emprego	

**Fonte: Ângela Fonseca (2010)**

Os recursos internos permitem “desenvolver estratégias (...) que combinem oportunidades com forças, melhorem os pontos fracos e contrabalancem as ameaças” (ALLEN, 2003:156) a fim de que se atinjam os objectivos.

O facto de o Concelho de Seia ser detentor de uma óptima situação geográfica, no centro do País, ser uma área protegida, beneficiar de uma apreciada diversidade paisagística, possuir espaços de lazer propícios à prática de desportos e ser rico em património edificado transforma-o numa região que reúne todas as condições para ser um destino turístico de eleição.

Constata-se que, em simultâneo, se verifica a ausência ou ineficácia de Planos Estratégicos, a falta de articulação entre agentes, as más condições das acessibilidades, a degradação da imagem, o fraco investimento na área do turismo e o emprego não qualificado, aspectos estes que em nada contribuem para um turismo de excelência.

Verificam-se ainda alguns aspectos que podem constituir sérias ameaças à desejável qualidade do turismo: a pouca atenção por parte dos organismos e entidades responsáveis, a crise económica em que o país mergulhou, a ausência de investidores com capital próprio.

As alterações climáticas deveriam fazer repensar a Serra, enquanto destino de Inverno, desenvolvendo um “Turismo de 4 estações”.

Observando o país como um todo (Cf. Anexo IX) são notórias as assimetrias entre Norte e Sul, Litoral e Interior, Montanha e Planície. A Serra da Estrela é influenciada por factores de ordem muito diversa, já referidas no capítulo VII. O concelho de Seia, à semelhança de outros do interior, apresenta fragilidades como o envelhecimento da população, o abandono das profissões que serviam de base à sua economia, o declínio da actividade industrial, etc.

Este facto devia ter sido previsto atempadamente e desencadeado a elaboração de um plano estratégico que minimizasse os efeitos da crise em que o concelho mergulhou. Tal não aconteceu, pelo que nos debatemos com elevados níveis de desemprego e assistimos à morte lenta das principais “imagens de marca” do concelho e da região. Os recursos existentes estão subaproveitados: quer os naturais, quer os culturais, quer os turísticos, quer, inclusivamente, os recursos humanos.

Reconheço que a Serra da Estrela, como referi na análise SWOT, pode ser encarada como uma oportunidade, devido à sua diversidade, mas é também ameaçada por factores como o distanciamento, por parte do Poder Central, o aquecimento global, a poluição, a massificação e a sazonalidade, etc.

Para fazer mais e melhor turismo em Seia era essencial uma colaboração directa e eficaz entre todos os agentes (entidades, técnicos, empresas, residentes, turistas, ...), o que poderia obter-se através da criação de um Departamento de Turismo. “Não sendo a chave do problema poderia ser parte da solução”. Essa equipa começaria por definir competências e territórios de intervenção, faria o levantamento de todos os recursos existentes, definiria trilhos, colocaria a sinalética adequada, elaboraria roteiros temáticos, itinerários culturais e religiosos. Penso ser útil a criação de uma plataforma informática que, através da utilização de “chips”, localizasse pessoas eventualmente perdidas durante as suas caminhadas.

Penso que seria também útil a criação de uma Associação de Hoteleiros e Profissionais de Turismo, o que permitiria um intercâmbio saudável e partilha de recursos. Poderia ainda colaborar na formação académica e/ou profissional, enriquecendo os quadros de formadores do Centro de Emprego e dos Centros de Formação.

Proteger, conservar e desenvolver não podem ser encarados separadamente. A Educação Ambiental devia fazer parte dos planos curriculares de todos os graus de ensino.

É sintomático o facto de o Estado e as Instituições de Solidariedade Social serem as principais empregadoras do concelho, o que denota que as empresas do sector privado têm fraca expressão. O concelho de Seia e a Serra da Estrela merecem a elaboração de um

programa anual de animação transversal e multifacetado, devidamente divulgado pela comunicação social. Era também importante que o concelho de Seia fosse integrado em pacotes turísticos que lhe conferissem maior expressão. A massificação e a sazonalidade deveriam ser esbatidas através da implementação de novos equipamentos, produtos e/ou serviços.

Para inverter a imagem negativa deixada pelos recentes incêndios considero urgente a abertura de corredores de emergência seguida de reflorestação das zonas ardidadas com vegetação autóctone.

Deviam ser criadas alternativas ao sal-gema com que são desobstruídos os acessos ao Maciço Central.

À semelhança do que acontece em outras zonas protegidas, como na Serra do Gerês ou em Puebla de Sanabria (Espanha), não seria possível ponderar a possibilidade de gerir a capacidade de carga dos locais a visitar?

Penso que toda a actividade turística do concelho devia ser supervisionada e controlada, a fim de evitar uma economia paralela.

Leitos e margens de rios e ribeiras deviam ser limpos regularmente e as zonas adjacentes, que reúnam condições para tal, dotadas de acessos e infra estruturas de apoio que as transformassem em locais aprazíveis.

Os Santuários existentes e recintos envolventes deviam estar munidos de meios humanos e técnicos, conseguidos através de protocolos, atribuindo-lhes o lugar a que têm direito no âmbito do turismo religioso.

Proponho, também, que a história local e dos lugares seja amplamente divulgada, através da colocação de painéis informativos nos locais de maior afluência. Suportes digitais, colocados, por exemplo, nos postos de turismo, poderiam chamar a atenção para locais de referência e disponibilizar informações úteis, dirigidas, essencialmente, aos turistas visitantes.

Chamo a atenção do Município para a descaracterização de algumas construções que nada têm a ver com a traça original da região.

Proponho também a higiene adequada e embelezamento dos espaços destinados à recolha dos resíduos sólidos.

Relativamente à cidade de Seia, sede do Concelho, apelo à reabilitação urgente do Centro Histórico, a fim de dignificar a sua imagem e requalificar o património.

Julgo pertinente a cedência de um espaço à Associação dos Artesãos com vista à criação de um Centro de Artesanato que permita aos visitantes o contacto directo com produtos

autênticos. Existem espaços devolutos como antigas fábricas ou escolas desactivadas que poderiam ser aproveitadas para o efeito.

Penso ser do máximo interesse a criação de um Roteiro orientado, a partir do Posto de Turismo, através da colocação de pequenos outdoors junto dos principais “emblemas” da cidade.

Permito-me ainda sugerir a substituição do Cortejo Histórico, geralmente associado ao feriado municipal, por um Cortejo Cultural que mais se identificasse com a história e cultura locais.

Todas estas medidas (e certamente muitas mais) permitiam uma relação mais saudável entre Homem, Natureza, Cultura e Turismo.

Através da aplicação de medidas coerentes, inteligíveis e objectivas apostaríamos num turismo de qualidade que nos conduziria ao “patamar de excelência” por que todos ansiamos, em lugar da tendência que se verifica de cada um fazer “o melhor que pode e sabe” dentro da sua esfera de actuação”.

## Conclusão

Ao concluir esta minha dissertação coloco a mim mesma várias questões:

- Porquê o título “*Seia, onde tudo parece nada...*” que eu própria escolhi?
- Quem sou eu para avaliar o concelho e tudo o que nele tem sido feito?
- Qual a minha capacidade para definir linhas estratégicas para o concelho?
- Será que consegui atingir os objectivos?

“*Seia, onde tudo parece nada...*”. Muitos passam pelo concelho de Seia e não ficam a conhecê-lo, porque fazem dele, apenas, ponto de passagem. A imagem que retêm é, muitas vezes, negativa, ou, pelo menos, distorcida.

O concelho de Seia possui muitos e diversificados recursos, quer naturais quer culturais. Muitos deles continuam por explorar, outros não estão devidamente divulgados e outros, ainda, vão caindo no esquecimento. É impressionante a veracidade da expressão: “A extrema importância de algumas coisas sem importância nenhuma” (RODRIGUES, 1997:28). Para além de alguns lugares considerados “de visita obrigatória” Seia tem à disposição do turista infra estruturas e serviços de apoio nem sempre valorizados. “Fiquei impressionada! Não fazia ideia. Devia apostar-se mais na divulgação da Serra da Estrela”. (comentário de uma turista)

A minha responsabilidade, enquanto munícipe, impôs-me uma reflexão.

Visitantes, comerciantes e residentes, com diferentes pontos de vista, emitem correntes de opinião nem sempre tidas em conta. Todos estes agentes desempenham um papel importante em todo o processo de planeamento estratégico.

Sem a pretensão de alguns que se julgam “detentores do saber” considero o meu percurso académico um factor contributivo. Os conhecimentos que fui adquirindo e os muitos agentes envolvidos neste processo fizeram de mim a pessoa que hoje sou. Sem falsa modéstia e sabendo que “o elogio fica mal em boca própria” tenho que reconhecer que cresci e adquiri maturidade. Considero, contudo, que a melhor análise resulta do confronto de opiniões, pelo que fui para rua. “*O tempo gasto a recolher informações raramente é tempo perdido*”(SUN TZU, teórico militar chinês do século IV a.C. citado por KOTLER,2001:97). Contactei pessoas de diversas faixas etárias, diferentes níveis culturais, responsáveis pelo Município e agentes locais.

Constatee a existência de um enorme fosso entre Órgãos do Poder e população, ambos dignos da maior atenção e do maior respeito. Os principais motivos parecem-me ser a falta

de informação, ausência de colaboração entre os vários organismos, incompreensão em relação ao trabalho desenvolvido, cepticismo, falta de credibilidade, espírito destrutivo.

Confrontei-me com a boa vontade de muitos, com a compreensão de outros que reconhecem que os investimentos têm que ser feitos de modo gradual, mas deparei-me também com alguns que defendem a “velha teoria” do “copo meio cheio e meio vazio”.

Seria injusta se não referisse que, em Seia, se têm envidado esforços significativos e feito grandes investimentos, em ordem a tentar atingir o “patamar de excelência” a que me referi na introdução desta dissertação. Mas “ a insatisfação anda de mãos dadas com o progresso”. Por mais que se faça é sempre pouco, o que, sendo um factor positivo, não pode alhear-se da objectividade – a situação económica do país.

Em ordem à definição de linhas estratégicas de desenvolvimento territorial mais uma vez me baseei em propostas apresentadas pelas pessoas que inquiri, algumas das quais demonstraram uma ampla visão estratégica da região. Contactei com detentores de elevados graus académicos, mas também com alguns que tiraram o seu curso na “universidade da vida”, onde muito se aprende. Curiosamente, existem opiniões convergentes.

As Instituições existem, os Organismos estão criados, mas a sua eficácia é questionada. São acusados de “distanciamento” em relação à realidade local. Penso que unir esforços no sentido de “mais e melhor para todos” poderia ser uma preciosa ajuda. “Caminhos paralelos nunca se encontram”. É preciso tentar a convergência.

Será que consegui atingir os objectivos? “Nunca se consegue tudo, porque, à medida que vamos trabalhando, vão surgindo coisas novas”, diferentes perspectivas e outros indicadores. Ao longo de todo este processo, fiquei surpreendida com a simpatia e disponibilidade das pessoas entrevistadas. Lamento as dificuldades encontradas em relação à pouca abertura por parte das Entidades oficiais, detentoras de uma maior responsabilidade, face a esta temática. O mundo está em constante mutação e, como tal, inventar e/ou reinventar o futuro para criar novas oportunidades tornou-se um imperativo. Espero contribuir, de algum modo, para que se faça mais e melhor Turismo em Seia, a fim de que consigamos um Concelho “de todos” e “para todos”.



## **Bibliografia**

**ABREU**, Isabel Maria Rocha, (2007), *“AS PAISAGENS CULTURAIS DA GÂNDARA – O caso do Concelho de Cantanhede”*

*Coimbra, 2007*

**ALLEN**, Johnny (et al), (1999), *“ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE EVENTOS”*, 7ª reimpressão, tradução de Marise Philbois Toledo – Rio de Janeiro , 2003, Elsevier Editora Ltda.

**BAPTISTA**, Mário, (2003), *“TURISMO GESTÃO ESTRATÉGICA”*, Editorial Verbo

**BIGOTTE**, J. Quelhas Pe Dr., 1992, *“MONOGRAFIA DA CIDADE E CONCELHO DE SEIA”* – 3ª edição, Gráfica de Gouveia, L.da

**BRANDÃO**, Carlos, (2007), *“TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO – As múltiplas escalas entre o local e o global”* , Editora Unicamp

**CAEIRO**, Joaquim Manuel César, (2009), *“POLÍTICAS TERRITORIALIZADAS DE DESENVOLVIMENTO EM CONTEXTO DE MONTANHA. O EXEMPLO DA ACÇÃO INTEGRADA DE BASE TERRITORIAL DA SERRA DA ESTRELA”*

*Coimbra, 2009*

**CORREIA**, Juliana Bento, (2009), *“TURISMO, PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO EM AMBIENTES DE MONTANHA – O exemplo do Piódão (Cordilheira Central)*

*Coimbra, 2009*

**CORREIA**, Ricardo & Brito, Carlos, *“MARKETING PARA TERRITÓRIOS – UMA ABORDAGEM RELACIONAL”*

**COSTA**, Carlos Manuel Martins da, *“UM PARADIGMA EMERGENTE NA ÁREA DO PLANEAMENTO? – QUESTÕES DE TEORIA E DE PRÁTICA DO PLANEAMENTO. O CASO DO TURISMO”*

**CRAVIDÃO**, Fernanda Delgado, (1992), *“A POPULAÇÃO E O POVOAMENTO DA GÂNDARA (GÉNESE E EVOLUÇÃO)*, COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO

*Coimbra, 1992*

**CRAVIDÃO**, Fernanda Delgado (1996), *“MOBILIDADE, LAZER E TERRITÓRIO”* Cadernos de Geografia, nº 15, Coimbra, F.L.U.C., pp 43-53

**CRAVIDÃO**, Fernanda Delgado, **CUNHA**, Lúcio, (1991), *“TURISMO, INVESTIMENTO E IMPACTO AMBIENTAL”* Coimbra, I.E.G., 1991-nº10

*Coimbra, 1991*

**CRUZ**, Afonso Pires da, *“POPULAÇÃO E MOBILIDADE ESPACIAL – O EMPREGO, OS SERVIÇOS, O CONSUMO E O LAZER NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA”*

Coimbra, sd

**CUNHA**, Licínio, (2001), *“INTRODUÇÃO AO TURISMO”*, Editorial Verbo

**CUNHA**, Licínio, (2006), *“ECONOMIA E POLÍTICA DO TURISMO”*, Editorial Verbo

**CUNHA**, Licínio, sd, *“O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO PORTUGUÊS – Coerências e incoerências”*

**FERNANDES**, João Luís Jesus, (2004), *“TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO E ÁREAS PROTEGIDAS – A Rede Nacional de Áreas Protegidas e o caso do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros-”*

Coimbra, 2004

**FERNANDES**, António Teixeira, *“PODER LOCAL E TURISMO SOCIAL”*

**FIDALGO**, Sandra Sardo, (2009), *“MARKETING TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO DAS POPULAÇÕES: A PAISAGEM CULTURAL DE ÓBIDOS”*

Coimbra, 2009

**FONTES**, Alberto da Rocha, (MMVI), *“O CONCELHO DE SEIA – CREDENCIAIS PARA A SUA HISTÓRIA”*, 2ª Edição – G.C. - Gráfica de Coimbra, Lda

**HORTA**, Maria de Lourdes Parreiras, *“EDUCAÇÃO PATRIMONIAL”*

**KOTLER**, Philip, (1999), *“MARKETING PARA O SÉCULO XXI”*, 2ª edição, Editorial Presença

**LIMOINE**, Claire, (2008), *“AS MARAVILHAS DO MUNDO – 1001 FOTOGRAFIAS”*, tradução de José Espadeiro Martins, Bertrand Editora

**MAGALHÃES**, Paulo, *“SEIA TECTO DE PORTUGAL”*, Câmara Municipal de Seia

**MALTA**, Paula Alexandra Monteiro Simões, (1996), *“TURISMO, ESPAÇOS DO TURISMO E INTERVENÇÃO DO ESTADO EM PORTUGAL”*,

Instituto de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

**MODESTO**, Maria de Lourdes, (1988), *“COZINHA TRADICIONAL PORTUGUESA”*, Editorial Verbo

**NEVES**, Fernanda Maria Gandra da Rocha, (2002), *“O TURISMO TERMAL DO NORTE DE PORTUGAL – VIDAGO E PEDRAS SALGADAS: O DESENVOLVIMENTO DE DUAS ESTÂNCIAS TERMAIS”*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

**PAISANA**, José Rui Fernandes Antunes, (1999), “*PLANEAMENTO E ENVOLVIMENTO CÍVICO*” – Apresentação de um Modelo Estratégico de Desenvolvimento para a Elaboração e Apreciação do Plano de Urbanização de Ourém  
Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Instituto de Estudos Geográficos

**POEIRA**, Maria dos Anjos Videira Ferreira Cecílio, (2005), “*TOPONÍMIA, PAISAGEM; ESPAÇO RURAL; ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO*” – Estudo do espaço rural na Bacia de Seia – Pinhanços”, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra

**RODRIGUES**, Adriano Vasco (et al), “*PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL DA SERRA DA ESTRELA*” Edição Liga dos Amigos de Conímbriga. LAC

**RODRIGUES**, António da Cruz, (1997), “*SEIA UM COMBATE PELO FUTURO*” – CRÓNICAS POLITICAMENTE INCORRECTAS, Nova Arrancada

**RODRIGUES**, José Augusto Ferreira, (2007), “*TURISMO E ESPAÇO RURAL: CONVIVÊNCIAS, CONFLITOS E HARMONIA – O PARQUE NATURAL DAS SERRAS DE AIRE E CANDEEIROS*”, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra

**SANTOS**, Norberto Pinto dos, (2008), “*LAZER - DA LIBERTAÇÃO DO TEMPO À CONQUISTA DAS PRÁTICAS*”, Coordenação de António Gama, Universidade de Coimbra

**SARAIVA**, António Paula, (2007), “*PRINCÍPIOS DE ARQUITECTURA PAISAGÍSTICA E DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO*”

**TEIXEIRA**, Sebastião, (1998), “*GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES*”, Editora McGRAW – HILL

**TOMÁS**, Paulo Manuel de Carvalho, (2005), “*PATRIMÓNIO CULTURAL E TRAJECTÓRIAS DE DESENVOLVIMENTO EM ÁREAS DE MONTANHA – O exemplo da Serra da Lousã*”, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra

## **Documentos**

ICN, 200-2006, “TURISMO DE NATUREZA - ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO  
PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA”

PNSE, “Revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela”

“Parque Natural da Serra da Estrela” – PNSE

Plano Estratégico nacional do Turismo – PENT

Diário da República, 1ª série – Nº 195 – 10 de Outubro de 2007

Diário da República, 1ª série – Nº 71 – 10 de Abril de 2008

Portaria nº 1154/2008 de 13 de Outubro

Diário da República 2ª série – Nº 168 – 31 de Agosto de 2009

“Tourism Outlook 2010” – OMT

“2009 International Tourism Results and Prospects for 2010” – OMT

Estatutos da OMT

“A União Europeia”, 1993, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias

“Orçamento e Grandes Opções do Plano 2010 – Câmara Municipal de Seia” – CM Seia

Material promocional da CM Seia

“Santuários do Concelho – Seia”

“Aldeias de Montanha”, Município de Seia

Material promocional do CISE – Seia

Guia do Museu do Brinquedo

Material Promocional da Turismo Serra da Estrela

“Serra da Estrela – Mais do que uma Montanha”, Turismo da Serra da Estrela

“Rotas da Serra da Estrela”, Turismo da Serra da Estrela

“Rota dos Vales Glaciares”, Turismo da Serra da Estrela

“Rota da Lã”, Turismo da Serra da Estrela

“Rota dos 20 castelos”, Turismo da Serra da Estrela

## **Sites e Blogs**

[www.icnb.pt](http://www.icnb.pt)

[www.unwto.org](http://www.unwto.org)

[www.turismodeportugal.pt](http://www.turismodeportugal.pt)

[www.dre.pt](http://www.dre.pt)

[www.centrofundao.com](http://www.centrofundao.com)

[www.pdsse.org](http://www.pdsse.org)

[www.cm-seia.pt](http://www.cm-seia.pt)

[www.cise.org](http://www.cise.org)

[www.gov-civ-guarda.pt](http://www.gov-civ-guarda.pt)

[www.academiaseniorseia.org](http://www.academiaseniorseia.org)

<http://planeta.clix.pt/RanchoPastores>

<http://ocantaroangado.blogspot.com/>

[www.rt-serradaestrela.pt](http://www.rt-serradaestrela.pt)

[www.olhares.aeiou.pt](http://www.olhares.aeiou.pt)

[www.wikipédia.org](http://www.wikipédia.org)

[www.bfseia.no.sapo.pt](http://www.bfseia.no.sapo.pt)

[www.ranchopastores.serradaestrela.com](http://www.ranchopastores.serradaestrela.com)

[www.valezim.com](http://www.valezim.com)

[www.correiodabeira.com](http://www.correiodabeira.com)

[www.aasestrela.com](http://www.aasestrela.com)

[www.novaguarda.pt](http://www.novaguarda.pt)

[www.ointerior.pt](http://www.ointerior.pt)

#### **Audiovisuais:**

**Congresso Nacional de Educação em Turismo (CNET) – DVD**

**Apresentação do Dr. José Conde intitulada: “ Centro de Interpretação da Serra da Estrela e o turismo de natureza em Seia”**

#### **Material dos Seminários**

Santos, Norberto, sd “Lazer, Patrimónios, Natureza e Desenvolvimento” – Seminário de Lazer e Desenvolvimento Local

## **Jornais e Revistas**

Porta da Estrela nº 886 de 19 de Fevereiro de 2010

nº 887 de 28 de Fevereiro de 2010

nº 892 de 21 de Abril de 2010

nº 893 de 30 de Abril de 2010

nº 895 de 20 de Maio de 2010

nº 896 de 30 de Maio de 2010

nº 897 de 11 de Junho de 2010

nº 898 de 21 de Junho de 2010

nº 899 de 30 de Junho de 2010

Revista “Visão” nº 870 de 5 a 11 de Novembro de 2009

Jornal “Nova Guarda” de 3 de Fevereiro de 2010

Diário XXI

# **Anexos**

# Anexo I

**Ranking Mundial por Países e por Regiões do Mundo**

**Fonte: [www.unwto.org](http://www.unwto.org)**





## Inbound Tourism: short-term trends 2009

### World

(Continued from page 1)

In absolute terms, the number of international tourist arrivals worldwide is estimated to have reached 600 million between January and August 2009, down from 643 million in the same period of 2008. The 2009 level is currently between the 617 million of 2007 and 578 million of 2006. The first eight months of the year generally account for roughly 69% of the total annual number.

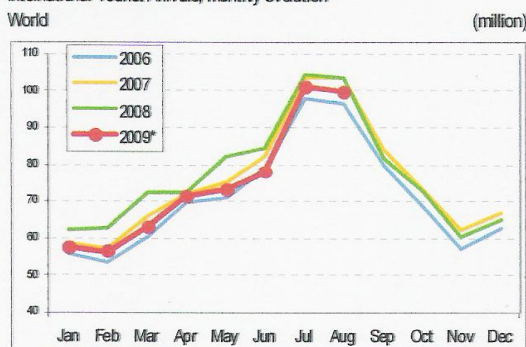
In relative terms the decline in international tourism demand through the first eight months of 2009 equals 7%. Monthly declines eased in July and August (to -3%) and data already available for September points to a continuation of this trend. Still, whatever Q4 brings in terms of good news, it is practically certain that the final count for the year will be below the magic 900 million mark, taking world arrivals back to pre-2007 levels.

On a positive note, Africa has continued to post good results through the year to date (+4%). The Middle East (-8%) has posted positive growth since June, partly setting off the large decreases in the first five months. And Asia and the Pacific (-5%) – and particularly South-East Asia – now looks as though it will succeed in achieving positive growth in the coming months of the year, thanks to the first clear signs of a sustained recovery in August (+3.5%) and September, although the growth is likely to be modest.

In Europe and the Americas results remain sluggish. With a few minor exceptions (mainly in Western Europe), European countries (-8% in the first eight months) have shown no real improvement since the middle of the year, and any growth that comes in the last four months of 2009 will be from the low base recorded in the second half of 2008. The same can be said for the Americas, which is down 7% over January-August 2008, with monthly 6% declines in July and August reflecting little overall change.

In the first eight months of 2009, the world's tourism industry was faced with a large number of challenges, led by the global economic crisis, the credit crunch and rising

International Tourist Arrivals, monthly evolution



Source: World Tourism Organization (UNWTO) ©

International Tourist Arrivals by (Sub)region

	Full year		Share	Change	Monthly or quarterly data series (% change over same period of the previous year)																	
	2007	2008			2008				2009*								2008					
	(million)	(%)	(%)	(%)	YTD	Q1	Q2	Q3	Jan	Feb	Mar	Apr	May	Jun	Jul	Aug	Sep	Q1	Q2	Q3	Q4	
<b>World</b>	904	922	100	6.1	2.0	-6.7	-10.3	-6.6	-7.6	-10.1	-12.8	-1.1	-10.6	-7.3	-3.3	-3.4	8.5	4.0	-0.5	-2.3		
<b>Europe</b>	486.8	488.5	53.0	4.1	0.4	-8.0	-13.4	-7.7	-7.5	-13.4	-18.0	-1.5	-11.8	-8.3	-4.0	-5.1	6.8	2.2	-0.9	-4.2		
Northern Europe	58.1	57.0	6.2	2.8	-2.0	-8.3	-13.2	-6.9	-8.7	-17.1	-13.6	-1.7	-14.5	-3.7	-4.5	-7.7	7.5	0.2	-4.3	-8.9		
Western Europe	153.8	152.4	16.5	3.5	-0.9	-7.4	-14.0	-6.9	-2.1	-13.1	-23.1	1.3	-12.3	-7.8	-2.3	-2.3	7.4	-1.8	-3.4	-3.3		
Central/Eastern Europe	96.6	99.6	10.8	5.6	3.1	-10.6	-13.7	-10.0	-12.7	-14.3	-14.2	-8.4	-11.2	-10.4	-8.4	-8.7	5.4	5.3	4.0	-3.8		
Southern/Mediterr. Eu.	178.2	179.6	19.5	4.3	0.8	-7.1	-12.7	-7.3	-8.9	-11.5	-16.1	0.6	-11.0	-9.0	-3.1	-4.8	6.7	4.5	-0.3	-3.4		
<b>Asia and the Pacific</b>	182.0	184.1	20.0	9.6	1.2	-5.3	-7.5	-6.0	-5.1	-10.6	-6.9	-0.7	-10.0	-7.4	-5.2	3.5	8.3	3.4	-1.9	-4.4		
North-East Asia	101.0	101.0	11.0	9.8	-0.1	-5.7	-7.5	-7.3	-4.7	-9.7	-8.2	-0.2	-11.6	-10.7	-6.9	5.8	-0.7	9.7	1.7	-4.6	-5.5	
South-East Asia	59.7	61.7	6.7	12.3	3.5	-4.3	-6.5	-4.5	4.1	-3.9	-12.3	-3.4	-2.1	-8.6	-2.9	-2.7	1.8	15.3	7.3	7.1	2.7	-2.9
Oceania	11.2	11.1	1.2	1.7	-1.0	-4.8	-5.8	-3.3	-1.9	-8.5	-6.6	4.5	-5.1	-9.8	-7.8	-2.0	1.7	-1.3	-1.9	-2.5		
South Asia	10.1	10.3	1.1	2.6	2.1	-8.0	-14.1	-3.5	-2.2	-17.3	-11.2	-13.5	-2.9	-6.3	-1.7	0.2	-5.1	-2.0	8.8	4.9	1.4	-3.9
<b>Americas</b>	142.9	147.1	16.0	5.2	2.9	-6.7	-6.6	-7.1	-1.3	-4.8	-12.6	2.7	-11.9	-11.4	-6.3	-6.4	9.6	3.4	1.7	-2.3		
North America	95.3	97.8	10.6	5.2	2.6	-8.2	-7.7	-9.6	-1.9	-4.9	-14.4	2.4	-15.6	-14.1	-7.1	-7.1	9.9	3.6	1.3	-2.8		
Caribbean	19.8	20.2	2.2	1.6	2.1	-5.0	-7.6	-3.2	-3.4	-6.7	-11.7	-2.6	-3.0	-4.2	-2.2	-4.1	8.8	2.6	-1.8	-2.7		
Central America	7.8	8.3	0.9	12.0	7.0	-6.2	-4.6	-8.4	4.5	-6.3	-11.9	2.4	-13.9	-13.8	-7.9	-3.5	13.8	8.6	4.1	1.6		
South America	20.1	20.8	2.3	6.5	3.6	-1.3	-2.5	3.9	0.2	-2.4	-6.0	11.2	1.6	-1.2	-5.0	-5.3	7.9	1.0	6.2	-1.5		
<b>Africa</b>	45.3	46.9	5.1	9.0	3.6	3.8	1.7	6.5	5.2	3.0	-2.7	11.6	4.6	3.6	5.7	0.2	4.9	3.2	-0.5	2.8		
North Africa	16.3	17.2	1.9	8.5	4.9	1.4	2.2	7.2	-1.9	5.3	5.2	-2.5	16.6	4.6	2.3	4.7	-13.5	5.4	9.6	8.0	0.6	6.1
Subsaharan Africa	28.9	29.8	3.2	9.4	2.9	5.4	1.4	6.1	5.2	2.1	-2.8	8.9	4.6	4.6	6.8	14.0	3.1	0.5	-1.6	1.4		
<b>Middle East</b>	46.6	55.1	6.0	14.0	18.2	-7.6	-18.0	-6.9	4.9	-35.0	-10.0	-4.1	-15.7	-8.7	7.3	11.0	1.6	1.9	21.1	33.5	3.0	17.1

Source: World Tourism Organization (UNWTO) ©

(Data as collected by UNWTO October 2009)

# **Anexo II**

**Imprensa Local**

Alterações climáticas obrigam a repensar alternativas turísticas à neve

# Câmara de Seia e Turismo Serra da Estrela apostam em novos conceitos turísticos

**A possibilidade de a neve vir a escassear na Serra da Estrela devido ao aquecimento global está a preocupar autarcas e operadores, que defendem novas prioridades turísticas para a região.**

A cidade de Seia recebeu, no dia 20 de Fevereiro, um seminário sobre a importância natural, cultural e económica da neve, realizado pelo CISE - Centro de Interpretação da Serra da Estrela e pela associação ALDEIA, que juntou cerca de uma centena de participantes de vários pontos do país.

No decorrer dos trabalhos, o presidente da Câmara de Seia, Carlos Filipe Camelo, referiu que «a sazonalidade associada ao turismo de inverno não é futuro» para a região, nem para o concelho, pelo que é necessário encontrar «alternativas e complementaridades» ao turismo associado à neve.

O autarca defende uma clara aposta em projectos relacionados com o património natural e construído da região, «de forma a dar outras mais-valias e outras garantias àqueles que continuam a apostar nesta região, como uma região de turismo de futuro».

Devido às alterações climáticas, Carlos Filipe Camelo considera que o futuro turístico em redor do manto branco pode estar em

risco. No caso de Seia, a autarquia pretende apostar na criação de novos atractivos que possam levar visitantes ao concelho durante todo o ano, como o CISE e museus ligados ao brinqueado, ao pão e à electricidade, entre outros.

O director da entidade regional do Turismo Serra da Estrela, José Belarmino, defende também que a neve é um produto «vendido por natureza» e que a atractividade para a região «é quando há neve», fazendo-se os plenos na hotelaria, mas «não nos dá garantias de um turismo para toda a vida». Segundo o responsável, no futuro, terão quer ser encontradas outras alternativas à neve, para «ocupar o resto dos meses que não são de neve». «É evidente que a neve continua a ser um elemento fundamental para o desenvolvimento turístico da nossa região, mas não é tudo», declarou na sessão de abertura do seminário.

José Belarmino frisou que as «preocupações» do presidente da Câmara de Seia são «as preocupações» da Turismo, é conceber uma campanha virada para a não neve, «apostando-se noutras áreas de importância turística e económica para a nossa região», falando na necessidade de a região direccionar as apostas para «outro tipo de elementos» turísticos «como a gastronomia, o turismo cultural e o turismo paisagístico e de natu-



► Seminário no CISE debateu temática da Neve

za». «É preciso preparar o futuro e o futuro pode não passar só pela neve», avisa o dirigente.

## Participantes reclamam exploração nas vertentes cultural e natural

Os participantes no seminário concluíram que a neve como recurso natural «deve ser aproveitado de uma forma mais integrada». Segundo José Conde, técnico superior do CISE, «a neve é um recurso que deve ser explorado numa vertente cultural e natural» e não apenas «na vertente económica».

Vários oradores nas jornadas apontaram «várias vias de investigação futura» no campo científico, nomeadamente nas áreas do clima e da geomorfologia da Serra

da Estrela. Por outro lado, salientou que devido ao aquecimento global do planeta, tudo indica que, no futuro, «a quantidade de neve existente na serra poderá não permitir que se faça o tipo de desporto ou de actividade que se faz hoje, por muito mais tempo». «Convém que a região encontre alternativas a este modelo que temos agora», disse o elemento da organização do seminário que juntou cerca de uma centena de participantes de vários pontos do país.

Também disse que, mesmo no campo desportivo e recreativo, a neve «tem muitos outros usos do que apenas o do esqui de pista». «Há outras alternativas que é possível fazer, respeitando sempre a natureza e procurando sempre

uma compatibilização com o território e com as pessoas que aqui residem», defendeu.

José Conde resumiu que os participantes nos trabalhos também concluíram que a região da Serra da Estrela ficará a ganhar «se a neve for encarada de uma forma global e não apenas em uma perspectiva excessivamente orientada para a exploração do esqui de pista». Disse que «há outras vertentes que se devem explorar», não só a científica «mas também a nível recreativo e cultural». Em sua opinião «há outros aspectos muito curiosos acerca da neve, por exemplo acerca da biologia das espécies ou a adaptação da fauna e da flora que se podem aproveitar para fazer circuitos interpretativos e espaços museológicos que explorem essa vertente».

O mesmo elemento da organização do seminário recordou que em outras montanhas da Europa existem projectos que exploram vertentes diferentes da neve, lançando o desafio para que «também sejam criados em Portugal».

No decorrer dos trabalhos foram abordados temas como «os climas locais da Serra da Estrela», «As plantas e a neve», «As aves e a neve», estratégias de sobrevivência», «A neve e as suas gentes» e «A Estrela, mãe dos glaciares, um destino turístico para todo o ano», entre outros.

## Câmara de Seia escreve a Cavaco e a Sócrates

**Suspensão da rede rodoviária da Serra da Estrela continua a gerar descontentamento.**

O Presidente da Câmara Municipal de Seia, Carlos Filipe Camelo, escreveu ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro a quem manifestou o seu descontentamento pela suspensão da rede rodoviária da Serra da Estrela, que iria permitir a construção dos Itinerários Complementares (IC) 6, 7 e 37.

Nas comunicações, às quais o PE teve acesso, o autarca socialista defende a concretização dos objectivos que haviam sido definidos para a região da Serra da Estrela, uma suspensão que «está a penalizar fortemente o seu desenvolvimento».

«Para uma autarquia, de uma região de montanha como a de Seia, a promoção do desenvolvimento é um desafio permanente à capacidade de descobrir e orientar recursos. Esta situação prende-se com especificidades territoriais muito próprias que vão desde a natureza do nosso território, ao despovoamento, ao envelhecimento da população, aos custos majorados na execução de infra-estruturas e outros equipamentos, e à pouca capacidade de atracção de investimentos privados», refere o autarca nas missivas enviadas a Cavaco Silva e a José Sócrates.

Consciente de que sem novos acessos que liguem o concelho e a

região aos principais eixos rodoviários do País, «tudo se torna mais difícil em matéria de mudança das estruturas qualitativas que levem a um maior bem-estar e qualidade de vida das pessoas que aqui vivem», razão pela qual o concelho de Seia e a região da Serra da Estrela «continuam a enfrentar gravíssimos problemas de desemprego e competitividade empresarial, causados, em grande medida, pela ausência de investimento do Estado na criação de acessibilidades viárias», adianta Filipe Camelo.

«Por isso, ao longo dos últimos anos, lutámos e exigimos, com firmeza, ao longo dos últimos anos, que os governos concretizassem os objectivos que haviam sido definidos para a região da Serra da Estrela, construindo os Itinerários Complementares (IC) 6, 7 e 37, recentemente designada de Rede Rodoviária da Serra da Estrela, consubstanciados já em investimentos de vários milhões de euros em longos e demorados estudos», que o Município sempre apoiou, escreve o autarca.

### Rude golpe

Depois de «um longo processo» em torno da definição dos traçados, Filipe Camelo destaca o facto de o Ministério das Obras Públicas, através de um despacho, em Agosto de 2009, ter dado instruções às Estradas de Portugal (EP) para preparar o concurso público do lançamento da respec-



› Filipe Camelo exige que governantes cumpram promessas feitas aos cidadãos residentes na região

tiva concessão. «Tratou-se da mais elementar justiça, na medida em que estas acessibilidades vinham sendo sistematicamente adiadas ao longo da última década, não obstante tratar-se da região com uma das mais baixas taxas de execução do Plano Rodoviário Nacional e das mais elevadas taxas de sinistralidade».

Contudo, a notícia recente de suspender a Rede Rodoviária da Serra da Estrela, «tendo em vista conter a despesa pública, constitui mais um rude golpe no desenvolvimento desta região, na medida em que poderá gorar as expectativas entretanto geradas em torno de novos investimentos na área do

Turismo, entre outras», sublinha o presidente do Município de Seia.

«Estamos conscientes da necessidade de que as medidas para a contenção da despesa pública e minimização do défice para intervalo compatível com a exigência do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) são necessárias. Não concordamos é que, mais uma vez, sejam regiões como a nossa as primeiras a serem escolhidas como reféns do défice e a ter de hipotecar o seu desenvolvimento, que queremos e desejamos sustentável», refere Filipe Camelo, que refere ainda que «qualquer decisão que se tome sem resolver este problema perde a sua eficácia,

tornando tudo muito mais difícil, ao Município e a outros agentes de desenvolvimento».

Não desistindo de lutar por tudo aquilo a que Seia e a região têm direito, Filipe Camelo deu conta também desta sua posição ao Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, ao Ministro de Estado e das Finanças, ao Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, aos Governadores Cívicos dos Distritos de Coimbra, Castelo Branco, Guarda e Viseu, aos presidentes dos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República e aos Deputados eleitos pelo Círculo Eleitoral da Guarda.



## IC's: Lutar com determinação

Eduardo Mendes de Brito

Quando todos pensámos e acreditámos que tinha chegado a hora dos concelhos do lado poente da Serra da Estrela (Seia, Gouveia, Celorico, Fornos, Nelas e Oliveira do Hospital), ou seja que era desta vez que se iam construir, definitivamente, os novos acessos rodoviários IC 6, IC 7 e IC 37, porque há muito lutamos e que são absolutamente fundamentais para colocar esta região em pé de igualdade com o resto do país e principalmente com os nossos vizinhos, dando-lhe condições para se afirmar, ser mais atractiva e competitiva, eis que o governo, de uma forma absurda, incompetente e injusta, adiou, sabe-se lá para quando, a construção destas obras.

Todos temos plena consciência das imensas dificuldades que o país enfrenta. Sabemos que é preciso fazer sacrifícios para dar saúde e solidez às contas públicas. Mas não podem ser aqueles que andam a fazer sacrifícios há mais de trinta anos para que outras regiões tenham tudo ou quase tudo, a pagar agora os custos de alguns luxos desnecessários.

O governo, que até é socialista, logo com maior obrigação de ter preocupações sociais e de coesão territorial, não podia, ou melhor não devia ter tomado esta decisão incompetente e injusta. Primeiro olhava para o País, comparava o que cada região já tem, os problemas que enfrenta, sobretudo nas áreas do emprego e da fixação de pessoas e depois, com critérios de justiça, solidariedade e rigor, decidia onde cortava mais e menos.

Era isso que se pedia e ainda pedimos ao governo. Governar, não é tratar tudo da mesma maneira, sem atender às especificidades e aos problemas de cada região.

O governo, que tem feito do combate às desigualdades e às assimetrias regionais umas das principais linhas de orientação do seu discurso político, tem que arrepiar caminho e em nome do interesse nacional, deixar avançar estas obras de acordo com as decisões já tomadas. Se assim não for, ficará ligado à morte lenta desta região. Não resta outro caminho ao governo do eng. José Sócrates, ele que é um conhecedor profundo desta região e dos problemas que enfrenta.

Enquanto isso não acontece, mobilizemo-nos, façamos chegar ao governo, por todos os meios democráticos ao nosso alcance, o sentimento do nosso descontentamento e frustração. Lembremos-lhe que as promessas são para cumprir e que aqui há milhares de portugueses que há trinta anos clamam por justiça e igualdade.

Lembramos ainda aos nossos deputados, sobretudo aos da maioria, que o seu compromisso é com o povo e que esta é a hora de mostrar o que valem e que o seu silêncio pode, legitimamente, ser interpretado como cobardia política, ou medo de perder as simpatias dos corredores do poder.

Apesar desta contrariedade, não estamos vencidos. Lutemos com confiança e determinação, porque só vence quem luta!



## REFLEXÕES

Alcides Henriques

### Seia precisa urgentemente de iniciativas e muito mais dinamismo

Num dos últimos fins-de-semana, decorreram aqui encontros e acontecimentos que juntaram pessoas vindas de diversos sítios do País.

Uma parte desses visitantes há muitos meses que não tinham contacto com a cidade.

A primeira reacção que se ouviu sobre Seia foi pouco abonatória, depreciativa e triste.

Notam-lhe alguma decadência. A cidade não tem dinâmica.

Nas conversas, as pessoas transmitem descrença sobre a terra.

Lamentam muito as estradas que não há, emprego que não se cria, riqueza que não se produz, o turismo que não aparece e as capacidades que ainda vai havendo, mas não arriscam.

Este espírito é o resultado de muitos anos de maus hábitos. As pessoas exigiam tudo, reclamavam e obtinham. Hoje já não é assim.

Cada cidadão tem vivido muito para si em busca dos seus interesses pessoais, alheando-se do colectivo.

Cada um de nós tem de mudar a forma de estar na vida. Vivemos em sociedade, temos que, por dever, que nos esforçar por ser úteis a essa sociedade.

Todos, podemos e devemos contribuir com o bem comum. Essa é a nossa obrigação como cidadãos integrados numa comunidade culturalmente identificada.

Seia tem que acordar.

As instituições mais representativas têm tido quase por regra, as mesmas pessoas desde há longos anos. Não há juventude a despertar para estas actividades institucionais que, vão morrer com a morte dos velhos dirigentes e responsáveis. Temos exemplos quanto basta para percebermos que fazemos pouco pela nossa terra.

Queremos ter as coisas, mas não ajudamos, não colaboramos, não somos contribuintes nem solidários, quase só críticos.

As campanhas e os movimentos para recolher de fundos e ajudas monetários, seja dos Bombeiros Voluntários da Misericórdia ou douta instituição redundam num fracasso. Como é possível que a nossa sociedade não desperte para encorajar e dinamizar as nossas instituições, sejam culturais como a Banda ou o Rancho, sejam sociais como a Casa do Povo, a Misericórdia Humanitários, como os Bombeiros, a Cruz Vermelha ou a Caritas!

As pessoas que dirigem estas Organizações repetem-se em cada acto eleitoral, a juventude não adere e a grande maioria das pessoas é-lhes indiferente.

O fim delas está à vista.

Com este estado de espírito, Seia tem de evidenciado aos olhos do exterior decadência.

A Banda é imprescindível que aparece numa terra, que deu tanto e tão brilhantes músicos. Não podemos continuar a formar aqui tanto jovem e depois vir engrossar outras agremiações.

O voluntariado é o primeiro sinal de bairrismo sadio que se deseja e o impulso que faz falta a esta Terra. A própria Câmara tem de mostrar outra dinâmica, ser mais executante e mais desafiadora desta sociedade civil que parece estar a adormecer.

Tem de repensar a sua estratégia cultural.

Esta Terra tem de inverter esta imagem negativa que se está a instalar.

Tem que bater mais e produzir melhores ideias e mais

quem manda, infelizmente, vão repercutir-se sempre sobre as pessoas.

Ainda nenhum sistema pediu responsabilidades económicas e até jurídicas aos que infernizam a vida das pessoas, com políticas erradas, esbanjamento de recursos compadrios partidários, dividas para pagar no futuro, obras e investimentos insensatos...

Aos cidadãos impõe-se que arquem com tudo isto de forma violenta.

Um dia os políticos hão-de ficar sujeitos a responder pelas decisões erradas e prejudiciais!

As consequências políticas não são consequências, já que não remedeiam os erros praticados e estes são reflectidos sobre a sociedade.

O País vai sofrer o encerramento de largas centenas de escolas espalhadas pelas aldeias do interior de Portugal. Porquê e no interesse de quem?

Dizem que são medidas de contenção financeira. Mas quando é que um País esbanjador tem a coragem de vir encerrar escolas por razões economicistas?

Onde estão os resultados da primeira medida de encerramento de escolas?

Os alunos aprenderam mais?

Os pais ficaram mais colaborantes?

Melhorou o ensino de tal forma que justifique este abandono das escolas primárias?

O País vai progredir com esta concentração de crianças que tem de tomar refeições longe de casa, andar mais tempo entregues a si próprios, suportar sacrifícios maiores para irem e regressarem da escola?

As Câmaras (existem para defesa dos interesses locais) são chamadas ao assunto! O encerramento, ou não, vai depender muito destes gestores. Não podem eles, nem devem assumir decisões sem perceberem qual é a melhor decisão, não só para as crianças e pais, mas para a vida económica e social dos aglomerados populacionais que têm à sua responsabilidade. É preciso perceber que há muita gente, além das crianças, que é afectada.

Não "matem" as aldeias; não abdicuem da defesa dos interesses gerais e colectivos; não abandonem mais edifícios; não assumam mais encargos financeiros com transportes e ordenados, porque precisam desse dinheiro para outras actividades. Sejam firmes, coerentes e corajosos. É o que se pede aos autarcas!

Enfim, não enfileirem pela "canção" do Governo nem se incomodem de o contrariar, ainda que o custe fazer por razões económicas ou mesmo de cor partidária.

Administrar os concelhos é tomar decisões de proximidade e de interesse geral dos habitantes.

Num concelho como o nosso, onde o Governo não investe nada, e ao invés retira o hospital daqui, com as consequências que já se vão conhecendo, fecha as escolas, diminui o potencial de emprego e distribuição de riqueza, ameaça retirar os aviões dos incêndios, aumenta as despesas à Câmara com transportes e com os pagamentos de ordenados, construção e duplicação de edifícios escolares etc etc e que a tudo isto ainda soma a maior desconsideração, que foi a de prometer uns poucos quilómetros de estrada capazes de nos ligar às redes nacionais, mas logo "suspende" a obra com o argumento do corte de despesas e redução do deficit orçamental e mantém outras A.E., pontes e TGV, não pode mais ser considerado amigo ou interessado nesta gente que vive neste recanto. Os responsáveis Camarários têm de saber olhar pela defesa dos interesses das pessoas que aqui vivem e exigir o que lhes pertence por justiça. Sem temor, receio ou inibição.

O interior não se pode deixar saldar a qualquer preço. Basta!...

# Porta Estrela

www.portadaestrela.com

20 MAIO 2010 ANO XXXIII Nº 695

Trimestrário € 0,60 (IVA incluído)

## SEIA LIDERA projectos nacionais e internacionais



Maior oferta cultural e rede de centros de interpretação são os objectivos das candidaturas

PÁG. 20



## Seia lidera candidaturas a projectos nacionais e internacionais

A Câmara de Seia está a liderar a candidatura de dois projectos de âmbito nacional e transfronteiriço. O anúncio foi feito por Carlos Filipe Camelo para, desta forma, relevar a «qualidade dos serviços que nós temos».

Um dos projectos é a CultRede, uma rede que integra 18 municípios e que pretende aumentar a oferta cultural em diversas autarquias do país. A outra iniciativa na qual o Município também é líder é a candidatura ao projecto europeu INTERREG IV que tem como objectivo a constituição de uma rede inter-regional de centros de interpretação da natureza.

«Nunca é demais relevar estas questões porque é algo reconhecido também pelo conjunto de Municípios que conosco trabalham», sendo também «uma forma de demonstrar que não estamos parados e que em todos os campos queremos andar para a frente e colocar Seia e o seu concelho nas bocas do mundo, por questões positivas», salientou o autarca.

A escolha de Seia para apresentar e gerir a candidatura CultRede 2011-2013 foi feita pelos restantes parceiros, num total de 18 municípios: Alcanena, Alcochete, Alijó, Castelo Branco, Estarreja, Figueira da Foz, Gouveia, Leiria, Nisa, Oeiras, Paredes de Coura,

Pombal, Ponte de Lima, Rio Maior, Santarém, Santiago do Cacém, Seia e Sesimbra, abrangendo um universo populacional de 817 mil habitantes. «Isto deve-nos também encher o peito pelo reconhecimento dos outros municípios e pela capacidade que nós colocámos e demonstrámos durante a outra candidatura – liderada por Leiria – em termos de trabalho», refere Filipe Camelo.

### Projecto europeu de centros de interpretação da natureza

A outra candidatura tem a ver com o projecto europeu INTERREG IV para a constituição de uma rede inter-regional de centros de interpretação da natureza, cujo objectivo é dar resposta aos problemas relacionados com a conservação e a protecção da natureza e também a utilização sustentável dos recursos renováveis e endógenos, com a prevenção dos riscos e com as suas consequências para a sociedade. Outro objectivo é melhorar a competitividade e as potencialidades a nível local, regional e transnacional.

Para isso, são parceiros neste projecto os municípios portugueses de Seia – que lidera –, Penela, Prouença-a-Nova e Vila Nova de Paiva, os espanhóis da Reserva de Biosfera do Peneda-Gerês,



» Candidatura a projecto europeu pretende constituir rede de centros de interpretação da natureza

Francia (Salamanca), da Puebla de Sanabria (Zamora), da Fundação Duques de Soria e da Fundação Caixa de Granada e os franceses do Comité Régional de Développement Touristique d'Auvergne.

O presidente da Câmara de Seia adiantou que «não tem sido fácil» o desenvolvimento da candidatura,

específicos, muito miudinhos e nem sempre as diversas entidades associadas têm facultado o conjunto de informação necessária ao desenvolvimento do projecto, de uma forma linear e atempado tanto quanto nós a desejávamos». Realçou o facto de a associação e a cooperação entre os diferentes

uma programação de iniciativas comuns, que tenham como base «a coerência, a complementaridade, a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento sustentável, atendendo devidamente às condições ambientais e económicas e sociais dos territórios de baixa densidade».

# **Anexo III**

**Decreto-Lei nº 380/2007, de 13 de Novembro**

**Fonte: [www.dre.pt](http://www.dre.pt)**



## PARTE C

### MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Despacho n.º 19868-A/2009

Considerando que:

a) Nos termos do Decreto-Lei n.º 380/2007, de 13 de Novembro, que atribuiu à EP — Estradas de Portugal, S. A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, a concessão da concepção, projecto, construção, conservação, exploração, requalificação, alargamento e financiamento da rede rodoviária nacional, e aprova as respectivas bases, o Estado, na qualidade de concedente, exerce os seus direitos dando instruções à EP — Estradas de Portugal, S. A., sobre as vias que esta deve, prioritariamente, lançar a concurso, em activa prossecução do objectivo de conclusão e requalificação da rede rodoviária nacional prevista no Plano Rodoviário Nacional;

b) Através das Resoluções do Conselho de Ministros n.º 177/2007, de 10 de Dezembro, 181/2007, de 11 de Dezembro, 56/2008, de 26 de Março, e 106/2008, de 7 de Julho, procedeu-se à identificação de nove empreendimentos prioritários: auto-estrada Transmontana, Douro Interior, Baixo Alentejo, Baixo Tejo, Litoral Oeste, auto-estradas do Centro, Alto Alentejo, Algarve Litoral e Pinhal Interior, a desenvolver pela EP — Estradas de Portugal, S. A., em regime de parceria público-privada, o que configurou um passo importante na concretização dos objectivos em que o novo modelo de gestão e financiamento do sector rodoviário nacional assenta, nomeadamente no reforço da segurança rodoviária, e na promoção da coesão territorial, de forma não só a criar uma moderna e eficiente rede de acessibilidades, mas a melhorar os níveis de conservação e de conforto de circulação das estradas existentes, reduzindo assim as assimetrias regionais, a interioridade e o isolamento;

c) Estes nove empreendimentos rodoviários incluem cerca de 2360 km de estradas, sendo que apenas 50% se referem a construção nova. Os restantes 50% referem-se à requalificação e conservação de estradas existentes;

d) Dos 2360 km de estradas que estão incluídas nessas nove concessões, apenas 29% são em auto-estrada, sendo a sua grande maioria — 71% — referente a estradas sem perfil de auto-estrada, com o objectivo de ligar os concelhos do interior aos principais eixos rodoviários;

e) Mais de 90% das novas estradas que estão incluídas nestas concessões são para promover o desenvolvimento do interior, isto é, ou se desenvolvem no interior ou ligam o interior ao litoral, e incidem precisamente nas regiões de Trás-os-Montes, Centro Interior e Alentejo, precisamente onde a concretização do Plano Rodoviário Nacional (PRN2000) é menor e onde a sinistralidade rodoviária atinge os valores mais elevados;

f) Importando dar continuidade à prossecução deste objectivo, foram identificados quatro novos empreendimentos prioritários, a desenvolver pela EP — Estradas de Portugal, S. A., também em regime de parceria público-privada: concessão Serra da Estrela, concessão Vouga, concessão Tejo Internacional, concessão Ribatejo;

g) Estas quatro concessões, que envolvem cerca de 800 km de estradas, são exclusivamente para impulsionar o desenvolvimento do interior, sendo que apenas cerca de 10% são em auto-estrada. Os restantes 90% referem-se a estradas sem perfil de auto-estrada, com o objectivo de aproximar os concelhos do interior aos principais eixos rodoviários e ao litoral. Com estas quatro concessões serão melhoradas as ligações de mais de 30 sedes de concelho;

h) Também nestas quatro novas concessões apenas cerca de 40% são de nova construção, os restantes 60% referem-se à requalificação e conservação de estradas existentes, tendo em vista a modernização da actual rede de estradas, melhorando os seus níveis de conservação e de comodidade de circulação e consequentemente o serviço público prestado:

Assim:

1 — Determina-se que a EP — Estradas de Portugal, S. A., prepare e promova o lançamento, para ocorrer até ao final do 1.º semestre de 2010, dos concursos públicos internacionais para as seguintes subconcessões, em regime de parceria público-privada, com observância dos procedimentos legais aplicáveis e sem prejuízo do disposto, designadamente, no n.º 6 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 86/2003, de 26 de Abril, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 141/2006, de 27 de Julho, no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 380/2007, de 13 de Novembro, nas alíneas a) e b) do n.º 5 do artigo 7.º e no artigo 21.º dos estatutos da

Estradas de Portugal, S. A., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 374/2007, de 7 de Novembro:

a) Concessão serra da Estrela, que integra os seguintes itinerários:  
IC 6, entre Tábua e Covilhã (IP 2/A 23);  
IC 7, entre Oliveira do Hospital (IC 6) e Fornos de Algodres (IP 5/A 25);

IC 37, entre Viseu (IP 5/A 25) e Seia (IC 7);  
EN 231, troço em serviço entre Seia (IC 7) e Trigais (IC 6);  
EN 232, troço em serviço entre Mangualde (IC 12) e Belmonte;  
ER 338, troço em serviço entre Vide (IC 6) e Manteigas (entroncamento da EN 232);

ER 339, troço em serviço entre Seia e Lagoa Comprida e entre Nave e Covilhã;  
EN 345, ligação de Belmonte ao IP 2/A 23;

b) Concessão Vouga, que integra os seguintes itinerários:

IC 35, entre Penafiel (IP 4/A 4) e Arouca (EN 327), incluindo ligação à Zona Industrial do Rossio;

EN 223 e EN 327, entre Santa Maria da Feira (IP 1/A 1) e Mansores;

ER 227, ligação de Vale de Cambra ao IC 2/A 32;

IC 2, troço em serviço entre Oliveira de Azeméis sul e São João da Madeira norte;

EN 108 e EN 224, troço em serviço entre Entre-os-Rios e Castelo de Paiva, incluindo a ponte Hintze Ribeiro;

EN 109, troço em serviço entre Maceda (IC 1/A 29) e Ovar (EN 327);

EN 109-5, troço em serviço entre Estarreja (IC 1/A 29) e ria de Aveiro (entroncamento da EN 327);

EN 222, troço em serviço entre Ponte do Arda e a EM 504;

EN 223, troço em serviço entre Santa Maria da Feira (IP 1/A 1) e Maceda (IC 1/A 29);

EN 224, troço em serviço entre Estarreja e Vale de Cambra;

EN 227, troço em serviço entre São João da Madeira e o IC 2/A 32;

EN 326, troço em serviço entre Mansores e Arouca;

EN 327, troço em serviço entre Ovar (IC 1/A 29) e São Jacinto;  
Ponte Hintze Ribeiro (nova);

c) Concessão Tejo internacional, que integra os seguintes itinerários:

IC 31, entre Castelo Branco (IP 2/A 23) e Monfortinho;

EN 353, troço em serviço entre Idanha-a-Nova e o IC 31;

d) Concessão Ribatejo, que integra os seguintes itinerários:

IC 3, entre Atalaia e Almeirim;

IC 9, entre Abrantes e Ponte de Sôr;

A 23, troço em serviço entre Torres Novas (IP 1/A 1) e Abrantes;

IC 10, troço em serviço entre Santarém (IP 1/A 1) e Almeirim;

EN 118, troço em serviço entre Chamusca e Gavião, incluindo a construção das variantes ao Tramagal e ao Rossio ao sul do Tejo.

2 — O presente despacho produz efeitos na data da sua assinatura.

28 de Agosto de 2009. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*.

202247412

### MINISTÉRIOS DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL E DA SAÚDE

Despacho n.º 19868-B/2009

A Organização Mundial de Saúde (OMS) definiu a actual fase da pandemia de gripe no nível 6. Atingido este nível, o Governo decide tomar um conjunto de acções em termos de planeamento e coordenação de recursos multisectoriais de modo a diminuir os impactes sociais e económicos da mesma.

Concretamente, na área social, o Governo entende tomar as medidas adequadas e necessárias para acautelar a protecção social dos beneficiários que se encontrem impedidos, temporariamente, do exercício da



MUNICÍPIO DE SEIA  
PRESIDÊNCIA

Ex.mo Senhor

V/ Ref.:

Data:

N/ Ref.:

Data: 01/09/2009

**Assunto: Lançamento da Concessão da Rede Rodoviária da Serra da Estrela**

Junto envio a V.Exa. cópia do despacho do Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, no qual determina o lançamento dos concursos públicos para a construção dos eixos rodoviários IC 6, IC 7 e IC 37.

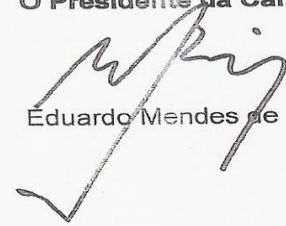
Esta é uma decisão da máxima importância para o futuro do nosso Concelho e da região e pela qual há muito nos batemos.

Como sempre, o trabalho, a persistência e a determinação dão resultados.

Não chegámos ainda à "meta". Precisamos de continuar atentos e mobilizados, mas a decisão do Governo, publicada em Diário da Republica de 31 de Agosto, torna o caminho mais fácil.

Com os melhores cumprimentos,

  
O Presidente da Câmara

  
Eduardo Mendes de Brito

GAP/RICARDO ALVO

Largo Dr. Borges Pires 6270-494 Seia Contribuinte n° 506676170 Tel. 238310230 Fax 238310232 E-mail : cm-seia@cm-seia.pt

# **Anexo IV**

**Decreto – Lei nº67/2008 de 10 de Abril**

**Fonte: [www.dre.pt](http://www.dre.pt)**

ção e disponibilização regulado no Despacho Normativo n.º 29/2001, de 30 de Junho.

9.º O disposto na presente portaria produz efeitos a partir de 11 de Maio de 2007, data do início de funções da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens.

Em 24 de Julho de 2007.

O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

### Portaria n.º 283/2008

de 10 de Abril

A lei de protecção de crianças e jovens em perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, regula a criação, a competência e o funcionamento das comissões de protecção de crianças e jovens em todos os concelhos do País, determinando que a respectiva instalação seja declarada por portaria conjunta dos Ministros da Justiça e do Trabalho e da Solidariedade Social.

Ações de informação e articulação entre todas as entidades públicas e particulares intervenientes foram já desenvolvidas no concelho da Vidigueira com vista à instalação da respectiva comissão de protecção, dando assim cumprimento ao preceituado na lei de protecção.

Assim:

Ao abrigo do n.º 3 do artigo 12.º da lei de protecção de crianças e jovens em perigo, manda o Governo, pelos Ministros da Justiça e do Trabalho e da Solidariedade Social, o seguinte:

1.º É criada a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho da Vidigueira, a qual fica instalada em edifício da Câmara Municipal.

2.º A Comissão, a funcionar na modalidade alargada, é constituída, nos termos do artigo 17.º da lei de protecção de crianças e jovens em perigo, pelos seguintes elementos:

- a) Um representante do município;
- b) Um representante do Instituto da Segurança Social, I. P.;
- c) Um representante dos serviços locais do Ministério da Educação;
- d) Um médico, em representação dos serviços de saúde;
- e) Um representante das instituições particulares de solidariedade social ou de organizações não governamentais que desenvolvam actividades de carácter não institucional destinadas a crianças e jovens;
- f) Um representante das instituições particulares de solidariedade social ou de organizações não governamentais que desenvolvam actividades em regime de colocação institucional de crianças e jovens;
- g) Um representante das associações de pais;
- h) Um representante das associações ou organizações privadas que desenvolvam actividades desportivas, culturais ou recreativas destinadas a crianças e jovens;
- i) Um representante das associações de jovens ou dos serviços de juventude;
- j) Um representante da Guarda Nacional Republicana;
- l) Quatro pessoas designadas pela assembleia municipal ou pela assembleia de freguesia;
- m) Os técnicos que venham a ser cooptados pela Comissão.

3.º O presidente da Comissão de Protecção é eleito pela comissão alargada, de entre todos os seus membros, na primeira reunião plenária, por um período de dois anos, renovável por duas vezes. As funções de secretário são desempenhadas por um membro da Comissão, designado pelo presidente.

4.º A Comissão, a funcionar em modalidade restrita, é composta, nos termos do artigo 20.º da lei de protecção, sempre por um número ímpar, nunca inferior a cinco, de entre os membros que integram a comissão alargada, designados para o efeito em reunião plenária após a instalação, sendo membros por inerência o presidente da Comissão de Protecção, os representantes do município e do Instituto da Segurança Social, I. P.

5.º Os membros da comissão restrita exercem funções em regime de tempo parcial ou de tempo completo, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da lei de protecção, durante o período de um ano, tempo findo o qual é obrigatoriamente reavaliado.

6.º Nos 30 dias seguintes à publicação da presente portaria, as entidades que integram a Comissão de Protecção indicam os seus membros nominalmente, bem como o presidente e o secretário da Comissão de Protecção, ao presidente da Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco.

7.º O apoio logístico necessário ao funcionamento da Comissão de Protecção é assegurado pelo município nos termos previstos no artigo 14.º da lei de protecção, podendo vir a ser celebrados protocolos de cooperação com os serviços do Estado representados na Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco para efeitos do suporte com os encargos financeiros resultantes deste apoio.

8.º O fundo de maneo, previsto pelo n.º 2 do artigo 14.º da lei de protecção de crianças e jovens em perigo, é assegurado transitoriamente pelo Instituto da Segurança Social, I. P., tendo como conteúdo, montante e forma de gestão o previsto no Decreto-Lei n.º 332-B/2000, de 30 de Dezembro, sendo o procedimento para a sua determinação e disponibilização regulado no Despacho Normativo n.º 29/2001, de 30 de Junho.

9.º O disposto na presente portaria produz efeitos a partir de 9 de Julho de 2007, data do início de funções da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens.

Em 19 de Março de 2008.

O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

## MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

### Decreto-Lei n.º 67/2008

de 10 de Abril

O Governo considera o turismo como um factor estratégico de desenvolvimento da economia portuguesa e está fortemente empenhado na criação e consolidação de estruturas públicas fortes, modernas e dinâmicas, preparadas para responder aos desafios que o turismo enfrenta.

O turismo não se desenvolve por si, necessita do envolvimento, da mobilização e da responsabilização de todos os

agentes públicos e privados, impondo-se a coexistência de organismos que o qualifiquem, incentivem e promovam.

No contexto da modernização da Administração Pública, o Governo aprovou, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 124/2005, de 4 de Agosto, o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), tendo como objectivo a promoção da cidadania, do desenvolvimento económico e da qualidade dos serviços públicos, com ganhos de eficiência, pela simplificação, racionalização e automatização que permitam a diminuição do número de serviços e dos recursos a eles afectos.

No âmbito deste Programa, e tendo presente a necessidade já referida de dotar os organismos públicos na área do turismo das competências indispensáveis à afirmação de Portugal enquanto um dos principais destinos turísticos europeus, o Governo aprovou, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2006, de 21 de Abril, as orientações, gerais e especiais, para a reestruturação dos vários ministérios, nas quais assume a necessidade de criar um organismo central do turismo único, responsável pela prossecução da política de turismo nacional — o Turismo de Portugal, I. P. —, e a descentralização das 19 regiões de turismo para associações de municípios ou outras entidades supramunicipais.

Neste contexto, impõe-se a reorganização das entidades públicas regionais com responsabilidades na área do turismo.

De facto, um organismo público central e único do turismo necessita de cooperação e suporte regional para a concretização e implementação da política de turismo, não se compadecendo esse apoio com diferentes formas de funcionamento dos organismos regionais e locais de turismo, nem tão pouco com a descontinuidade territorial que hoje se verifica na sua acção. Tal articulação, para que seja coerente e consistente, não poderá realizar-se com um número demasiado vasto de interlocutores regionais e locais, sendo que o regime actualmente em vigor deu azo a um desenho territorial em grande parte aleatório, por vezes sem racionalidade territorial visível, mesmo sob o simples ponto de vista turístico. Acresce que a existência de um número notoriamente excessivo de órgãos regionais e locais de turismo retira, a uma parte deles, a dimensão crítica necessária em termos de coerência do produto turístico oferecido e dos recursos e meios de acção disponíveis.

Com o presente decreto-lei, redefine-se um quadro de interlocutores para o desenvolvimento do turismo regional compatível e coerente com as outras formas de administração desconcentradas e ou descentralizadas. Pretende-se, desta forma, por um lado, assegurar a cobertura de todo o território nacional e, por outro, permitir que cada um dos pólos de desenvolvimento turístico identificados no anexo ao presente decreto-lei tenha uma entidade dinamizadora e interlocutora junto do órgão central do turismo.

Define-se também um modelo inovador de gestão para estes novos organismos, que lhes confira uma capacidade de autofinanciamento e que estimule o envolvimento dos agentes privados na sua actividade.

Este novo modelo permitirá o estabelecimento de parcerias, entre outros, com o Turismo de Portugal, I. P., criando oportunidade para o desempenho de actividades e projectos contidos na esfera da administração central.

Em síntese, com o regime que agora se aprova garante-se que todo o território está abrangido pela capacidade de actuação de um organismo regional de turismo e assegura-se que estas estruturas regionais detêm competências e

capacidades que lhe permitem encontrar soluções de gestão autónoma, definindo-se, ainda, critérios para a afectação de eventuais verbas provenientes do Orçamento do Estado, associados a uma monitorização e verificação do cumprimento de objectivos fixados por parte do Turismo de Portugal, I. P.

Neste contexto, permite-se que em sede de regulamentação própria de cada uma das novas entidades regionais de turismo sejam definidas as respectivas formas de organização e funcionamento, desde que respeitem um conjunto mínimo de requisitos estabelecidos no presente decreto-lei.

Foram ouvidas a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Associação Nacional das Regiões de Turismo e a Confederação do Turismo de Portugal.

Assim:

Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

## CAPÍTULO I

### Disposições gerais

#### Artigo 1.º

##### Objecto

O presente decreto-lei estabelece o regime jurídico das áreas regionais de turismo de Portugal continental, a sua delimitação e características, bem como o regime jurídico da criação, organização e funcionamento das respectivas entidades regionais de turismo.

#### Artigo 2.º

##### Áreas regionais de turismo

1 — Para efeitos de organização do planeamento turístico para Portugal continental, são consideradas cinco áreas regionais de turismo, as quais incluem toda a área abrangida por cada uma das Nomenclaturas das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos de Nível II (NUTS II), considerando-se para os efeitos do presente decreto-lei a conformação fixada pelo Decreto-Lei n.º 46/89, de 15 de Fevereiro, com a redacção do Decreto-Lei n.º 317/99, de 11 de Agosto.

2 — No âmbito territorial incluído nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, o membro do Governo com tutela na área do turismo pode contratualizar o exercício de actividades e a realização de projectos da administração central com associações de direito privado que tenham por objecto a actividade turística.

#### Artigo 3.º

##### Entidade regional de turismo

1 — Em cada uma das áreas regionais de turismo definidas no n.º 1 do artigo 2.º, é criada uma entidade regional de turismo, que funciona como entidade gestora, assumindo a natureza de pessoa colectiva de direito público de âmbito territorial, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio, à qual cabe exercer as competências definidas no presente decreto-lei e aquelas que sejam definidas nos estatutos ou regulamentos internos e, ainda, as que resultem de contrato ou protocolo a celebrar com o Turismo de Portugal, I. P., ou com outras entidades públicas competentes em razão da matéria.

2 — Cada uma das entidades a que se referem os números anteriores assume a designação que conste dos respectivos estatutos.

#### Artigo 4.º

##### Pólos de desenvolvimento turístico

1 — Nas áreas regionais de turismo definidas no artigo 2.º são criados os pólos de desenvolvimento turístico identificados no anexo ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante.

2 — O disposto no presente decreto-lei aplica-se, com as devidas adaptações, aos pólos de desenvolvimento turístico e respectivas entidades regionais de turismo, incluindo as disposições relativas à sucessão das entidades objecto de extinção e à criação e funcionamento das comissões instaladoras.

3 — A constituição dos pólos de desenvolvimento turístico não prejudica a participação regular das entidades públicas e privadas, que os integram, na composição e funcionamento da área regional de turismo correspondente à NUTS II do território em que se insere cada uma dessas entidades, de acordo com os estatutos.

#### Artigo 5.º

##### Missão e atribuições

1 — Às entidades regionais de turismo incumbe a valorização turística das respectivas áreas, visando o aproveitamento sustentado dos recursos turísticos, no quadro das orientações e directrizes da política de turismo definida pelo Governo e nos planos plurianuais das administrações central e local.

2 — São atribuições das entidades regionais de turismo:

- a) Colaborar com os órgãos centrais e locais com vista à prossecução dos objectivos da política nacional que for definida para o turismo;
- b) Promover a realização de estudos de caracterização das respectivas áreas geográficas, sob o ponto de vista turístico e proceder à identificação e dinamização dos recursos turísticos existentes;
- c) Monitorizar a oferta turística regional, tendo em conta a afirmação turística dos destinos regionais;
- d) Dinamizar e potencializar os valores turísticos regionais.

3 — O membro do Governo com tutela na área do turismo pode contratualizar com as entidades regionais de turismo o exercício de actividades e a realização de projectos da administração central, com observância do disposto no artigo 28.º

4 — As autarquias locais podem contratualizar com as entidades regionais de turismo o exercício de actividades e a realização de projectos da administração local.

#### Artigo 6.º

##### Organização territorial

1 — A designação de cada uma das entidades regionais de turismo, tendo em conta a circunscrição territorial a que corresponde, bem como a localização da respectiva sede são definidas por despacho do membro do Governo com tutela na área do turismo, e inscritas nos respectivos estatutos.

2 — Os estatutos de cada entidade regional de turismo podem prever a existência de delegações.

3 — Cada entidade regional pode instalar ou gerir postos de turismo dentro da sua circunscrição territorial.

4 — As entidades regionais de turismo podem instalar e gerir postos de turismo nas regiões espanholas fronteiriças, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área do turismo.

#### Artigo 7.º

##### Participação nas entidades regionais de turismo

1 — As entidades públicas e privadas com interesse no desenvolvimento e na valorização turística da respectiva região podem participar nas entidades regionais de turismo.

2 — A participação de entidades públicas e privadas numa região de turismo depende de manifestação prévia e expressa nesse sentido, nos termos da legislação aplicável.

3 — Os municípios só podem participar na entidade da área regional de turismo em que se encontrem territorialmente integrados, nos termos definidos no artigo 2.º

4 — A forma de participação de cada entidade numa entidade regional de turismo é definida pelos respectivos estatutos.

5 — A participação de um município na respectiva entidade regional de turismo constitui um requisito de acesso aos programas públicos de financiamento na área do turismo com recurso a fundos exclusivamente nacionais.

#### Artigo 8.º

##### Princípio da estabilidade

As entidades que participem numa entidade regional de turismo ficam obrigadas a nesta permanecer durante o período de cinco anos, sob pena de perderem todos os benefícios financeiros e administrativos.

## CAPÍTULO II

### Organização interna

#### Artigo 9.º

##### Órgãos

1 — As entidades regionais de turismo integram os seguintes órgãos:

a) A assembleia geral, com poderes deliberativos gerais, nomeadamente em matéria de aprovação do orçamento e do plano de actividades, de alteração dos estatutos e de celebração de protocolos com outras entidades;

b) A direcção, com poderes executivos e de gestão, nomeadamente em matéria administrativa e financeira;

c) O fiscal único, com poderes de fiscalização da gestão patrimonial e financeira.

2 — Com salvaguarda do disposto n.º 1 do artigo 6.º, a alteração dos estatutos das entidades regionais de turismo, referida na alínea a) do número anterior, pode ser efectuada pela assembleia geral, com respeito pelo presente decreto-lei e demais regulamentação aplicável.

3 — Os estatutos podem prever a existência de outros órgãos.

4 — A composição, organização e funcionamento da assembleia geral e da direcção são estabelecidos nos respectivos estatutos.



seguintes ao início de funções, todos os documentos respeitantes à instalação da entidade regional de turismo.

#### Artigo 27.º

##### Estatutos

1 — Os estatutos iniciais de cada entidade regional de turismo são aprovados, tendo em conta o projecto previsto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 25.º, por portaria conjunta dos membros do Governo com tutela na área da administração local, das finanças, da Administração Pública e do turismo.

2 — Com salvaguarda do disposto no n.º 1 do artigo 6.º, a alteração dos estatutos das entidades regionais de turismo é efectuada pela assembleia geral, com respeito pelo presente decreto-lei e demais regulamentação aplicável.

3 — Os estatutos de cada entidade regional de turismo e respectivas alterações são obrigatoriamente publicados no *Diário da República*, devendo, quando alterados, ser republicados em anexo ao acto que procedeu à referida alteração.

#### Artigo 28.º

##### Contratualização

A celebração dos contratos a que se referem os artigos 2.º e 5.º fica condicionada à existência de verbas previstas no Orçamento do Estado e confiadas ao Turismo de Portugal, I. P.

#### Artigo 29.º

##### Âmbito territorial de aplicação

As disposições do presente decreto-lei não se aplicam às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

#### Artigo 30.º

##### Norma revogatória

1 — São revogados os artigos 117.º a 130.º do Código Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 27 424, de 31 de Dezembro de 1936, alterado pelo Decreto-Lei n.º 31 095, de 31 de Dezembro de 1940.

2 — São, ainda, revogados os seguintes diplomas, bem como todos os diplomas que procederam à criação de zonas de turismo ao abrigo das disposições mencionadas no número anterior:

- a) Decreto-Lei n.º 13/89, de 7 de Janeiro;
- b) Decreto-Lei n.º 287/91, de 9 de Agosto;
- c) Decreto-Lei n.º 195/92, de 8 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 65/2002, de 20 de Março;
- d) Decreto-Lei n.º 73/93, de 10 de Março;
- e) Decreto-Lei n.º 77/93, de 12 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 5/2002, de 4 de Janeiro;
- f) Decreto-Lei n.º 78/93, de 12 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 317/98, de 23 de Outubro;
- g) Decreto-Lei n.º 81/93, de 15 de Março;
- h) Decreto-Lei n.º 82/93, de 15 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 325/98, de 30 de Outubro;
- i) Decreto-Lei n.º 151/93, de 6 de Maio;
- j) Decreto-Lei n.º 152/93, de 6 de Maio;
- l) Decreto-Lei n.º 153/93, de 6 de Maio, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 290/97, de 22 de Outubro, e 1/2002, de 2 de Janeiro;
- m) Decreto-Lei n.º 154/93, de 6 de Maio;

n) Decreto-Lei n.º 155/93, de 6 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 291/97, de 22 de Outubro;

o) Decreto-Lei n.º 156/93, de 6 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 12/96, de 29 de Fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 346/98, de 9 de Novembro;

p) Decreto-Lei n.º 157/93, de 6 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 64/2002, de 20 de Março;

q) Decreto-Lei n.º 158/93, de 6 de Maio;

r) Decreto-Lei n.º 159/93, de 6 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 135/2001, de 24 de Março;

s) Decreto-Lei n.º 160/93, de 6 de Maio;

t) Decreto-Lei n.º 161/93, de 6 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 382/98, de 27 de Junho;

u) Decreto-Lei n.º 262/93, de 24 de Julho;

v) Decreto-Lei n.º 263/93, de 24 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 328/2001, de 18 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 174/2004, de 21 de Julho;

x) Decreto-Lei n.º 463/99, de 5 de Novembro;

z) Decreto n.º 94/80, de 27 de Setembro;

aa) Decreto Regulamentar n.º 18/81, de 15 de Maio;

ab) Decreto Regulamentar n.º 50/82, de 18 de Agosto;

ac) Decreto do Governo n.º 76/83, de 7 de Outubro;

ad) Decreto do Governo n.º 3/87, de 12 de Janeiro;

ae) Decreto do Governo n.º 1/88, de 15 de Janeiro.

#### Artigo 31.º

##### Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 12 de Dezembro de 2007. — *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa* — *Rui Carlos Pereira* — *Alberto Bernardes Costa* — *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia* — *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho*.

Promulgado em 28 de Março de 2008.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 31 de Março de 2008.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

##### ANEXO

##### Lista dos pólos de desenvolvimento turístico nos termos do artigo 4.º

Pólos	Municípios integrados nos pólos
Douro .....	Unidade territorial do Douro — Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Mesão Frio, Moimenta da Beira, Murça, Penedono, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, S. João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Vila Real e Vila Nova de Foz Côa.
Serra da Estrela .....	Unidade territorial da serra da Estrela — Fornos de Algodres, Gouveia e Seia. Unidade territorial da Beira Interior Norte — Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal e Trancoso.

Pólos	Municípios integrados nos pólos
Leiria-Fátima . . . . .	Unidade territorial da Cova da Beira — Belmonte, Covilhã e Fundão. Unidade territorial de Leiria-Fátima — Alcobaça, Batalha, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Ourém (que inclui Fátima), Pombal e Porto de Mós.
Oeste . . . . .	Unidade territorial do Oeste — Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.
Litoral Alentejano . . . . .	Unidade territorial do Litoral Alentejano — Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines.
Alqueva . . . . .	Unidade territorial da zona envolvente à albufeira de Alqueva — Alandroal, Barrancos, Portel, Reguengos de Monsaraz, Moura e Mourão.

## MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Portaria n.º 284/2008

de 10 de Abril

As alterações dos contratos colectivos de trabalho entre a APIM — Associação Portuguesa da Indústria de Moagem e Massas e outras e a FESAHT — Federação dos Sindicatos da Agricultura, Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal e entre as mesmas associações de empregadores e a FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química (pessoal fabril, norte), publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 17, de 8 de Maio de 2007, abrangem as relações de trabalho entre empregadores que, nos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu, se dediquem à indústria de moagem, massas alimentícias, descasque de arroz e alimentos compostos para animais e trabalhadores ao seu serviço representados pelas associações que os outorgaram.

A FESAHT — Federação dos Sindicatos da Agricultura, Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal requereu a extensão da convenção por si subscrita às relações de trabalho entre empregadores e trabalhadores não representados pelas associações outorgantes e que, nos distritos referidos, se dediquem à mesma actividade.

As convenções actualizam as tabelas salariais. O estudo de avaliação do impacto da extensão das tabelas salariais teve por base as retribuições efectivas praticadas nos sectores abrangidos pelas convenções, apuradas pelos quadros de pessoal de 2005 e actualizadas com base no aumento percentual médio das tabelas salariais das convenções publicadas em 2006. Os trabalhadores a tempo completo dos sectores abrangidos pelas convenções, com exclusão dos praticantes, dos aprendizes e do residual (que inclui o ignorado), são 676, dos quais 215 (31,8%) auferem retribuições inferiores às convencionais. São as empresas dos escalões de dimensão até 10 trabalhadores, na indústria de moagem de trigo, e entre 51 a 200 trabalhadores, nos restantes sectores, que empregam o maior número de

trabalhadores com retribuições inferiores às das tabelas salariais das convenções.

As convenções actualizam, ainda, outras prestações de conteúdo pecuniário, nomeadamente o subsídio de alimentação, com um acréscimo de 2,4%, e o subsídio de turno, com um acréscimo entre 3,5% e 4,6%. Não se dispõe de dados estatísticos que permitam avaliar o impacto destas prestações. Considerando a finalidade da extensão e que as mesmas prestações foram objecto de extensões anteriores, justifica-se incluí-las na extensão.

As tabelas salariais das convenções contêm retribuições inferiores à retribuição mínima mensal garantida para 2008. No entanto, a retribuição mínima mensal garantida pode ser objecto de reduções relacionadas com o trabalhador, de acordo com o artigo 209.º da Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho. Deste modo, as referidas retribuições apenas são objecto de extensão para abranger situações em que a retribuição mínima mensal garantida resultante da redução seja inferior àquelas.

Tendo em consideração que não é viável proceder à verificação objectiva da representatividade das associações outorgantes e, ainda, que os regimes das referidas convenções são substancialmente idênticos, procede-se à respectiva extensão conjunta.

Com vista a aproximar os estatutos laborais dos trabalhadores e as condições de concorrência entre as empresas dos sectores abrangidos pelas convenções, a extensão assegura para as tabelas salariais e para as cláusulas de conteúdo pecuniário retroactividade idêntica à das convenções.

A extensão das alterações da convenção tem, no plano social, o efeito de uniformizar as condições mínimas de trabalho dos trabalhadores e, no plano económico, o de aproximar as condições de concorrência entre empresas do mesmo sector.

Foi publicado o aviso relativo à presente extensão no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 2, de 15 de Janeiro de 2008, ao qual não foi deduzida oposição por parte dos interessados.

Assim:

Manda e Governo, pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, no abrigo dos n.ºs 1 e 3 do artigo 575.º do Código do Trabalho, o seguinte:

### Artigo 1.º

1 — As condições de trabalho constantes das alterações dos CCT (pessoal fabril — norte) entre a APIM — Associação Portuguesa da Indústria de Moagem e Massas e outras e a FESAHT — Federação dos Sindicatos da Agricultura, Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal e entre as mesmas associações de empregadores e a FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 17, de 8 de Maio de 2007, são estendidas, nos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu:

a) As relações de trabalho entre empregadores não filiados nas associações de empregadores outorgantes que se dediquem à indústria de moagem, massas alimentícias, descasque de arroz e alimentos compostos para animais e trabalhadores ao seu serviço, das profissões e categorias profissionais nelas previstas;

# **Anexo V**

**Mapa do Parque Natural da Serra da Estrela**

**Fonte: [www.icnb.pt](http://www.icnb.pt)**



### Legenda



- Parque Natural da Serra da Estrela
- Linha de água
- Auto-estrada
- Estrada principal
- Estrada secundária
- Caminho de ferro

- 1 Sede - Manteigas
- 2 Delegação - Seia
- 3 Delegação - Gouveia
- 4 Delegação - Guarda
- 5 Centro de Interpretação do Parque Natural da Serra da Estrela

- Sede
- Informações
- Centro de Interpretação

# **Anexo VI**

**Decreto – Lei nº 557/76 16 de Julho**

**Fonte: [www.dre.pt](http://www.dre.pt)**

## MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### Decreto Regulamentar n.º 83/2007

de 10 de Outubro

O Parque Natural da Serra da Estrela foi criado pelo Decreto-Lei n.º 557/76, de 16 de Julho, ao abrigo da base iv da Lei n.º 9/70, de 19 de Junho.

Os limites desta área protegida, definidos no citado decreto-lei, viriam a ser posteriormente redefinidos pelo Decreto-Lei n.º 167/79, de 4 de Junho.

O Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela actualmente em vigor, aprovado pela Portaria n.º 583/90, de 25 de Julho, estabelece, no artigo 4.º do respectivo Regulamento, que existem áreas denominadas zonas de transição, marginais aos objectivos que presidiram à classificação da área protegida, nas quais é assegurado um compromisso com os respectivos municípios, no sentido de obter um correcto ordenamento do território, e, ainda, que as referidas zonas de transição vigoram até à aprovação de diploma que altere os limites do Parque Natural.

O Parque Natural da Serra da Estrela foi reclassificado pelo Decreto Regulamentar n.º 50/97, de 20 de Novembro, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro, que criou a Rede Nacional de Áreas Protegidas.

O artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 50/97, de 20 de Novembro, relativo aos limites do Parque Natural, fixados nos anexos I (descrição dos limites) e II (carta simplificada) deste diploma, estabelece a delimitação da área protegida operada pelo Decreto-Lei n.º 167/79, de 4 de Junho.

Estando em curso a revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela, verificou-se, através dos estudos técnicos que fundamentam a referida revisão, que as «zonas de transição» apresentam escasso valor natural e uma elevada humanização, tendo-se concluído que estas zonas devem ser excluídas da área protegida.

Os referidos estudos técnicos vieram demonstrar, ainda, a importância de proceder aos acertos dos limites do Parque Natural pelos do Sítio da Rede Natura PTCON0014 Serra da Estrela.

Com a presente alteração dos limites do Parque Natural da Serra da Estrela, confere-se uma maior coerência em termos de conservação da natureza e de gestão da área protegida, com a introdução de *habitats* importantes no Parque Natural e a eliminação de áreas sem interesse em termos de valores naturais.

Foram ouvidas as Câmaras Municipais de Celorico da Beira, da Covilhã, de Gouveia, da Guarda, de Manteigas e de Seia.

Assim:

Ao abrigo do disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro, na redacção dada pelos Decretos-Leis n.ºs 151/95, de 24 de Junho, 213/97, de 16 de Agosto, 227/98, de 17 de Julho, 221/2002, de 22 de Outubro, 117/2005, de 18 de Julho, e 136/2007, de 27 de Abril, e nos termos da alínea c) do artigo 199.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

#### Artigo 1.º

Alteração ao Decreto Regulamentar n.º 50/97, de 20 de Novembro

1 — Os anexos I e II do Decreto Regulamentar n.º 50/97, de 20 de Novembro, passam a ter a redacção e represen-

tação em carta constantes do anexo ao presente decreto regulamentar, que dele faz parte integrante.

2 — As dúvidas eventualmente suscitadas são resolvidas pela consulta da carta à escala de 1:25 000, arquivada para o efeito no Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P.

#### Artigo 2.º

##### Entrada em vigor

O presente decreto regulamentar entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 12 de Julho de 2007. — *Luis Filipe Marques Amado* — *Rui Carlos Pereira* — *Humberto Delgado Ubach Chaves Rosa* — *Bernardo Luis Amador Trindade* — *Rui Nobre Gonçalves* — *Paulo Jorge Oliveira Ribeiro de Campos*.

Promulgado em 13 de Setembro de 2007.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 14 de Setembro de 2007.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

#### ANEXO

(a que se refere o n.º 1 do artigo 1.º)

#### ANEXO I

#### Parque Natural da Serra da Estrela

(superfície 88 850 ha)

#### Limites

Operímetro do Parque Natural da Serra da Estrela encontra-se inserido nas cartas militares 1/25 000 n.ºs 191, 192, 201, 202, 203, 212, 213, 214, 222, 223, 224, 233, 234 e 235.

A norte — partindo de Celorico da Beira, segue pela A 25 até encontrar a EN 16, vira à direita e segue por esta, excluindo os perímetros urbanos da Lajeosa do Mondego e do Porto da Carne, até próximo de Chãos; vira à direita pela estrada municipal até à barragem do Caldeirão e continua, excluindo a albufeira, pela ribeira do Caldeirão até encontrar a EN 18-1 em São Salvador.

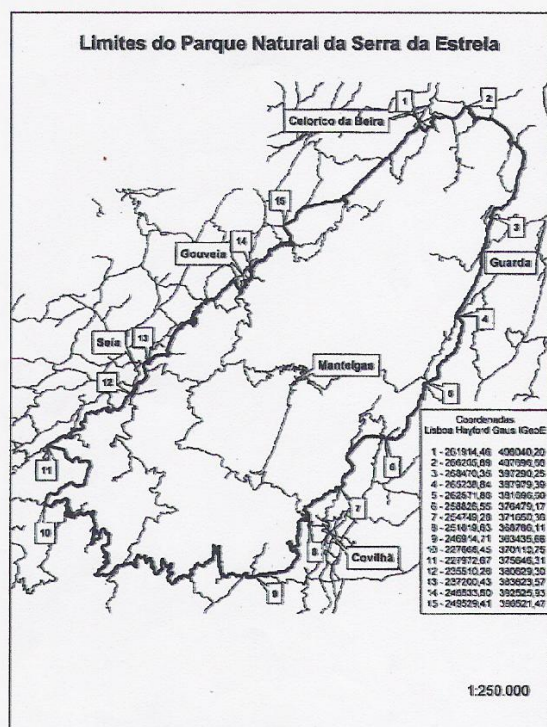
A leste — partindo de São Salvador, sobe a encosta até encontrar o caminho público e segue por este, passando pelos marcos geodésicos dos Mosqueiros, Lanchal e Serra de Mor, descendo a encosta em direcção à ponte antiga sobre o rio Zêzere; atravessa este e segue por caminho público, continuando pela linha de feito, passando pelos marcos geodésicos da mata da Atalaia e Rafeiro, descendo a encosta ao encontro da EM 501 no Alto de São Gião; continua pela estrada que vai daqui para a Vila de Carvalho, passando por Cabeço Alto, Tiro da Barra e Portela; contorna a Vila do Carvalho e segue pela meia encosta até Entre-Ribeiras; segue pela estrada florestal, passando pela Rosa Negra, e continua em direcção à EN 339, seguindo pela estrada florestal que passa por Pião, Quinta da Valeira, Pedra da Albarda e Pedras Brancas até à EN 230 aproximadamente ao quilómetro 160.

A sul — segue pela EN 230 até ao limite do concelho de Oliveira do Hospital, contornando os perímetros urbanos de Unhais da Serra, Teixeira de Cima, Ribeira de Balocas, Barriosa e Vide.

A oeste — segue o limite do concelho de Oliveira do Hospital até ao rio Alva, passando pelos marcos geodésicos da Ugeirica e Aveira, e continua por este rio, contorna o perímetro urbano de Sandomil até à Central Hidroeléctrica de Vila Cova à Coelheira; sobe pela ribeira das Paradas, contorna o perímetro urbano de São Romão e segue pelo caminho da Quinta da Salgueira até à EN 339; segue pela EM 1124 até aos Vales, virando à esquerda pela EM 522-3 até às proximidades de São Martinho e depois pelo caminho e EM 522, passando por Santa Marinha, Eirô e Paços da Serra, contornando os perímetros urbanos; continua pela EM 522 até Gouveia, contornando os perímetros urbanos de Moimenta da Serra e Gouveia; segue pela EN 330, contornando os perímetros urbanos de Nabais e Nabainhos, vira à esquerda pela EM 555-1 até à EN 17 e continua por esta até Celorico da Beira, contornando os perímetros urbanos de Vila Cortês da Serra, Carrapichana e Cortiço da Serra e Celorico da Beira.

#### ANEXO II

#### Carta do Parque Natural da Serra da Estrela



#### MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

#### Decreto-Lei n.º 334/2007

de 10 de Outubro

O Decreto-Lei n.º 94/98, de 15 de Abril, aprovou as normas técnicas de execução previstas no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 284/94, de 11 de Novembro, que estabeleceu o regime aplicável à colocação no mercado dos produtos fitofarmacêuticos, transpondo a Directiva n.º 91/414/CEE, do Conselho, de 15 de Julho.

Este decreto-lei contém um anexo I no qual se enumeram as substâncias activas inscritas na lista positiva comunitária (LPC) cuja utilização como produtos fitofarmacêuticos é autorizada. Este anexo vai sendo preenchido à medida que forem inscritas na LPC as substâncias activas avaliadas a nível comunitário para as quais foi possível presumir-se que a utilização dos produtos fitofarmacêuticos que as contenham, ou os seus resíduos, não têm efeitos prejudiciais para a saúde humana ou animal, nem uma influência inaceitável sobre o ambiente, desde que sejam observadas determinadas condições aí descritas.

Foram, entretanto, publicadas as Directivas n.ºs 2006/39/CE, de 12 de Abril, 2006/64/CE, de 18 de Julho, 2006/74/CE, de 21 de Agosto, 2006/131/CE, de 11 de Dezembro, 2006/132/CE, de 11 de Dezembro, 2006/133/CE, de 11 de Dezembro, 2006/134/CE, de 11 de Dezembro, 2006/135/CE, de 11 de Dezembro, 2006/136/CE, de 11 de Dezembro, e 2007/6/CE, de 14 de Fevereiro, da Comissão, que procedem à inclusão de 23 substâncias activas (clodinafope, pirimicarbe, rimsulfurão, tolclofos-metilo, triticonazol, clopiralide, ciprodinil, fosetil, trinexapace, diclorprope-P, metconazol, pirimetanil, triclopir, metamidofos, procimidona, flusilazol, fenarimol, carbendazime, dinocape, metrafenona, *Bacillus subtilis*, spinosade e tiametoxame) no anexo I da Directiva n.º 91/414/CEE, do Conselho, de 15 de Julho, pelo que se torna necessário proceder à transposição para a ordem jurídica interna das citadas directivas, integrando-se aquelas substâncias activas no anexo I do Decreto-Lei n.º 94/98, de 15 de Abril, de acordo com o previsto no n.º 7 do seu artigo 6.º

Foi igualmente publicada a Directiva n.º 2007/21/CE, de 10 de Abril, que procede à renovação do prazo de inclusão de sete substâncias activas já inscritas na LPC (azoxistrobina, imazalil, cresoxime-metilo, espiroxamina, azimsulfurão, prohexadiona-cálcio e fluroxipir), pelo que se efectua, também, a sua transposição, harmonizando, em conformidade, o anexo I do Decreto-Lei n.º 94/98, de 15 de Abril.

Aproveita-se ainda a oportunidade para introduzir uma correcção à numeração do citado anexo I, substituindo a inscrição n.º 129 atribuída à substância activa dimoxistrobina pela n.º 130, mantendo-se a restante redacção.

Por último, cabe realçar que, com a harmonização legislativa que agora se opera, através da inclusão de mais 23 substâncias activas na LPC, se propicia à agricultura nacional produtos mais seguros para o utilizador, para o consumidor e para os ecossistemas agrícolas, garantindo-se, em consequência, a saúde dos trabalhadores agrícolas, a segurança alimentar e a defesa do ambiente.

Foi promovida a consulta ao Conselho Nacional do Consumo.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

#### Artigo 1.º

#### Objecto

O presente decreto-lei transpõe para a ordem jurídica interna:

a) As Directivas n.ºs 2006/39/CE, de 12 de Abril, 2006/64/CE, de 18 de Julho, 2006/74/CE, de 21 de

# **Anexo VII**

**Organograma do ICNB**

**Fonte: [www.icnb.pt](http://www.icnb.pt)**





# **Anexo VIII**

**Entrevistas**

Ângela Catarina Duarte Fonseca  
Avenida dos Bombeiros nº.8 S.Romão  
6270-255 Sei  
Telef: 238399277 / Telm: 965037540  
E-mail: [angelacfonseca@sapo.pt](mailto:angelacfonseca@sapo.pt)

Exmo. Sr.  
Presidente da Câmara Municipal de  
Seia

Eu, Ângela Catarina Duarte Fonseca, residente na Avenida dos Bombeiros, nº. 8, S.Romão - Seia, portadora do B.I. nº 12458869 e N.I.F. 213589842, licenciada em Turismo e Lazer pela Escola Superior de Turismo e Hotelaria de Seia e, actualmente, mestranda em Lazer, Património e Desenvolvimento na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra venho, por este meio, solicitar a colaboração de Vossa Excelência e da Entidade que representa, bem como a possibilidade de consultar a documentação existente relativa ao Turismo no Concelho de Seia, na sequência do estudo/análise que estou a desenvolver para a minha dissertação de mestrado.

Desde já reconhecida,  
Com os mais respeitosos cumprimentos

S.Romão, 17 de Maio de 2010

Ângela Catarina Duarte Fonseca



**Universidade de Coimbra  
Faculdade de Letras**

**Entrevista ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Seia  
Dr. Carlos Filipe Camelo**

**1- Como Presidente da Câmara Municipal de Seia que opinião tem acerca deste concelho?**

**2- Quais são os objectivos do Município?**

**3- Quais as prioridades?**

4- Que medidas têm sido tomadas para o sector do Turismo?

5- Considera positiva a intervenção do Parque Natural da Serra da Estrela?

6- Que futuro vislumbra para o Turismo na Serra da Estrela?

Seia, de Junho de 2010

---

(Carlos Filipe Camelo, Dr.)

Entrevista realizada por:

Ângela Fonseca  
Ângela Fonseca

## **1 – Como Presidente da Câmara Municipal de Seia, que opinião tem acerca deste Concelho?**

Seia é um Concelho de montanha, rico em tradições, artesanato e gastronomia. A ampla oferta de actividades turísticas e a sua localização privilegiada na rede rodoviária, definem Seia como o ponto de partida para a descoberta não só do Concelho, mas de toda a Serra da Estrela. Parte significativa do Concelho situa-se dentro dos limites do Parque natural da Serra da Estrela, sendo por isso um espaço singular e de enorme beleza, possuindo um património biogenético, cultural e paisagístico, únicos no País.

Com vontade e determinação, temos vindo a enfrentar e a vencer as dificuldades que vão surgindo e a criar condições para que sejamos hoje um Concelho moderno e em crescente afirmação.

O mérito deste sucesso vai por inteiro para as pessoas que aqui vivem e trabalham e que com o seu esforço, nos mais variados sectores de actividade (empresas, escolas, instituições, etc.), deram e dão um contributo insubstituível ao desenvolvimento e afirmação do Concelho.

O momento que vivemos continua a ser de dificuldades, mas é também de muitas e novas oportunidades; temos novos e atractivos equipamentos culturais, dispomos de uma excelente e qualificada rede de ensino, possuímos excelentes equipamentos de apoio à infância e terceira idade e começam a surgir sinais muito positivos no domínio do investimento privado.

Fruto de alguma atractividade que o Concelho, hoje, apresenta, foi aqui instalado o Contact Center da EDP, que criou cerca de 250 postos de trabalho. Destaco, igualmente, o investimento da Endesa na construção da barragem de Girabolhos, superior a 100 milhões de euros, que se iniciará já no próximo ano e a implantação de um complexo de golfe, que prevê criar perto de 500 postos de trabalho, no qual a Câmara está muito empenhada, em conjunto com o promotor, tendo em vista a inclusão do investimento nos projectos de interesse nacional.

Há ainda a intenção da instalação de um novo hotel e um retail park. Resumindo, o tecido económico e empresarial está a diversificar-se e estamos a atrair novos e importantes investimentos, como referi anteriormente.

Sem esquecer as dificuldades, é nestas oportunidades que devemos concentrar os nossos esforços e energias. Falta, no entanto, a construção de novas vias de acesso aos principais eixos rodoviários, a nossa principal prioridade em matéria de exigência ao poder central.

## **2 – Quais são os objectivos do Município?**

A afirmação do Concelho enquanto espaço atractivo para residir, visitar e investir, consolidando a sua imagem como um território ambiental de excelência, não só pela sua localização geográfica mas, acima de tudo, pelos indicadores de ambiente urbano traduzidos em políticas urbanas sustentáveis. No revitalizar socialmente o concelho de Seia, promovendo o dinamismo da base económica deste território e a inversão da sua tendência demográfica, assumindo o emprego como condição para a criação de oportunidades de empregabilidade e o desenvolvimento de planos de atracção de novos residentes.

## **3 – Quais as prioridades?**

Uma primeira linha orientadora é contrariar o despovoamento, promover o emprego e a modernização. Temos a noção de que é necessário fixar população jovem, dinamizando a actividade produtiva e, cumulativamente, recorrer, também, ao aperfeiçoamento de estratégias de captação de novos residentes. A estratégia para estimular a economia do concelho e promover o emprego passa por dinamizar e diversificar a actividade empresarial, designadamente apoiar, através do nosso Gabinete de Apoio ao Investimento e ao Empreendedorismo, novos talentos e novas empresas a criarem vantagens comparativas, apostando numa cultura de inovação, que permita, reforçar de forma sustentada o investimento nas empresas.

Em segundo lugar, apostar numa política de ambiente e recursos naturais que tenha por objectivo a criação das condições necessárias à concretização de um desenvolvimento integrado e equilibrado do nosso concelho. As questões ambientais são uma aposta, que, para além da sua localização num contexto ambiental de excelência, o concelho de Seia disponha de excelentes indicadores de ambiente urbano e se afirme pela inovação e vanguardismo das políticas urbanas sustentáveis. Assim, é objectivo, explorar todas as relações de complementaridade e de valorização do produto turístico, usando o turismo como plataforma para dar maior visibilidade, nomeadamente, às indústrias criativas, à gastronomia, ao património natural e ao construído.

Uma terceira área de aposta é a do reforço das políticas sociais, reduzindo as desigualdades.

Mesmo vivendo-se um contexto de forte restrição orçamental, o Município não deixará de continuar, com o projecto que protagonizo, a afectar uma parte crescente dos seus recursos ao investimento na Coesão Social, nomeadamente: assegurar recursos em defesa das políticas sociais e sua sustentabilidade; reduzir as desigualdades e combater a pobreza; apoiar as famílias, em particular aquelas de menores rendimentos; cooperar com as instituições da sociedade civil e as freguesias na acção social.

Outra linha orientadora está centrada em torno da Qualidade de Vida e a participação democrática.

É preocupação central da governação da Câmara estar mais próxima do cidadão, centrar-se nas pessoas e na sociedade da mudança, gerando economias de procedimentos, que facilite aquela

relação e a torne menos burocrática e mais competitiva. Pretendemos modernizar ainda mais os serviços Municipais de forma a alcançar uma Administração eficaz, que sirva bem os cidadãos e as Organizações. Nesta área, as linhas de actuação passarão por facilitar a vida ao cidadão e às organizações; melhorar a qualidade do serviço pela melhoria dos recursos humanos e das condições de trabalho, e tornar a administração amiga da economia, ajustando-a aos recursos financeiros sustentáveis e contribuindo para um ambiente favorável ao crescimento.

#### **4 – Que medidas têm sido tomadas para o sector do Turismo?**

O nosso programa é transversal, com projectos e acções, que acabam por entroncar uns nos outros. A título de exemplo, refiro a requalificação da baixa do Rio Seia como um projecto de turismo, economia, desporto e ambiente. Não tenho essa visão parcelar e segmentada da realidade. Quando construímos o Centro de Interpretação da Serra da Estrela, o Museu do Brinquedo ou o Museu da Electricidade, em curso, estamos a investir no Turismo, ao apostar em equipamentos de qualidade.

#### **5 – Considera positiva a intervenção do Parque Natural da Serra da Estrela?**

Considero, globalmente positiva. É, contudo, necessário conciliar desenvolvimento com preservação da natureza, algo que nem sempre tem sido conseguido.

#### **6 – Que futuro para o Turismo da Serra da Estrela?**

Tem ainda uma larga margem de progressão, mas tem evoluído muito paulatinamente, não assumindo ainda um papel central na estrutura de emprego em virtude da elevada sazonalidade da procura e do insuficiente desenvolvimento dos serviços turísticos.

Esta montanha rica em tradições, artesanato e gastronomia. Este é um espaço singular e de enorme beleza, possuindo um património biogenético, cultural e paisagístico, únicos no País.

O turismo deve ser encarado como uma actividade fundamental para o desenvolvimento integrado e sustentável das economias e das regiões.

Contudo, o desenvolvimento da actividade turística deve ter por base o conjunto dos recursos existentes, quer em termos de património edificado, quer ao nível do património natural, pelo que é absolutamente fundamental organizar e desenvolver a oferta turística da região, que deve alicerçar-se numa inventariação exaustiva do conjunto de recursos existentes: naturais, culturais, religiosos, eventos (feiras, festivais, literatura, etc.) e negócios.

No âmbito da inventariação dos recursos importará também efectuar a sua adequada organização, divulgação e promoção, de modo a capitalizar todo o seu potencial de atracção. Para além da divulgação e promoção dos recursos existentes, importa também prestar atenção e impulsionar o desenvolvimento de recursos com potencial que venham a ser identificados.

Existem condições para encarar o futuro do sector com grande confiança.





**Universidade de Coimbra  
Faculdade de Letras**

**Entrevista realizada a Eduardo Mendes de Brito (ex-autarca)**

**1- Como ex-presidente da Câmara Municipal de Seia, que balanço faz dos mandatos que exerceu?**

R: Faço um balanço positivo, na medida em que se conseguiu resolver uma parte dos principais problemas, sobretudo a nível da Educação, Saúde, Saneamento Básico e Equipamentos Culturais: Escolas, Hospital, CISE, Casa da Cultura, etc.

**2- Quais foram as batalhas mais difíceis de travar? Porquê?**

R: As duas mais difíceis foram o Hospital e as acessibilidades. Foi também muito difícil a luta pela manutenção de alguns postos de trabalho.

**3- Conseguiu concretizar todos os projectos a que se propôs?**

R: Nunca se consegue tudo, porque, à medida que vamos trabalhando, vão surgindo coisas novas.

**4- Sendo, como todos sabem, um elemento da família socialista, considera que esse facto contribuiu, a par do seu mérito pessoal, para o êxito que obteve?**

R: No início, o Governo não era socialista, embora isso tenha acontecido durante grande parte do tempo. Esse factor ajuda, mas também complica. Pertencer ao Partido obriga-nos, por vezes, a tomar decisões difíceis. Entre tomar o partido do Governo, ou o do Concelho, eu optei sempre pelo Concelho.

**5- Que avaliação faz do trabalho desenvolvido:**

**a) pelo Turismo de Portugal, I.P.?**

R: As relações com o Turismo de Portugal não são muito positivas. Este Instituto devia ser mais activo, aproximando-se mais da realidade local.

**b) pelo Turismo da Serra da Estrela?**

R: O Turismo da Serra da Estrela precisa de mudar muito e de se adaptar aos tempos modernos. No que toca ao concelho de Seia é necessário que tenha uma maior presença.

**c) pelo Parque Natural da Serra da Estrela?**

R: Hoje em dia é um elemento positivo. As grandes dificuldades já foram ultrapassadas, uma vez que, há cerca de 2 anos, foi revisto o seu Plano de Ordenamento. Antigamente pronunciava-se sobre tudo. Hoje, dentro dos aglomerados urbanos já não tem nenhuma influência. Considero importante o PNSE dedicar - se mais à preservação da Natureza e da Biodiversidade. Se o não fizerem, como podemos ter Turismo?

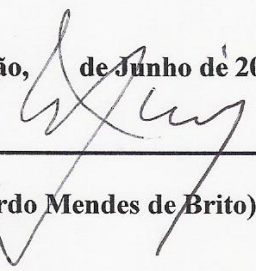
**6- Como encara a concessão à Turistrela,S.A.?**

R: É um tema discutível. Hoje não faz nenhum sentido, já que se acabou com os monopólios. Acabar com a concessão não será a chave do problema, mas parte da solução.

**7- Em termos turísticos, como encara o futuro do concelho?**

R: Precisamos de atrair investidores com capacidade financeira. Só esses podem empregar pessoas qualificadas. Atrás dos grandes vêm os pequenos, com pequenas iniciativas.

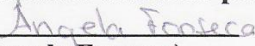
Actualmente, temos vantagens em viver numa área protegida, porque, só preservando a Natureza temos algo para mostrar. Se for tudo igual a Lisboa não vem cá ninguém.

S.Romão,  de Junho de 2010

---

(Eduardo Mendes de Brito)

Entrevista realizada por:

  
(Ângela Fonseca)



**Universidade de Coimbra  
Faculdade de Letras**

**Entrevista**

- 1- Qual a importância de a área do Parque Natural da Serra da Estrela ser uma zona protegida?
  
  
  
  
  
  
  
  
  
  
- 2- Qual é a função do PNSE, e de que meios dispõe?
  
  
  
  
  
  
  
  
  
  
- 3- Que relação existe entre o PNSE e os agentes turísticos locais?
  
  
  
  
  
  
  
  
  
  
- 4- Relativamente às acessibilidades à Serra da Estrela, o que pensa o PNSE?
  
  
  
  
  
  
  
  
  
  
- 5- Que avaliação fazem do comportamento dos turistas que visitam a Serra da Estrela?

Seia, de Junho de 2010

---

Entrevista realizada por:

Ángela Fonseca  
**Ángela Fonseca**



Universidade de Coimbra  
Faculdade de Letras

Entrevista à Directora da Escola Superior de Turismo e Hotelaria de Seia do  
Instituto Politécnico da Guarda

1 - Porquê uma Escola Superior de Turismo e Hotelaria na cidade de Seia?

R:

2- Que ofertas formativas propõe e que critérios serviram de base a essa escolha?

R:

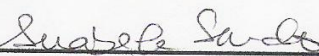
3- Considera que o Concelho e a Região possuem um mercado de trabalho  
que satisfaça as necessidades dos recém licenciados da Escola?

R:

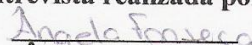
4 - Como perspectiva o futuro do turismo ?

R:

Seia, 30 de Agosto de 2010

  
~~(Anabela Oliveira da Naia Sardo)~~

Entrevista realizada por:

  
(Angela Fonseca)

Anabela Naia Sardo  
Directora da ESTH



**Universidade de Coimbra  
Faculdade de Letras**

**Entrevista à Directora da Escola Superior de Turismo e Hotelaria  
do Instituto Politécnico da Guarda**

1. A criação desta escola, em 1999, ficou a dever-se ao objectivo explícito de descentralizar a sua oferta formativa do IPG. Deste modo, esta Escola do IPG foi criada em Seia e não no campus do Instituto na sequência da anterior instalação de um pólo do IPG nesta mesma cidade. Por outro lado, foi objectivo, inicial, alargar a oferta formativa respondendo à falta de recursos humanos em áreas carenciadas como o turismo, e, posteriormente, nas áreas da hotelaria e da restauração.

2. A Escola tem a seguinte oferta formativa:

Mestrado em Gestão e Sustentabilidade no Turismo  
Licenciatura em Turismo e Lazer  
Licenciatura em Gestão Hoteleira  
Licenciatura em Restauração e *Catering*  
Curso de Especialização Tecnológica (CET) em Gestão de Animação Turística  
ECT em Técnicas de Restauração

Os critérios que estão na base da escolha da oferta formativa estão em consonância com o espírito do IPG e com os objectivos específicos desta Escola Superior que procura implementar-se como uma escola de referência e um centro de investigação nas áreas estratégicas do Turismo e da Hotelaria, visando formar profissionais, altamente qualificados e empreendedores e ajudando à promoção do desenvolvimento local, regional e nacional.

3. A Escola forma profissionais para o país. Actualmente, o concelho ainda não possui um mercado de trabalho que responda às necessidades de emprego dos recém-licenciados. O mesmo se passa relativamente à própria região em que a Escola se encontra inserida, tendo os licenciados que procurar emprego fora do concelho e da região, no país, na Europa e mesmo em países fora do espaço europeu.

De acordo com estudos feitos pelo Gabinete de Estágios e Saídas Profissionais da ESTH/IPG, em 2010, de 98 alunos licenciados em Turismo e Lazer, Gestão Hoteleira e Informática para o Turismo, 64,3% estão a trabalhar na área; sendo que 16,3% se encontram a trabalhar fora da área. 71,4% dos diplomados obtiveram emprego até um ano depois de concluídos os estudos.

4. Apesar da actual conjuntura económica, penso que deveremos perspectivar o futuro do turismo em Portugal de forma optimista, tendo em conta, por exemplo, a crescente qualificação dos recursos humanos e o conseqüente aumento da qualidade dos serviços prestados, bem como a existência de novos produtos turísticos que incrementam o próprio sector.



Universidade de Coimbra  
Faculdade de Letras

Entrevista ao Doutor Alberto Trindade Martinho  
Empresário turístico e Docente do Ensino Superior

1- Que balanço faz da actividade turística no Concelho de Seia?

Teu e seu desenvolvimento, sobretudo de 1975 - 2010,  
com particular enfoque de 1985 - 2010.

2- Que medidas gostaria de ver implementadas?

1. A municipalização de sítios
2. A sinalização camarenta
3. A construção de uma camp de golf
4. A construção de uma pista de gelo
5. Preparação anual de uma projecto abrangente de animação turística

3- Como encara a relação entre o Parque Natural da Serra da Estrela e a actividade turística desenvolvida na Serra da Estrela?

Nem sempre é pacífica. Mas também não é  
conflitual. É mais uma mediação  
colaborante.

4- Como vê o futuro da Serra da Estrela, enquanto atractivo turístico?

Com promissoras esperanças, num turismo  
de quatro estações

Seia, 23 de Junho de 2010

Alberto Trindade Martinho  
(Alberto Trindade Martinho, Doutor)

Entrevista realizada por:

Ângela Fonseca  
Ângela Fonseca



Universidade de Coimbra  
Faculdade de Letras

Entrevista realizada a Padre José Moreira Martinho

1- De entre tantas e tão variadas motivações que levam as pessoas a viajar qual é a importância atribuída ao Turismo Religioso no panorama nacional?

R:

De facto o século XXI promete vir a ser o século da mobilidade da espécie humana. Para isso contribue a facilidade das deslocações, os preços mais acessíveis as ofertas tentadoras das Agências de viagens etc. Mas viajar para quê? Apenas para admirar a Natureza? Para contactar outras civilizações? Para reviver a história de outras eras? Para adquirir cultura? Tudo isto é válido e importante. Mas é inegável que milhões de pessoas em todo o mundo ao longo do ano viajam por motivos religiosos. A nível mundial podemos citar santuários como Jerusalém, Roma, Luzes, Fátima, Guadalupe, Luján, Aparecida, etc. A nível nacional vamos de Avanca: Fátima, Sameiro, San Jesus, Penha, Santa Luzia, S. Bento de Porta Aberta. Num âmbito mais restrito e local, apontaria os santuários de N.ª Senhora do Desterro, N.ª Senhora da Faída, N.ª S.ª de Ribeira, Santa Rufina entre outros. Os milhares de pessoas que anualmente participam nestas deslocações fazem-no predominantemente por motivos religiosos, a saber: alimentar a sua Fé, cumprir promessas, crescer espiritualmente, entre-gar as suas oferas.

2- Os Santuários são importantes recursos turísticos. Considera que eles têm sido devidamente valorizados? Porquê?

R:

Normalmente, os Santuários atrás referidos e outros, situam-se em lugares aprazíveis donde se podem admirar belas paisagens. Um si mesmos, não é, nas Igrejas e Capelas que lhes dão o nome, apresentam-se bem cuidados, graças às esmolas que os devotos oferecem. No seu interior frequente-mente se podem admirar esculturas e ex-votos de inegável valor. As fábricas das Igrejas Paroquiais e as comissões responsáveis esmeram-se para os manter limpos e acolhedores. Para quem os visita, não só nas Festas, mas ao longo do ano. A nível estadual e Municipal pouco ou nada têm recebido. Inclusive o abastecimento de água a fontes e chafarizes e as obras de saneamento são feitas a expensas das Responsáveis. Nota-se a falta de um Roteiro Turístico dos Santuários em indicação de datas, locais e actividades culturais e religiosas. Os Santuários não se limitam a celebrações culturais e litúrgicas, mas promovem igualmente emendações de mercados feletricos, leilões de produtos regionais, actividades desportivas etc. Seria uma grande perda vê-los desaparecer.

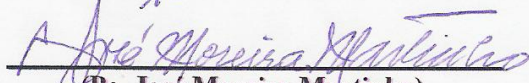


3 - Que medidas gostaria de ver implementadas?

R:

- 1- Antes de mais gostaria de constatar uma Colaboração efectiva entre as entidades civis e religiosas na promoção dos Santuários;
- 2- É importante a publicação de um Roteiro dos Santuários já referido na resposta anterior;
- 3- Os órgãos de comunicação social devam fazer uma cobertura mais detalhada dos eventos que são realizados;
- 4- Seria para desejar que cada Santuário tivesse um historial da sua origem percurso ao longo dos anos, com as lendas e milagres que o acompanharam;
- 5- Finalmente desejar-se que não falletem voluntários empenhados nas múltiplas actividades que os Santuários promovem mas não por fins pecuniosos e lucrativos mas voluntários e gratuitos

Seia, 10 de Julho de 2010

  
(Pe. José Moreira Martinho)

Entrevista realizada por:

Ângela Fonseca  
(Ângela Fonseca)



Universidade de Coimbra  
Faculdade de Letras

Entrevista realizada a Alberto Monteiro da Silva – Professor do 1º Ciclo

1-Como amante da Natureza e conhecedor profundo da Serra da Estrela que avaliação faz do aproveitamento turístico dos recursos existentes?

R: Na minha opinião, estes recursos têm a sua subaproveitados, tendo em vista o seu valor social e natural. Para fazer o cortejo com o que acontece noutros países, nomeadamente a nossa vizinha Espanha, onde as regiões de montanha são altamente valorizadas e reabilitadas, num contexto de turismo local, nacional e internacional. No caso da Serra da Estrela, os seus recursos não têm sido suficientemente divulgados, nem têm pouco têm sido criadas estruturas que alberguem os mesmos. É o caso de São Romão, onde falta uma estrada capaz de restabelecer a infraestrutura turística que esta vila tinha, na 1ª metade do séc. XX, altura em que tinha a principal "porta" da serra. Essa importância foi-se perdendo, graças a interesses políticos e económicos.

2 - Existem na região lugares recônditos, de invulgar beleza, que muito poucos conhecem. Que comentário lhe apraz fazer?

R: Ao fim e ao cabo, esta questão entronca na anterior. Para se inquirir pessoas que passaram e cresceram junto da "Lezíria" é fácil ver a ignorância inculpável. Destuz-se que, também entre os potenciais agentes e frequentadores turísticos, o mesmo esteja a acontecer. E isso reflecte-se na procura da Estrela como destino turístico, onde a obra boente (a nossa) não a perder e muito! Uma se refere ao anterior, na 1ª metade do séc. XX, embora com uma estrutura turística incipiente, este lado da Serra era procurado por caravanas de estrangeiros da Serra, que buscavam todos os lugares recônditos que a Natureza lhes pudesse proporcionar. Não procuravam a neve, mas, sobretudo, os outros atractivos que a Serra oferece e que passaram despercebidos ao comum dos frequentadores.

3 - Acha importante que o Maciço Central da Serra da Estrela tenha sido classificado como Parque Natural? Porquê?

R: Acha que sim, porque a Serra da Estrela, já pela sua geografia e hidrografia, já pela fauna e flora indígenas, com espécies únicas, requer do país um grande cuidado na sua divulgação e preservação. Simultaneamente, os seus recursos, os factos, as autarquias e os frequentadores do Parque deveriam ser "educados" para apreenderem a estimar um património que tem interesse nacional e que não deve ser desperdiçado pelo turismo massificado. Logo, o Parque Natural está mais que justificado.

4 - Que apreciação faz do trabalho desenvolvido pelo Parque Natural da Serra da Estrela?


R: Lento alguma dificuldade em apreciar o trabalho daquela entidade, porquanto, todos os dias, os "serenos", não sabemos exactamente qual a sua função e como actua nos terrenos. Isto, por falta de comunicações recíprocas entre os povos e o "Parque". Isto, sobretudo aos seus gabinetes, não se dá a conhecer um directo, deixando até para o "EISE" algumas actividades que lhe competiriam. Pelo menos, assim eu parece. B, a ver assim, esta estratégia tem reflexos directos na matéria das questões 1 e 2.

5 - Quais considera serem os principais obstáculos ao desenvolvimento do Turismo?

R: Como se infere das respostas anteriores, os obstáculos ao desenvolvimento pararam-se, em que a pedra de toque deveria ser a equidade, sócio, por um lado, alguma falta de sentido empreendedor por parte dos povos locais, e, por outro, o Parque Natural, que deveria informar, divulgar e dinamizar, estimulando as populações autóctones, com quem deveria estabelecer vias de diálogo (sem esquecer as Autarquias), apontando objectivos e metas, o que, talvez vitasse dramas, como os incêndios e outros males que têm assolado a "Serra". Ao "Parque" compete actuar como agente fiscalizador, mas sempre tendo em vista fazer pedagogia. Ocorre perguntar: As deficiências que se notam e/ou adivinham, radicam na falta de verbas ou na insuficiência de legislação adequada, que não é suficientemente definidora de estratégias e programas?

Resta a dúvida...

São Romão, 30 de Junho de 2010

  
(Alberto Monteiro da Silva)

Entrevista realizada por:

Ángela Fonseca  
(Ángela Fonseca)



**Universidade de Coimbra  
Faculdade de Letras**

Entrevista a

Jose' Joao da Silva Catarino

**1- O que pensa do Parque Natural da Serra da Estrela?**

**R:** O Parque é uma Instituição do Estado que tem como função dificultar a vida aos residentes da região.

**2 – Por que afirma isso?**

**R:** Sou possuidor de um terreno com 31.000 metros quadrados que pertence ao Parque Natural. Não me deixam construir nem reconstruir uma casa que possui 165 metros quadrados de área coberta.

**3 – Que pretendia fazer neste terreno?**

**R:** Uma casa de Turismo Rural, tendo em conta que ele se situa junto a uma das principais lagoas da Serra da Estrela – o Vale do Rossim. Do projecto fazia parte também o aproveitamento das águas da lagoa para a prática de desportos náuticos.

Ando nesta luta, sem nada conseguir, há mais de dez anos. Só sou proprietário para pagar impostos.

**4 – Tem mais algum comentário a fazer?**

**R:** Sim, tenho. O Parque Natural encontra-se em estado natural porque nós (residentes) o preservamos. Não são os funcionários do Parque Natural que apenas andam de jipe, passam multas ou estão sentados nos gabinetes.

Segundo as regras comunitárias, ninguém pode ter o monopólio seja do que for. Assim sendo, a concessão à Turistrela de toda a exploração turística impossibilita outras pessoas ou empresas de entrarem na concorrência do sector.

Os preços praticados são exorbitantes, o que afasta os turistas. 99% do artesanato da Serra da Estrela não é da zona.

**5 – Que propõe, para alterar toda esta situação?**

**R:** Dar a conhecer o interior da serra e não apenas o circuito automóvel. Há 25 lagoas e só um número restrito é visitável. Há locais óptimos por explorar. Devia haver trilhos sinalizados.

Deviam ser criadas infra-estruturas para funcionarem durante todo o ano.

Deviam promover visitas de estudo que permitissem a observação de actividades como: o fabrico do queijo, a malha, a desfolhada, entre outras...

Para proibir temos que dar alternativas. Se não se pode carregar água, tem que haver fontenários. Se não se podem acender fogueiras tem que haver grelhadores.

A verdade é que, se estivermos à espera de viver do Turismo, morremos todos de fome.

Seia, 27 de Junho de 2010

Jose' Joao da Silva Catarino

Ángela Fonteca



Universidade de Coimbra  
Faculdade de Letras

**Entrevista a José Luís Oliveira  
Comerciante de produtos regionais**

**1 – Na condição de natural e residente no concelho de Seia que balanço faz da actividade turística na região?**

**R:** As coisas estão a ser mal conduzidas. Estamos numa zona de recursos que podiam ser melhor aproveitados, visto estarmos inseridos numa zona protegida.

**2 - Que tipo de turistas visita a Serra da Estrela e quais os produtos regionais mais procurados?**

**R:** Pessoas da classe média e média/baixa é quem, infelizmente, nos visita, devido à situação do país. Nunca nos passou pela cabeça chegarmos a esta situação.  
Os produtos mais procurados são: o queijo, os enchidos e os artigos em pele.

**3 - O que pensa da actuação das entidades responsáveis pelo turismo?**

**R:** Pensam em tudo, menos naquilo que poderia trazer grandes benefícios para o comércio e para a região.

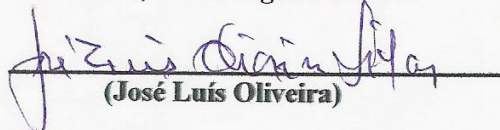
**4 - Que futuro antevê para o turismo na região?**

**R:** Só nos resta, a breve prazo, fechar a porta. Qualquer dia estamos a chegar à época do D. Dinis, em que a região só servia para a caça.


**5 - Que medidas gostaria de ver implementadas?**

**R:** Um melhor aproveitamento dos recursos e a implementação dos projectos que estão na gaveta. Novos hotéis, novas pistas de esqui, campos de golfe e teleférico. O que nos prometeram e nunca foi concretizado vai fazer parar o Concelho.

Seia, de Agosto de 2010

  
(José Luís Oliveira)

Entrevista realizada por:

  
(Angela Fonseca)

# **Anexo IX**

**Mapa de Portugal Continental  
Fonte: Porto Editora**

**Mapa do Concelho de Seia  
Cedido pelo Prof. Alberto Monteiro da Silva**

# PORTUGAL

## MAPA ESCOLAR



Capital de país: LISBOA

Capital de distrito: BEJA

Outras sedes de concelho: PONTE DE LIMA

Fronteira

Límite de distrito

Límite de concelho

IP - Itinerário Principal: perfil de Auto-estrada via simples

IC - Itinerário Complementar: perfil de Auto-estrada via simples

Principais ligações a partir de fronteira

Rede ferroviária

Porto principal

Aeroporto internacional

Ilha

Cabo

Serra e altitude (m)

Lagoa/laguneta e rio

Oceano

Principais acidentes da costa

Ria de Aveiro

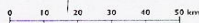
"Concha" de São Martinho do Porto

Túnel de Peniche

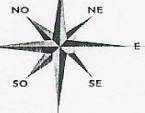
Estuário do Tejo

Estuário do Sado

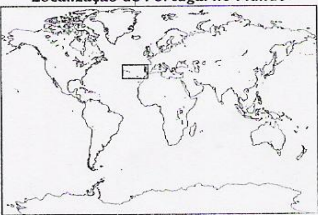
Ria Formosa



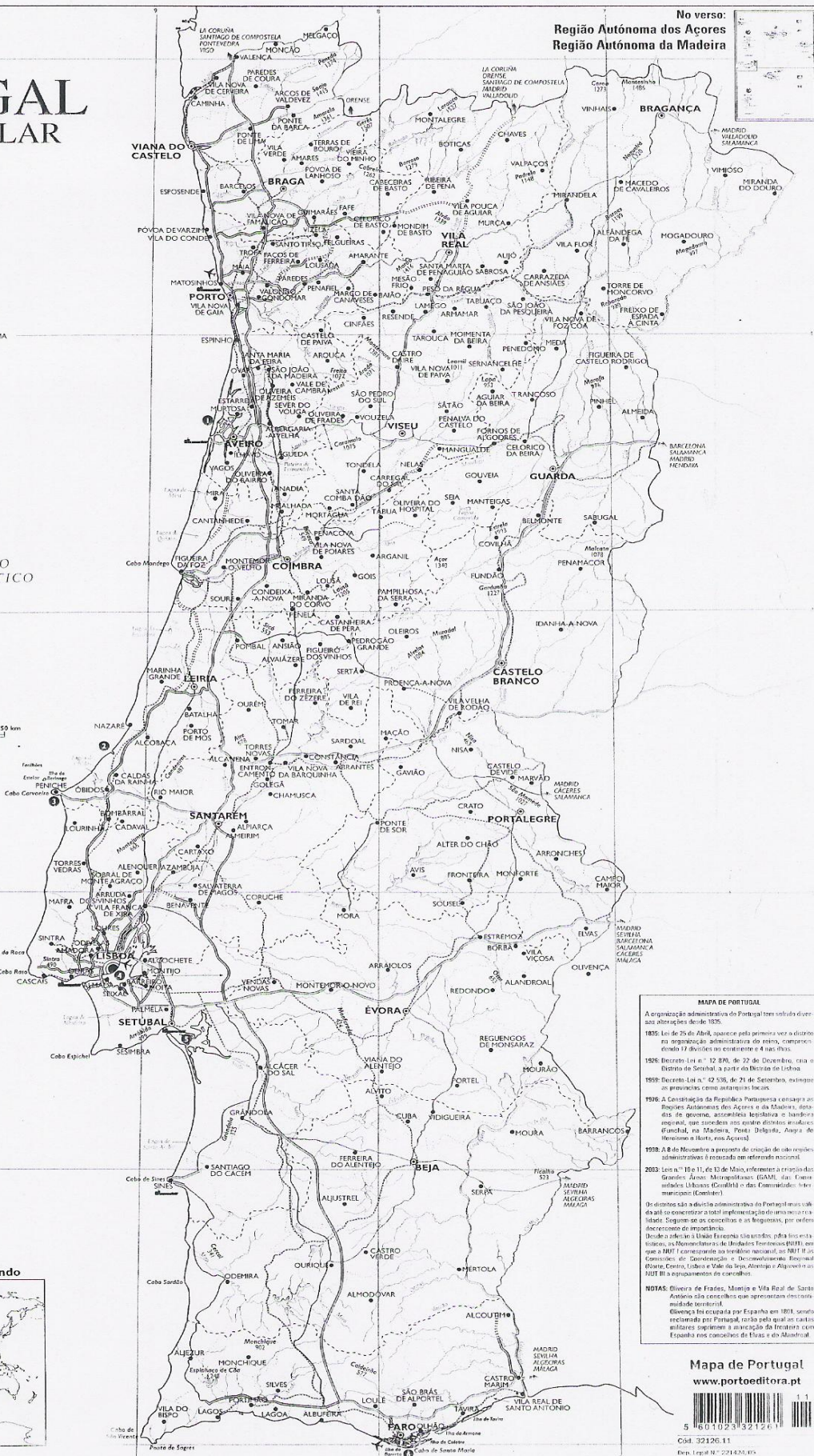
OCEANO ATLÂNTICO



Localização de Portugal no Mundo



No verso:  
Região Autónoma dos Açores  
Região Autónoma da Madeira



**MAPA DE PORTUGAL**  
A organização administrativa do Portugal tem sofrido diversas alterações desde 1825.

1825. Lei de 25 de Abril, que cria pela primeira vez o distrito na organização administrativa do reino, compreendendo 17 distritos em conjunto e 4 nas ilhas.

1926. Decreto-Lei n.º 12 876, de 22 de Dezembro, cria o Distrito de Setúbal, a partir do Distrito de Lisboa.

1959. Decreto-Lei n.º 42 536, de 21 de Setembro, elimina as províncias como antigas facas.

1976. A Constituição da República Portuguesa consagra as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, depois de dois de governo, assembleia legislativa e bandeira própria, que concede aos quatro distritos anexo: (Funchal, na Madeira, Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta, nos Açores).

1998. A 8 de Novembro a proposta de criação de dois novos subdistritos é rejeitada no referendo nacional.

2003. Lei n.º 10 e 11, de 13 de Maio, referentes a criação das Grandes Áreas Metropolitanas (GAM), as Cidades e Municípios Liberais (CML) e das Comunidades Inter-municipais (CIM).

Os distritos são a divisão administrativa do Portugal mais valiosa e não se encontram a total implementação do seu uso na prática. Originam-se os concelhos e os Regiões, por ordem decrescente de importância.

Desde a entrada da União Europeia em 2000, para fins de estatísticas, os Municípios das Unidades Territoriais (UT), que são as UT correspondente ao território nacional, os MDT e os Municípios de Organização e Desenvolvimento Económico (MOCDE), Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Alentejo e os MDT e a organização de concelhos.

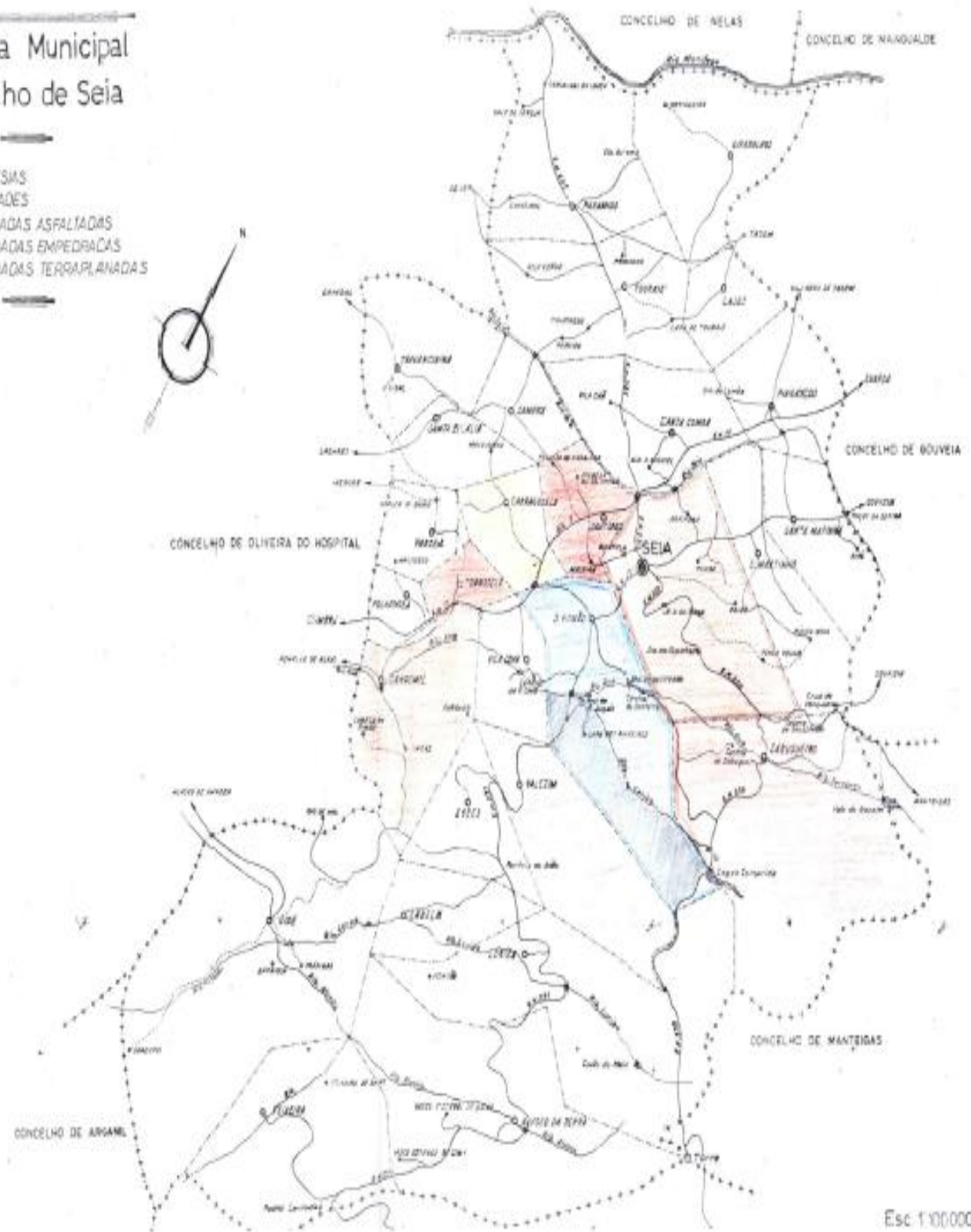
**NOTAS:** Oitavo de Fátima, Menino e Vila Real de Santo António são concelhos que apresentam distâncias territoriais.  
Oitavo de Fátima por Espanha em 1808, sendo reclamado por Portugal, não pela qual os castelos militares foram a anexação da fronteira com Espanha em concelhos de Elvas e do Alentejo.

Mapa de Portugal  
www.portoeditora.pt

5 610123 32126 1  
Cód. 32126.11  
Dep. Legal N.º 221433/05

# Câmara Municipal Concelho de Seia

28 FREGUESIAS  
94 LOCALIDADES  
79Km ESTRADAS ASFALTADAS  
13 Km ESTRADAS EMPEDRAÇAS  
62Km ESTRADAS TERRAPLANADAS



Esc 1:100000



# **Anexo X**

**Estatísticas**

**Fonte: Câmara Municipal de Seia**



**MUNICÍPIO DE SEIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Contribuinte N.º 506 676 170

**Exma. Senhora**

Ângela Catarina Duarte Fonseca  
Av. Dos Bombeiros, nº 8 – S. Romão

6270-255 SEI

V/ Ref.:                      Data:                      N/ Ref.: F                      N.º 006455                      Data: 16/06/2010

**ASSUNTO: Dados Estatísticos**

Exma. Senhora

No seguimento do contacto mantido com V. Exa., e conforme solicitado no vosso ofício, junto enviamos dados referentes às entradas no Museu do Brinquedo e Centro de Interpretação da Serra da Estrela, bem como dos turistas que procuraram informações no Posto de Turismo (pessoalmente), relativos ao ano de 2008 e 2009.

Ficando ao vosso inteiro dispor para qualquer esclarecimento, e desejando o maior sucesso para o vosso trabalho, despedimo-nos

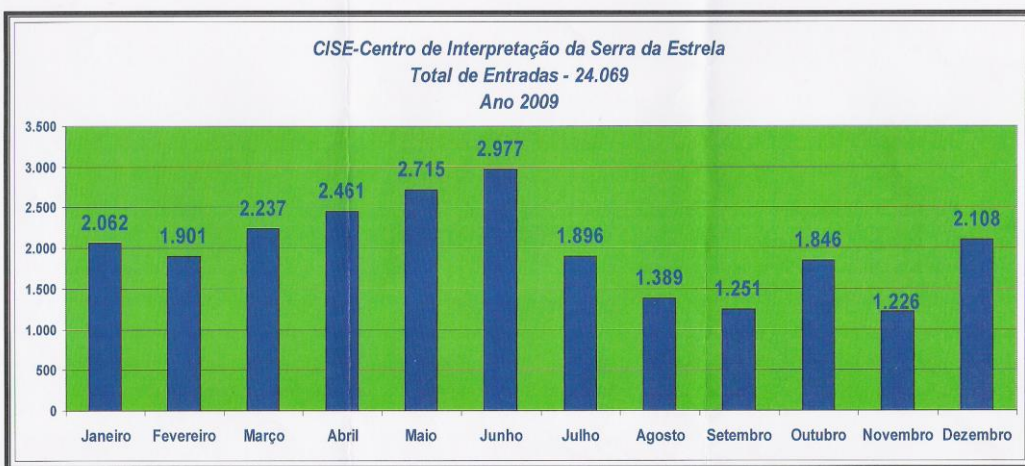
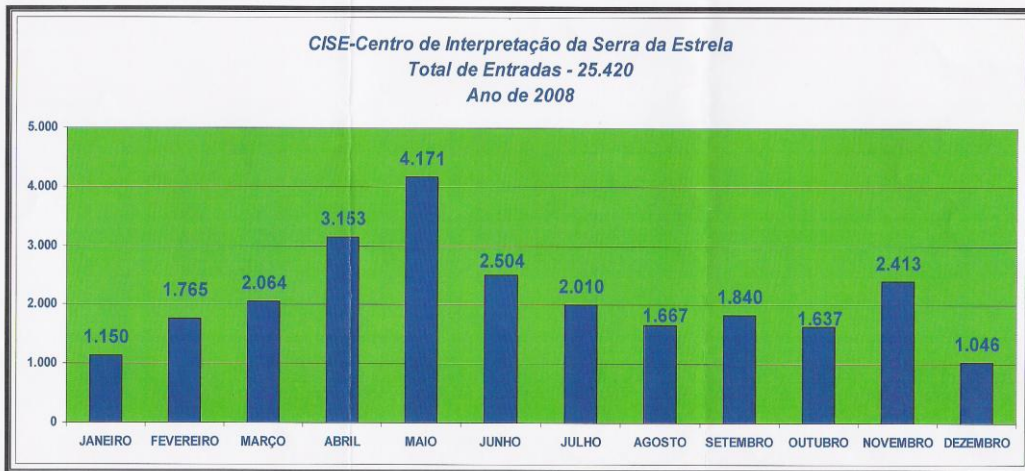
Com os melhores cumprimentos,

DP/ES

Com Delegação de Competências do Presidente da Câmara  
A Directora do Departamento de Cultura, Educação, Desporto, Turismo e Acção Social

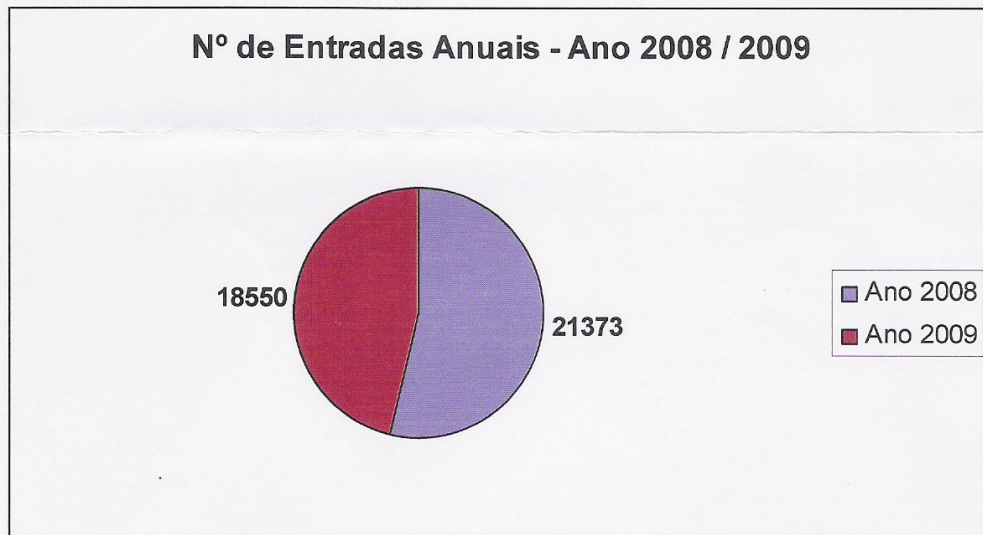
Dina Proença





**MUSEU DO BRINQUEDO**

**Número de Visitantes Anuais**



**Países Estrangeiros – ano 2008:** Brasil, Alemanha, Espanha, Bélgica, Moçambique, França, México, Luxemburgo, Holanda, E.U.A. e Japão.

**Países Estrangeiros – ano 2009:** Brasil, Espanha, Austrália, Holanda, Luxemburgo, Alemanha, Venezuela, França, Suíça, E.U.A., Itália, Timor, Inglaterra, Roménia, Argentina, Tailândia e África do Sul.



## MUNICÍPIO DE SEIA

Departamento de Cultura, Educação, Desporto, Turismo, Acção Social e Saúde  
Divisão de Cultura, Educação, Desporto e Turismo  
Posto de Turismo de Seia

